

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELIANE DE SOUZA LIMA

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS
BÁSICOS: um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial
Vitória na cidade de Montes Claros/MG

MONTES CLAROS, 2017.

ELIANE DE SOUZA LIMA

**PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS
BÁSICOS: um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial
Vitória na cidade de Montes Claros/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof^o. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira

Co-Orientador: Prof. Dr. Marcos Esdras Leite

MONTES CLAROS, 2017.

Lima, Eliane Souza.

Processo de urbanização e acesso aos serviços básicos [manuscrito] : um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial Vitória na cidade de Montes Claros/MG / Eliane Souza Lima. – Montes Claros, 2017.

L732p

124 f. : il.

Bibliografia: f. 113-124.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Esdras Leite.

1. Urbanização. 2. Política habitacional. 3. Conjuntos habitacionais populares – Montes Claros (MG). 4. Serviços básicos. 5. Exclusão social. I. Pereira, Luiz Andrei Gonçalves. II. Leite, Marcos Esdras. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial Vitória na cidade de Montes Claros/MG.

Eliane de Souza Lima

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS: um estudo geográfico no Conjunto Habitacional Residencial Vitória na cidade de Montes Claros/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Aprovado em ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira - Orientador - UNIMONTES

Prof. Dr. Marcos Esdras Leite – Co-Orientador - UNIMONTES

Prof. Dr. Pedro Ivo Jorge Gomes - UNIMONTES

Prof. Dr. Antônio Augusto Pereira Moura - Faculdades Santo Agostinho - FASA

MONTES CLAROS, 2017.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, aos meus familiares, que me deram muito apoio nos momentos mais difíceis da minha vida, aos meus mestres que me apoiaram e contribuíram na minha trajetória acadêmica. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou o meu caminho.

Aos meus pais, Francisca e Gilson pelo apoio nessa jornada pelo conhecimento.

As minhas irmãs, Cristiane e Tatiana, por estarem presentes, sempre me apoiando, durante toda minha vida.

Aos meus orientadores, Professores Doutores Luiz Andrei Gonçalves Pereira e

Marcos Esdras Leite, pela confiança depositada em mim e por todas as contribuições durante a conclusão desse trabalho.

Gostaria de fazer meus sinceros agradecimentos à equipe de professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, agradeço pelo conhecimento compartilhado, que foi de grande importância para meu crescimento profissional.

Aos moradores do Conjunto Habitacional Residencial Vitória I e II que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para minha pesquisa.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”. (Paulo Freire, 2000).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o acesso da população residente no conjunto habitacional Residencial Vitória I e II, localizado na porção norte de Montes Claros- MG, aos serviços básicos considerando a oferta dos serviços de transporte, saúde, escola, lazer e comércio. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se como técnica de coleta de dados primários a entrevista semiestruturada, registros iconográficos e pesquisa bibliográfica. As informações coletadas tiveram por finalidade conhecer o perfil geral dos moradores, a infraestrutura do local e os principais problemas enfrentados pela população residente no acesso ao setor de serviços. Utilizou-se também, dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a fim de caracterizar o perfil demográfico da população em escala nacional, estadual e municipal. Como resultado do estudo, apresenta-se as características de moradia desse conjunto habitacional, observando fatores marcantes como as formas de acesso dessa população aos serviços essenciais (de bens e consumo) em um contexto que considere as particularidades e as pluralidades vivenciadas por seus moradores. Foi possível concluir que os moradores do Residencial Vitória, embora se sintam satisfeitos com a aquisição da casa própria, enfrentam problemas relacionados com a localização do conjunto. Esses problemas referem-se à ausência de infraestrutura e às limitações de acesso aos serviços públicos e privados necessários para uma melhor qualidade de vida dos moradores do local. Tais fatores contribuem para o aumento da segregação socioespacial, das desigualdades socioeconômicas e da exclusão social dessa população no espaço urbano de Montes Claros.

Palavras- chave: Urbanização; Política Habitacional; Conjuntos habitacionais populares; Serviços básicos; Exclusão social.

ABSTRACT

This research has as aim to analyze the access of the population living in the housing complex Residencial Vitória I and II, located in the northern portion of Montes Claros-MG, to basic services considering the offer of transport, health, school, leisure and commerce services. It is a descriptive research, with quantitative-qualitative approach. In the methodological procedures, the semi-structured interview, iconographic records and bibliographic research were used as the primary data collection technique. The information collected had as purpose to know the general profile of the residents, the infrastructure of the place and the main problems faced by the population in the access to the services sector. Secondary data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics were also used to characterize the demographic profile of the population at national, state and municipal levels. As a result of the study, we present the housing characteristics of this housing complex, observing important factors such as the access of this population to essential services (goods and consumption) in a context that considers the particularities and pluralities experienced by its residents. It was possible to conclude that the residents of Residencial Vitória, although they are satisfied with the acquisition of the house, face problems related to the location of the whole. These problems refer to the lack of infrastructure and the limitations of access to the public and private services needed to improve the quality of life of the local residents. These factors contribute to the increase of socio-spatial segregation, socioeconomic inequalities and social exclusion of this population in the urban space of Montes Claros.

Key - words: Urbanization, housing policy; popular housing complexes; basic services; social exclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura – 01:	Produto Interno Bruto de Montes Claros-MG (2017).....	55
Figura – 02:	Área de concentração das atividades comerciais no centro de Montes Claros-MG.....	58
Figura – 03:	Área de concentração das atividades comerciais no centro de Montes Claros-MG.....	59
Figura – 04:	Avenida João XXIII Montes Claros-MG.....	61
Figura – 05:	Subcentros de Montes Claros-2017.....	62
Figura – 06:	Subcentros dos Bairros Major Prates e Independência, em Montes Claros - MG.....	63
Figura – 07:	Atividade comercial no Bairro Delfino Magalhães, em Montes Claros/MG.....	65
Figura – 08:	Imagens do Residencial Vitória I e II.....	82
Figura – 09:	Praça do Residencial Vitória I.....	95
Figura – 10:	Local destinado a construção da Praça no Residencial Vitória II....	95
Figura – 11:	Área utilizada como campo de futebol pelos moradores.....	96
Figura – 12:	Comércios do Residencial Vitória.....	97
Figura – 13:	Unidades utilizadas como instituições religiosas.....	101
Figura – 14:	Escola pública em construção no Residencial Vitória.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro -1	Programa Minha Casa Minha Vida (Faixas de cobertura, Agentes e Formas de Atuação).....	48
Quadro -2	Implantação dos Conjuntos Habitacionais de Montes Claros 1977-2015..	70

LISTA DE TABELAS

Tabela – 1:	Evolução da População Urbana no Brasil nas décadas de 1940 a 2010.....	33
Tabela – 2:	Evolução da População Urbana por região no Brasil das décadas de 1940 a 2010.....	34
Tabela – 3:	Dinâmica Populacional de Montes Claros entre as décadas de 1960 a 2010.....	51
Tabela – 4:	Local de origem dos moradores do Residencial Vitória.....	91
Tabela – 5:	Tipos de comércios e serviços identificados no Residencial Vitória I e II	97
Tabela – 6:	Escolas Públicas utilizadas pela população do Residencial Vitória I e II.....	105

MAPAS

Mapa - 1:	Localização de Montes Claros.....	50
Mapa - 2:	Localização dos subcentros de Montes Claros, 2015.....	66
Mapa - 3:	Localização dos conjuntos habitacionais populares em Montes Claros, 2015.....	72
Mapa - 4:	Localização do Conjunto Habitacional Residencial Vitória I e II.....	83
Mapa - 5:	Origem dos Moradores do Residencial Vitória I e I.....	92
Mapa - 6:	Localização da Av. João XXIII e Área Central em relação ao Residencial Vitória.....	99
Mapa - 7:	Unidades de saúde utilizadas pela população do Residencial Vitória...	103
Mapa - 8:	Localização das escolas utilizadas pela população do Residencial Vitória.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico – 1:	Participação dos setores da economia no PIB-2016.....	28
Gráfico – 2:	Sexo dos Entrevistados no Residencial Vitória I e II.....	87
Gráfico – 3:	Número de moradores por domicílio.....	88
Gráfico – 4:	Nível de escolaridade dos entrevistados.....	89
Gráfico – 5:	Renda Familiar dos entrevistados.....	90
Gráfico – 6:	Situação do imóvel anterior ao Residencial Vitória.....	93
Gráfico – 7:	Tipos de transporte utilizados pela população do Residencial Vitória.....	100

LISTA DE SIGLAS

BNH- Banco Nacional de Habitação
COHABs- Companhia de Habitação Popular
CEF- Caixa Econômica Federal
CEP código de endereçamento postal
ESF - Estratégia Saúde da Família
EFCB- Estrada de Ferro Central do Brasil
FCP - Fundação Casa Popular
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS
FJP- Fundação João Pinheiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPs- Instituto de Aposentadoria e Pensões
ONU- Organização das Nações Unidas
PAIH - Plano de Ação Imediata para a habitação
PAR- Programa de Arrendamento Residencial
PIB - Produto Interno Bruto
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNH - Política Nacional de Habitação
SEPURB- Secretaria de política Urbana
SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SFH- Sistema Financeiro Habitacional
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
ZEIS- Zonas Especiais de interesse social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA: um histórico mundial e brasileiro.....	21
1.1 Urbanização e suas conjunturas socioespaciais.....	22
1.2 A Revolução Industrial e o processo de urbanização mundial.....	24
1.3 Expansão urbana: desenvolvimento econômico espacial do setor de serviços na dinâmica socioeconômica das cidades.....	27
1.4 Contextualizando o cenário de urbanização brasileira e o processo de crescimento urbano de Montes Claros/MG.....	32
2. EXPANSÃO URBANA DE MONTES CLAROS-MG: desafios no acesso à moradia popular.....	41
2.1 A Política Habitacional brasileira.....	41
2.2 O processo de urbanização em Montes Claros-MG.....	49
2.3 Montes Claros-MG: caracterização do setor de serviços e habitacional.....	56
2.4 Política Habitacional: uma análise sobre o quadro de Montes Claros.....	67
3. HABITAÇÃO POPULAR EM MONTES CLAROS: o acesso dos moradores do Conjunto Residencial Vitória aos serviços básicos.....	74
3.1 Moradia: sob a ótica do direito fundamental.....	75
3.2 Resultados e Discussão.....	80
3.3 Perfil dos moradores.....	87
3.4 Acessibilidade dos moradores do Conjunto Habitacional Popular Residencial Vitória I e II aos serviços públicos e privados.....	94
3.5 As dificuldades de acesso aos serviços de saúde.....	102
3.6 Dificuldades de acesso aos serviços de educação.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

A moradia é um elemento constitutivo da dignidade humana, merecendo destaque entre aqueles considerados como direitos humanos. Os instrumentos normativos, nacional e internacional, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas (1948), ressaltam que o direito à habitação não se restringe apenas ao aspecto concreto, englobando uma concepção mais ampla.

Esses dispositivos legais zelam pela proteção do direito do cidadão a uma moradia digna. Cabe destacar que, entre os suportes normativos, o artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988 configura-se como um pilar na garantia do direito social à moradia. No entanto, no que se refere à habitação, existem questões diversas e complexas que não se restringem ao direito de ter uma casa, ao contrário, envolvem outros aspectos como a qualidade de vida, complemento indispensável para a garantia de acesso aos serviços públicos.

Meirelles (2013), ao conceituar serviço público, caracteriza-o como toda atividade que o Estado exerce de forma direta, ou seja, prestado pela administração ou de forma indireta por seus delegados sob as normas e os controles estatais no intuito de satisfazer o interesse público.

Com o advento da industrialização, ocorreu o crescimento horizontal e vertical das cidades. Esse crescimento modificou os padrões produtivos, as dinâmicas populacionais e o meio ambiente, gerando mudanças nos paradigmas das dimensões econômicas e socioespaciais. O crescimento populacional, associado às deficiências no processo de planejamento e de gestão de políticas públicas, tem causado o crescimento “desordenado” das cidades, acarretando diversos problemas no tecido urbano, como a segregação sócioespacial e a periferização¹.

Conforme Guimarães (2007), a periferização ocorre devido a vários fatores socioeconômicos, com destaque para o aumento de desemprego, da pobreza, do baixo

¹Para entendimento da denominada periferização é necessário destacar o processo do contingente migratório ocorrido na década de 1970, uma vez que os migrantes passaram a ocupar espaços que estavam sob domínio público, e não sob o comando do mercado imobiliário. Isso originou a urbanização das áreas periféricas, denominadas de favelas, que são marcadas pelos loteamentos irregulares ou clandestinos, bem como a construção de conjuntos habitacionais destinados à camada da população com menores rendimentos (MAIA, 2014).

poder aquisitivo da população, da falta de habitação em áreas regularizadas e supridas de serviços públicos e do alto valor da terra urbana. Nesse contexto, o Poder Público passou a investir nos programas habitacionais para a população de baixa renda basicamente em áreas marcadas pela falta e/ou pela precariedade dos serviços públicos e das infraestruturas urbanas (GUIMARÃES, 2007).

No processo de expansão urbana, um elemento de destaque crescente é a ocupação “desordenada” do espaço por meio de várias atividades humanas, entre as quais se destacam o trabalho, o lazer e a moradia. Com isso, cresce nas cidades a demanda nos sistemas de fluxos materiais e imateriais para que a população tenha acesso aos serviços públicos, sobretudo aqueles considerados básicos (saúde, educação, saneamento, entre outros), que são indispensáveis em seu cotidiano.

O crescimento urbano resultou em transformações que ocorrem tanto nas grandes cidades como também nas cidades médias. Estas são definidas por Silveira (2002) como centros urbanos que se ligam a sua dimensão territorial e seu porte populacional. Contudo, Sposito (2006) enfatiza que a classificação das cidades como grandes ou médias deve ser analisada não somente pelo tamanho demográfico, mas também pelos papéis de intermediação que desempenham em suas redes urbanas.

Deve-se ressaltar que, para compreender a especificidade do sistema habitacional nos dias atuais, é necessário entender como ocorreu seu desenvolvimento dentro do contexto histórico da cidade. Assim, este estudo versa sobre o problema das políticas públicas de habitação social, tratando em específico da cidade de Montes Claros, localizada na região Norte do estado de Minas Gerais.

O município de Montes Claros passou por intensas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que provocaram novas dinâmicas em seus espaços intra e interurbanos. A expansão urbana está interligada com a modernização econômica, visível no processo de industrialização e expansão do setor de serviços. Tal fato reflete nas dinâmicas dos investimentos do segmento imobiliário por meio de ações dos agentes produtores do espaço urbano. Essas ações criam novas relações fundiárias bem como a segregação socioespacial da população, provocando o aumento dos grupos excluídos.

Nessa fase de transição da população rural para as áreas urbanas, surgiram os problemas sociais, econômicos e ambientais aos quais a população está exposta e que contribuem para o quadro de desigualdades. A segregação pode ser vista nas formas de ocupação do solo a partir da observação dos loteamentos e das residências da população de

baixo poder aquisitivo em oposição aos loteamentos da população de médio e alto poder aquisitivo.

Em razão disso, o presente estudo tem como recorte espacial o conjunto habitacional popular Residencial Vitória I e II. A justificativa para esse recorte ancora-se na sua localização, distante da área central de Montes Claros. Essa distância pode acarretar aos seus moradores sérios problemas no acesso aos serviços públicos e privados.

Pesquisas sobre essa temática possibilitam reflexões e questionamentos acerca da prestação dos serviços básicos pelos órgãos públicos, considerados essenciais para qualidade de vida da população. Dessa forma, esta pesquisa poderá contribuir para uma análise crítica e reflexiva a respeito da expansão urbana desordenada que influencia no desenvolvimento e na qualidade de vida da população, destacando-se os seus reflexos sobre os habitantes do Conjunto Habitacional Vitória. A problemática de estudo se pauta no seguinte questionamento: De que forma a população do Residencial Vitória tem acessado os serviços na cidade de Montes Claros?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o acesso dos moradores do conjunto habitacional Residencial Vitória, localizado na porção norte de Montes Claros- MG, aos serviços básicos considerando a oferta dos serviços de transporte, saúde, escola, lazer e comércio. O seu desdobramento resultou nos seguintes objetivos específicos: 1) discutir o processo de expansão urbana, articulando as demandas por serviços da população cidadina; 2) caracterizar as transformações socioeconômicas na urbanização montes-clarense, focando nas políticas públicas de acesso à moradia popular; 3) apresentar a implementação dos conjuntos habitacionais, enfatizando o Residencial Vitória em Montes Claros, bem como as formas de acesso aos serviços e aos bens de consumo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste estudo foram: pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. Na pesquisa bibliográfica, optou-se pelas informações publicadas na forma impressa ou digital por diferentes pesquisadores, tendo como referências os livros, os capítulos de livros, os trabalhos acadêmicos, os artigos, os documentos, dentre outras fontes de informações. Essas fontes são importantes na discussão de conceitos e temas relacionados à urbanização e seus desdobramentos no espaço, auxiliando a compreensão das políticas habitacionais na cidade de Montes Claros, especificamente no Conjunto Residencial Vitória.

Considerando as informações no desenvolvimento da pesquisa, trabalhou-se com os dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE na explicação da urbanização brasileira e montes-clarense. Na pesquisa empírica, realizou-se um trabalho de campo, adotando a técnica de observação da área de estudo, buscando a compreensão das relações sociais e econômicas no conjunto Habitacional Vitória a partir da dinâmica dos fluxos.

Na sequência, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores da área de estudo para entender as formas de como e/ou onde a população desse conjunto habitacional acessa os serviços na cidade de Montes Claros. As informações obtidas no campo foram organizadas com o auxílio dos softwares Excel e ARC GIS 10.2 e utilizadas na elaboração de gráficos, tabelas e mapas sobre o conjunto Habitacional Vitória.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos que têm como foco a discussão sobre a trajetória e desafios presentes em um dos componentes básicos para a humanidade: a moradia. Desse modo, no primeiro capítulo, enfatiza-se aspectos como a civilização humana, o processo histórico e suas dinâmicas de organização social. Apresenta-se o quadro de transformações pelas quais passaram as sociedades, o acelerado processo de urbanização decorrente sobretudo da industrialização e da modernização da agricultura que contribuiu para elevar as migrações rural-urbanas nas regiões do mundo moderno. Dessa forma, tratou-se do crescimento das cidades e da dinâmica socioeconômica que levam a população a se deslocar no espaço urbano em busca de bens e serviços que atendam suas demandas.

No segundo capítulo, enfatiza-se as interações espaciais da população urbana na busca por serviços básicos. A explicação dessa dinâmica exige uma abordagem acerca do processo de formação e de crescimento da cidade, bem como do acesso à habitação e aos serviços básicos indispensáveis à população na cidade de Montes Claros. Aborda-se o processo de formação e expansão dos conjuntos habitacionais na malha urbana montes-clarense por meio das políticas habitacionais governamentais, sejam elas federais, estaduais e/ou municipais.

Por fim, no terceiro capítulo, estabelece-se a discussão acerca das políticas públicas habitacionais considerando a área de criação do conjunto habitacional Residencial Vitória, cujo território encontra-se na área periférica da cidade de Montes Claros. Nesse contexto, busca-se apresentar o processo de habitação desse conjunto, observando fatores marcantes como as formas de acesso dessa população aos serviços essenciais (bens de consumo) em um contexto de particularidades e de pluralidades vivenciadas por seus moradores.

Desse modo, há uma conjunção de acontecimentos históricos que influenciaram a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país bem como na cidade de Montes Claros. Fato que reflete sobre a questão habitacional aliado ao acesso dos cidadãos aos serviços de bens e consumo, público ou particulares, que garantam melhor qualidade de vida da população citadina.

1 – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A EXPANSÃO URBANA: um histórico mundial e brasileiro

Neste capítulo discuti-se a trajetória histórica do processo de urbanização mundial a partir da contextualização brasileira, tomando como referência a identificação dos fatores que resultaram na ocupação do espaço, considerando o amplo contexto dessas determinações na cidade de Montes Claros.

Buscou-se destacar o crescimento das cidades e o dinamismo socioeconômico, fatores que levam a população a deslocar-se no espaço urbano em busca de bens e de serviços que atendam suas demandas e/ou necessidades diárias. Necessidades decorrentes dos fatos históricos que estão contextualizados com as transformações mundiais como o expressivo processo de industrialização atrelado à intensificação da urbanização.

Este capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira, aborda-se o processo de urbanização mundial, considerando as transformações sociais, econômicas e do espaço geográfico. Na segunda seção, percorre-se a temática da revolução industrial, enfatizando a transformação da economia rural para o desempenho de atividades comerciais, industriais, de serviços, entre outras. Na terceira seção, discute-se especificamente o setor de serviços no conjunto de atividades socioeconômicas dentro da concentração espacial. Por fim, na última seção, enfatiza-se o crescimento populacional urbano no âmbito do território brasileiro.

Importante frisar que para entender a lógica da urbanização nos países ditos “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” – no último grupo incluem-se os países subdesenvolvidos industrializados – é necessário discutir os seus complexos processos de formação. Nessa discussão, deve-se levar em conta os fenômenos históricos no intuito de reconstruir o surgimento e a evolução da atividade industrial, ainda que de forma sintética, bem como a sua inter-relação com a urbanização. Paralelo a essa questão, o estudo pontuou a oferta de serviços públicos e privados. O funcionamento eficiente desses serviços é imprescindível à estruturação do espaço urbano, tornando-os elementos fundamentais no atendimento das demandas sociais.

1.1 –Urbanização e suas conjunturas socioespaciais

O fenômeno da urbanização está intimamente associado à concentração de pessoas em um território - a cidade, e é decorrente do crescimento populacional que gera mudanças econômicas e transformações sociais, entre outros aspectos (LUCCI *et al*, 2005). A história sócio-ocupacional mundial foi marcada, por muito tempo, pela superioridade numérica da população rural em relação a população urbana em várias regiões do mundo.No entanto,o processo de industrialização iniciado em meados do século XVIII tem contribuído para a migração de pessoas das áreas rurais para as cidades.

O conceito de urbanização torna-se importante para entender a dinâmica desse fenômeno no mundo. Segundo Salgado (2017, p.39), “[...] o conceito de urbanização estaria ligado ao aspecto visível do fenômeno, e seu principal método de análise seria a leitura das estatísticas demográficas com implicações espaciais (aumento do tecido urbano, conturbação, metropolização, etc.)”. Lucci *et al* (2005) expressa que o crescimento populacional relaciona-se ao processo de desenvolvimento da esfera urbana em determinadas sociedades, nas quais as cidades tornaram-se, de forma gradual, lugares de troca de relações, de mobilidade social, de adequação entre oferta e demanda de mão-de-obra e concentração de renda (SALGADO, 2017).

Para Corrêa (1999), é no processo de urbanização que a questão urbana passou a compor o meio do qual a produção, circulação e consumo realizam-se efetivamente. Percebe-se, no entendimento de Fonseca (2010), que esse processo acarretou alguns impactos na estrutura urbana, nas condições técnicas das cidades modernas, nos hábitos e no comportamento da sociedade.

A urbanização teve impacto significativo em todos os setores das cidades modernas e, sobretudo, modificou os padrões de pensamento e de sensibilidade das pessoas que viviam em áreas urbanas. Ao mesmo tempo em que essas populações direcionavam-se para as áreas urbanas, cresciam as cidades e aumentavam as desigualdades sociais e a pobreza urbana. Nota-se que o espaço geográfico, por meio da produção capitalista, gera um processo de separação no espaço urbano, segregando os grupos, as funções e os lugares (LEFEBVRE, 2001).

A reorganização do meio de produção no mundo reestrutura o mercado de trabalho global, fato que contribui para a proliferação da exclusão social, que transforma valores e padrões sociais. As problemáticas que envolvem a desigualdade tem relação direta com as

mudanças ocasionadas pela presença das indústrias, que transformaram o quadro das cidades (PINTO, 2004).

Ao analisar o processo de urbanização, fica evidente que ele trouxe transformações importantes na organização espacial das cidades, além de desenvolvimento econômico. Cresceu a demanda por políticas públicas de planejamento devido ao aumento do contingente populacional, com o objetivo de resolver problemas sanitários, de habitação, saúde e educação (MARICATO, 2000).

A dinâmica que envolve a relação entre industrialização, urbanização e formação das cidades engendrou os padrões espaciais distintos em diferentes partes do mundo. Maricato (2000) afirma que, ao longo da história, as cidades vivenciaram uma metamorfose em seus territórios representada pela intervenção do homem nesse processo. As cidades estão em constante alteração e contém formas complexas de organização em seu espaço urbano.

Os estudos desenvolvidos por Vieira (2010) apontam que os países desenvolvidos, assim como alguns países em desenvolvimento e de industrialização mais recente, apresentam altas taxas de urbanização. É válido destacar que os países desenvolvidos possuem um processo de urbanização mais antigo que ocorreu de forma mais lenta e gradual, integrado com a área rural que possibilitou a melhor estruturação do seu espaço urbano.

Diferentemente dos países desenvolvidos, os denominados países em desenvolvimento caracterizam-se pela urbanização recente e acelerada. O setor industrial dos países em desenvolvimento apresentou um processo de maneira diferenciada, constituindo em suas particularidades um crescimento urbano tardio que gerou um acentuado desequilíbrio das contradições de vida entre as cidades e as zonas rurais, provocando, dessa forma, intenso êxodo rural e rápido processo de urbanização. Isso fez com que o solo urbano fosse ocupado sem um planejamento eficiente surgindo problemas de infraestrutura nas cidades brasileiras (SOUZA, 2002).

Nos países em desenvolvimento, com a instalação das indústrias, o processo de urbanização surgiu de forma mais desorganizada, gerando diversos problemas urbanos devido ao grande contingente populacional. As pessoas migravam das zonas rurais a procura de melhores condições de vida. Expulsos de suas terras, tinham como única opção a mudança para as cidades. Em alguns países emergentes, como é o caso do Brasil, o processo de urbanização tomou impulso no século XX. Nesse mesmo período, em outros

países pertencentes ao continente africano, esse processo ainda está em fase inicial. Assim, conforme destaca Vieira (2010):

Apesar do processo de urbanização ter se iniciado com a Revolução Industrial, foi até meados do século XX um fenômeno relativamente lento e circunscrito há algumas regiões do mundo. Mas, após a Segunda Guerra Mundial, esse fenômeno obteve grande impulso nos países desenvolvidos e iniciados de maneira alarmante em muitos países subdesenvolvidos (na maioria dos países latino-americanos e em muitos países asiáticos). Já o continente africano, ainda, hoje, é pouco urbanizado (VIEIRA *et al.*, 2010, p.102).

Dessa forma, o crescimento urbano sem planejamento eficaz nos países emergentes contribuiu para o desenvolvimento de diversos problemas. Pode-se destacar entre eles a urbanização desorganizada, que causou condições de vida precária, ocupações de áreas de forma clandestina, assim como a favelização e o crescimento dos cortiços (MORAES, 2005). O autor ratifica, ainda, que o crescimento urbano nesses países acentuou as desigualdades sociais além de ter ocasionado adversidades nos serviços de saúde, de educação, de transportes, de infraestrutura urbana e de segregação espacial.

O contexto histórico mundial tem sido marcado pelas diversas fases de transição quanto à configuração espacial, apoiada nos paradigmas econômicos, sociais, políticos, culturais e tecnológicos (VISENTINI; PEREIRA, 2012). Convém destacar, nesta reflexão, a história mundial com ênfase no advento da industrialização.

1.2 - A Revolução Industrial e o processo de urbanização mundial

O processo denominado de Revolução Industrial trouxe um conjunto de mudanças espaciais que modificaram as estruturas e a organização econômica e social que, ao longo da trajetória histórica mundial, foram rompidas ou substituídas por novos padrões e por novos relacionamentos. Esse processo começou em meados do século XVIII na Inglaterra e foi um precursor do capitalismo e do processo de urbanização no mundo, juntamente com fatores econômicos e sociais, ocasionados pela dinâmica de atração do setor industrial.

A Revolução Industrial gerou uma complexidade de acontecimentos que impactaram diretamente na formação socioespacial das cidades por meio de fatores atrativos como: geração de empregos e expansão da indústria. A mais importante dessas alterações ocorreu nos países pioneiros como a Inglaterra no século XVIII, seguida pela França, Alemanha e Estados Unidos no decorrer do século XIX.

A Revolução Industrial significou uma mudança ao possibilitar a troca da ferramenta pela máquina. Isso contribuiu com transformações socioespaciais e econômicas importantes na dinâmica das cidades, tais como: o surgimento de novas profissões, a divisão social do trabalho e a remuneração dos trabalhadores. Contribuiu, ainda, com o considerável crescimento horizontal e vertical das cidades. Este, pela construção de edifícios; aquele, pela formação de novos loteamentos. No contexto da Revolução Industrial, predominou o desenvolvimento do comércio, tendo em vista a ampliação do mercado consumidor que está relacionado com o alargamento comercial (CORRÊA, 2005).

Silva e Gasparin (2006) enfatizam que o surgimento da mecanização industrial contribuiu com as transformações em parte dos setores da vida humana, como a estrutura socioeconômica. Isso consolidou a separação definitiva entre o capital, que tem como representante os donos dos meios de produção e a força de trabalho - representada pelos assalariados.

Pode-se dizer que o processo de industrialização, na primeira Revolução Industrial, foi caracterizado pelo avanço tecnológico das máquinas a vapor movidas a carvão. Nas palavras de Benevolo (1987, p.53), a indústria têxtil deveria “[...] abandonar a antiga organização dispersa e concentrar-se em grandes oficinas onde pudesse dispor da necessária força motriz; primeiro próximo dos cursos de água e depois das minas de carvão, necessárias para alimentar a máquina de Watt”.

O padrão de industrialização originário na Grã-Bretanha marcou a consolidação do capitalismo. Este transformou-se em sistema vigente nas relações impostas, afetando as cidades onde o crescimento iniciou-se por meio do movimento dos camponeses que deixaram e/ou foram expulsos do seu ambiente rural para trabalharem como operário na cidade. Essa era uma alternativa encontrada por eles para garantir sua sobrevivência (WILKINSON, 2008). Além disso, o desenvolvimento das indústrias atraía muitas famílias das áreas rurais para as cidades, culminando no crescimento demasiado do espaço urbano.

Conforme aponta Abiko *et al.*(1995), as mudanças demográficas e industriais contribuíram para que houvesse uma distribuição espacial dos habitantes no território. No entanto, essas mudanças acarretaram o aparecimento de demandas em larga escala por novos locais de fixação. Porém, a resposta para essa demanda era ausente de providências adequadas.

Deve-se elucidar que a instalação dos setores industriais nos diversos países não ocorreu no mesmo período em todo o mundo. Alguns países como Brasil, México e Argentina, tidos como subdesenvolvidos, começaram a implementar indústria de base a partir de 1930. Produziam mercadorias simples (tecidos, ferramentas, alguns tipos de máquinas, entre outros), uma vez que sua industrialização tardia e dependente tinha um desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico reduzido (FONSECA, 2010).

O início desse processo nos países ditos emergentes estava relacionado às crises internacionais. Na Crise de 1929, quando surgiram dificuldades para os países subdesenvolvidos importarem produtos industrializados, foi desenvolvido um modelo de industrialização por substituição de importações, conforme observamos nas palavras de Pochmann (2016):

Por conta disso e diferentemente das industrializações originais e retardatárias, o capital industrial, para se tornar dominante na dinâmica econômica local, precisou contornar barreiras decorrentes da monopolização da produção gerada pela segunda Revolução Industrial, cada vez mais assentada em poucas e grandes empresas instaladas nos países ricos. Assim como a presença do Estado se tornou imprescindível, a internalização do capital estrangeiro passou a fazer parte dos avanços da industrialização tardia (POCHMANN, 2016, p. 34).

Na medida em que a produção capitalista se internacionalizava, verificava-se uma evolução de configurações determinadas nas estruturas sociais, no meio ambiente e nas instituições. Vale ressaltar que a atividade industrial não foi o único fator que contribuiu para o processo de urbanização nas cidades. A dinâmica econômica também colaborou para atrair outros setores da economia, principalmente no setor terciário (comércio e serviços). Essa mesma dinâmica provocou, ainda, intensas modificações no uso e ocupação do solo, sobretudo, o solo urbano. Assim, “O solo deixa de ser simplesmente a base física para a construção da casa, e abre caminho para que prevaleça a lógica do lucro, ampliando a segregação social na cidade.” (MOURA; ULTRAMARI, 1996, p.28).

É evidente que a dinâmica envolvida na relação entre industrialização, urbanização e formação das cidades engendrou padrões espaciais distintos em diferentes partes do mundo. Maricato (2010) afirma que, ao longo da história, as cidades vivenciaram uma metamorfose em seus territórios representada pela intervenção do homem nesse processo. Fato que contribuiu para que as cidades se mantivessem em constante alteração, complexificando as formas de organização do seu espaço urbano.

Nas cidades latino-americanas, como afirma Campos Filho (1992), o processo de industrialização foi tardio em relação aos países desenvolvidos. Veio acompanhado de uma série de problemas socioeconômicos, principalmente no que diz respeito à oferta de empregos urbanos, que não ocorreu no mesmo ritmo que a chegada de migrantes. Tal fato contribuiu para a formação de locais de extrema miséria, também denominados como barricadas, favelas, mocambos, cortiços e palafitas, dependendo da região.

Contudo, tanto os países ditos “desenvolvidos” como os ditos “subdesenvolvidos”, considerando também os de economia emergente, possuem em comum pelo menos uma marca da Revolução Industrial. Ela contribuiu para o crescimento populacional nas cidades por todo o mundo, o que gerou a necessidade de consumo. Com isso, as indústrias aumentaram consideravelmente em número, diversificaram suas áreas de atuação e variedade de produtos e passaram a ter como característica central a produção de mercadoria destinada para o consumo da população (LEAL *et al*, 2008).

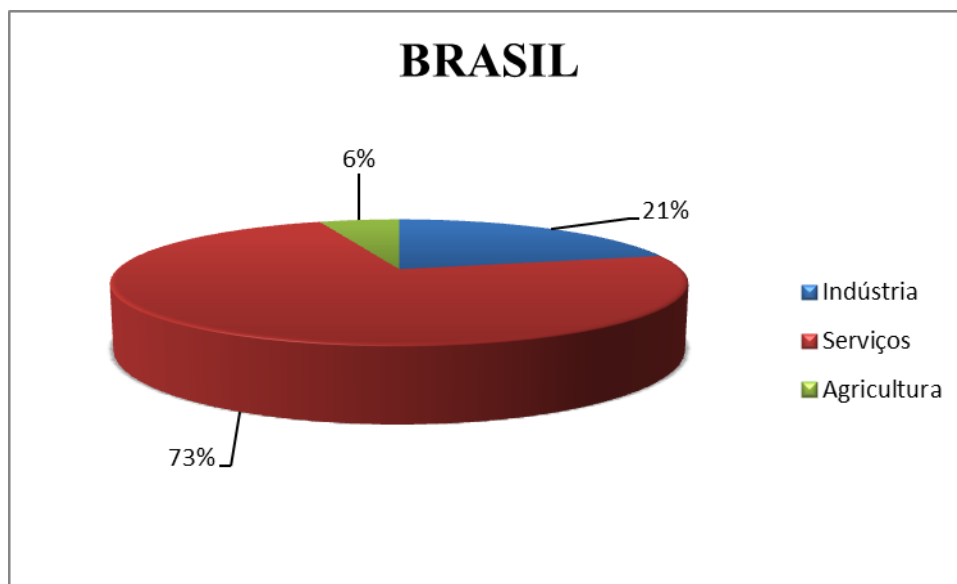
Pode-se afirmar que o processo de industrialização influenciou sobremaneira o processo de urbanização mundial, embora tanto o primeiro como o segundo tenham ocorrido de forma desigual em todo o mundo. A indústria atraiu a população rural para as cidades causando o “inchaço” do espaço urbano e promovendo a expansão urbana e o desenvolvimento do setor de comércio e de serviços para atender às novas demandas populacionais. Houve também o aumento da segregação socioespacial e de problemas relacionados à moradia, violência, falta de emprego, favelização, entre outros aspectos que são bem mais visíveis nos países “subdesenvolvidos”, inclusive os países de industrialização tardia.

1.3 - Expansão urbana: desenvolvimento econômico espacial do setor de serviços na dinâmica socioeconômica das cidades

O setor de serviços já existia na sociedade antes mesmo do processo de industrialização. Os povos comercializavam mercadorias e prestavam serviços de acordo com as demandas populacionais. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, as atividades econômicas e seus processos produtivos modernizaram-se. Houve um avanço tecnológico nos setores de transportes e de comunicação, permitindo uma expansão desse setor entre as metrópoles do mundo (CRUZ, 2007).

Há de se considerar que a aceleração do crescimento do setor de serviços, diferentemente de períodos anteriores, propiciou, na atual conjuntura, sua participação na composição do Produto Interno Bruto - PIB. No entanto, o crescimento econômico não ocorreu de forma uniforme para todas as regiões, uma vez que a industrialização e a urbanização provocaram uma multiplicação de postos de trabalho que exigiam maior qualificação. Atualmente, percebe-se que o setor de serviços tem maior participação no PIB de vários países. Cita-se, como exemplo, o Brasil, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Participação dos setores da economia no PIB-2016



Fonte: Banco Mundial, 2016.

O gráfico 1 apresenta o resultado do PIB referente às atividades econômicas brasileiras para o ano de 2016. Observa-se que o percentual de maior destaque é o setor de serviços, cujo percentual abarca 73%. Em seguida, tem-se a Indústria com valor de 21% e a agricultura com a soma de 6%. O crescimento do setor de serviços está relacionado com o próprio crescimento industrial no país. Este, por sua vez, trouxe consigo a expansão da urbanização, caracterizada pela concentração populacional nas grandes cidades e metrópoles do país, fato que aumentou a demanda por serviços em escala nacional.

O setor de serviços caracterizou-se, a princípio, pela absorção da mão de obra urbana pouco qualificada. No início da expansão do setor de serviços, houve o domínio de atividades tradicionais, como comércio e demandas pessoais, as quais se caracterizavam

pelo baixo recurso tecnológico e mão de obra pouco qualificada (CARDOSO; PEROBELLI, 2013).

Cruz (2007) afirma que, com o crescimento das cidades e diante das novas necessidades da população, houve uma adequação no comércio, que incorporou novas formas de atendimento e maior distribuição de bens de consumo. Começava a despontar o setor de serviços, consequência do progresso e do desenvolvimento econômico dos grandes centros urbanos, resultado da criatividade de empresários e da crescente exigência dos consumidores, conforme aponta:

No processo de ajuste do mercado de trabalho no início da década, ocorre significativa redução do emprego no setor industrial. Porém, este fator é acompanhado do crescimento do emprego no setor de comércio e serviços, que funciona como “acomodador” do desemprego, absorvendo parte da força de trabalho liberada pela indústria. Nesse sentido, a maior capacidade de geração de empregos, diferentemente do que acontecera na década de 1970, desloca-se do setor industrial para o setor de serviços, durante as décadas de 1980 e 1990 (ALVES; *et al*, 2012, p.214)

Para Singer (1977), o setor terciário é formado por inúmeros segmentos econômicos que englobam também a prestação de serviços. Setor em amplo crescimento mundial que abrange atividades diversas, como turismo, lazer, serviços administrativos, internet, limpeza, entre outros. O crescimento do setor de serviços nas cidades significa, por um lado, a comercialização de mercadorias ou prestação de serviços; por outro, o aumento das oportunidades de emprego e geração de renda.

Importante destacar que a sociedade contemporânea passa por um período de grandes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais resultam num processo de reestruturação econômica generalizada no espaço urbano. O desenvolvimento do setor de serviços depende da eficiência de suas atividades em atender à sociedade, aspecto ratificado por Singer (1977). Nesse cenário:

Logo se torna evidente a relevância dessa atividade econômica, não só para reestruturação econômica e organizacional no Brasil, mas também na configuração de um setor capaz de absorver trabalhadores excedentes de outros setores da economia, capaz de contribuir mais que proporcionalmente para geração de riqueza como um todo. Um país mais rico significa um país com mais possibilidades desenvolvimento, já que mais consumo e mais consumo significa mais produção, e, portanto, uma economia mais aquecida e com mais oportunidades (PORTELLA, 2008, p.65).

Considerado importante para o desenvolvimento econômico de qualquer local, o setor de serviços ampliou e diversificou suas atividades econômicas ao longo dos anos e objetiva atender as necessidades da população, seja na obtenção de produtos, seja na aquisição de serviços. Devido à expansão das cidades e aos novos hábitos da sociedade moderna, as mudanças socioeconômicas e os avanços tecnológicos impulsionaram o setor de serviços nos últimos anos, levando-o a um crescimento rápido e diversificado, com a finalidade de atender as demandas da população (SILVA, *et al.*, 2006).

Cardoso e Almeida (2013) explicam que as transformações ocorridas na economia evidenciam a importância do setor de serviços, devido à crescente demanda da população na utilização desses serviços. Dessa forma, com o crescimento da demanda por serviços nas cidades, a área urbana foi ocupada por empresas prestadoras de serviços, além dos serviços informais. As atividades terciárias empregam grande parcela da população em seu setor, conforme as palavras de Arbache e Aragão (2014):

Com participação de 70% no PIB e de 73% no emprego formal, a atividade de serviços já poderia ser alçada ao posto de setor mais relevante da economia brasileira. Mas a sua relevância se torna ainda maior quando levamos em conta a importância cada vez mais crítica dos serviços para a geração de valor, inserção do país na economia mundial, geração de empregos, combate à pobreza e crescimento econômico sustentado. Mais que uma atividade importante, o setor de serviços está se tornando cada vez mais estratégico para os destinos da economia e como tal deve ser tratado pelo governo e pelo setor privado (ARBACHE; ARAGÃO, 2014, p. 13).

Nesse ínterim, ratificando o que foi exposto, Silva *et al.* (2006) enfatizam que o setor de serviços é extremamente heterogêneo em sua composição econômica. Em sua tipologia estão inseridos os serviços públicos de saúde, educação, moradia, entre outros. Corrêa (1999) menciona que entre as dificuldades da população no usufruto da oferta de serviços públicos destaca-se o difícil acesso da população aos serviços de saúde, energia elétrica, água e esgotamento sanitário, juntamente com a carência habitacional.

A carência habitacional é um dos grandes desafios para os governantes e para as famílias carentes que, muitas vezes, são alocadas em áreas impróprias pelos programas públicos de moradia, graças a seu baixo poder aquisitivo. Devido à reforma na estrutura urbana, essas são moradias que se encontram segregadas espacialmente, localizadas em áreas carentes, muitas vezes periféricas, e que apresentam ausência de diversos serviços básicos à qualidade de vida da população.

A relação entre cidade e comércio, além de justificar, contribuiu para o processo de urbanização (ROBERTSON, 2001; SERRANO, TAJADA e ORBEGOZO, 2006). Nesse contexto, verifica-se que o desenvolvimento econômico, somado ao crescimento demográfico acelerado, transformou as áreas centrais das cidades em centros de atividades econômicas, nos quais se destacavam serviços como: comércio, escritórios profissionais, serviços públicos (TROITIÑO, 2000).

Cumprido destacar que o setor de serviços impulsionou o desenvolvimento econômico e social, ocupando uma posição de destaque na economia brasileira. Ele exerce papel fundamental em outros setores da economia, principalmente no setor industrial, por meio de consultoria de marketing, financeira, administrativa, publicidade e comercialização. Traz, ainda, novas possibilidades de expansão e aprimoramento aos outros setores, atraindo investimentos estrangeiros para atender um mercado cada vez mais globalizado e em pleno desenvolvimento econômico (PORTELLA, 2008).

Segundo Vargas (2001), ao longo dos anos, o espaço urbano sofreu um crescente processo de demanda por serviços, com clientes exigentes e cada vez mais críticos, que buscam multiplicidade e qualidade na oferta dos serviços. Surge uma economia que visa atender às necessidades de outros setores econômicos e sua clientela. São inúmeros os fatores que levam ao aumento na procura por serviços, desde o processo de urbanização, até as novas demandas por educação, lazer, segurança e transporte.

O consumo da população e as novas demandas por serviços têm sido influenciados pelos hábitos da vida moderna e pelo acesso à informação. Isso tem refletido no aumento significativo de segmentos comerciais no cenário econômico brasileiro. Hespanhol (2013) afirma que, ao contrário do campo - que se restringe à produção agropecuária, a cidade é marcada pela produção industrial e responsável pelo fornecimento de bens e serviços para a sua população residente bem como para aquelas que se encontram em seu entorno. É nítido que o setor de serviços vem se reestruturando de acordo com os novos padrões demográficos e socioeconômicos da população, haja vista que a demanda por serviços tende a aumentar pelo crescente consumo da população.

O enfoque nos serviços públicos² é essencial para se conhecer os arranjos urbanos populacional, verificando, assim, os desafios presentes na cidade, pois o atual cenário

² Ao conceituar serviço público, o autor Meirelles (2013) define que o mesmo é caracterizado como toda atividade que o Estado exerce de forma direta, ou seja, prestado pela administração ou indireta prestado assim, por seus delegados, sob normas e controles estatais no intuito de satisfazer o interesse público.

brasileiro traz em sua dinâmica uma conjuntura de lutas travadas por diversos setores que a compõem (JÚNIOR SILVA, 2007). Sabe-se que existe uma grande parcela da população sem acesso a recursos necessários para viver com dignidade. Isso acarreta graves implicações para as classes menos favorecidas economicamente, fragilizando a defesa dos seus direitos.

A negligência do poder público em oferecer direitos básicos para a população tem sido observada entre aqueles contemplados com os programas habitacionais públicos. Os moradores são alocados em conjuntos habitacionais construídos em áreas periféricas das cidades, principalmente daquelas de médio e grande porte. Dessa forma, o direito à moradia exclui essa população do acesso a outros serviços indispensáveis para a garantia de sua melhor qualidade de vida, como por exemplo, a saúde, a educação, o lazer, a renda, a igualdade, a liberdade, a segurança, a propriedade, dentre outras variáveis.

1.4 - Contextualizando o cenário de urbanização brasileira e o processo de crescimento urbano de Montes Claros/MG

O processo de urbanização do Brasil é relativamente recente. No período colonial, alguns núcleos urbanos localizavam-se no litoral ou nas suas proximidades e possuíam como uma das principais atividades econômicas a produção agrícola, atividade que concentrava a população no campo (SANTOS JUNIOR, 2004). Com a urbanização, o país passou por mudanças socioespaciais significativas nas cidades, que tiveram seu território transformado econômica, espacial e socialmente. Entretanto, deve-se enfatizar que o processo de urbanização decorrente no cenário brasileiro fez emergir uma nova forma de concentração marcante nos espaços urbanos (BLASI, 2010).

Para Lopes (2008), desde meados do século XX, principalmente depois da década de 1970, o processo de urbanização tem se intensificado nas cidades brasileiras, influenciado pela instalação de indústrias. Esse processo revela o aumento de consumidores, apresentando a necessidade de produzir bens de consumo para a população. A reestruturação produtiva também implicou num processo de modernização do setor de serviços. Constatou-se que as economias latino-americanas podem ilustrar tal ambigüidade, pois apresentam um setor terciário marcado pela presença de uma instância informal significativa. Os serviços considerados como “tradicional” ainda possuem peso significativo nas estruturas econômicas.

As cidades que concentraram as atividades industriais e de serviços tiveram um processo acentuado de urbanização e um aumento significativo no contingente populacional em seu espaço urbano. Nota-se uma mudança na distribuição populacional, conforme observamos no seguinte excerto:

Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são reflexos evidentes que sinalizam um país de um novo tempo (REIS, 2006, p.2).

O Brasil teve seu cenário urbano transformado, passando a apresentar maior concentração de pessoas nas áreas urbanas. Para Lopes (2008), o desenvolvimento das cidades industriais brasileiras foi mais intenso se comparado a outras cidades que não tiveram uma concentração geográfica de urbanização semelhante àquela verificada no espaço industrial do Brasil, pois o que se nota é um crescimento da população em desproporção ao emprego. O crescimento populacional das cidades brasileiras ocorreu de maneira frenética.

Esse crescimento da população urbana e a crescente taxa de urbanização no Brasil vêm sendo registrado pelo (IBGE). Com as crescentes taxas de urbanização, as cidades apresentavam novas demandas por serviços básicos de saúde, educação, energia elétrica, água e Correios. Entre as grandes transformações registradas, observa-se presente no processo de urbanização a instalação de indústrias nos centros urbanos e, por tal fator, as pessoas começam o processo de migração para as cidades. A tabela 1 apresenta a evolução da população urbana e rural no Brasil, no período de 1940 a 2010.

Tabela 1- Evolução da População Urbana no Brasil nas décadas de 1940 a 2010

Período	População Urbana	População Rural	População Total	Grau de Urbanização
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315	31,24
1950	18.762.881	33.161.506	51.944.397	36,16
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457	44,67
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037	55,92
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706	67,59
1991	110.990.990	35.834.211	146.825.475	75,59
2000	137.953.959	31.845.211	169.799.170	81,23
2010	160.925.792	29.830.211	190.755.799	84,36

Fonte: IBGE, 2016. Org.: LIMA, E. de S., 2017.

Conforme exposto na tabela 1, o processo de urbanização brasileiro mostrou-se acelerado desde 1940, fato que propiciou mudanças acentuadas não somente na demografia do país, mas também em toda conjuntura social. A transição urbana é um fenômeno mundial. No Brasil, a passagem territorial do rural para o urbano, conforme Zorraquino (2005), acontece na segunda metade do século XX, período no qual verifica-se o crescimento urbano.

É possível observar, ainda, na tabela 1 que, entre os anos de 1940 a 2010, a população do país passa por uma transição: deixa de ser predominantemente rural e passa a concentrar maior percentual no espaço urbano, principalmente depois de 1970. A predominância, com o passar dos anos, é essencialmente urbana, ganhando maior contingente populacional na medida em que ocorre a evolução do período histórico. É possível perceber ainda, na tabela 1, que o grau de urbanização do país, no mesmo período analisado, cresceu consideravelmente, acompanhando o crescimento da população urbana e geral do Brasil.

É preciso destacar que o crescimento urbano por região brasileira também acompanhou o que ocorreu no quadro geral do país, como observa-se na tabela 2. Essa evolução foi sentida no decorrer dos anos, acompanhada pelo processo de urbanização, com o deslocamento populacional para novas áreas.

Tabela 2: Evolução da População Urbana por região no Brasil das décadas de 1940 a 2010

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59	75,59	81,23	84,36
Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65	59,05	69,83	73,53
Nordeste	23,42	26,4	33,89	41,81	50,46	60,65	69,04	73,13
Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81	88,02	90,52	92,95
Sul	27,73	29,5	37,1	44,27	62,41	74,12	80,94	84,93
Centro Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79	81,28	86,73	88,8

Fonte: IBGE, 2010.

Org.: LIMA, E. de S., 2017.

A tabela 2 mostra que em todas as regiões do país houve o aumento do processo de crescimento urbano. Contudo, esse processo não ocorreu da mesma maneira em todas as regiões do país. Apesar desse crescimento ser notado desde a década de 1940, percebe-se que ele se acentuou a partir do ano de 1970, período em que foram implementados diversos programas nacionais para impulsionar a ocupação de áreas consideradas como vazios demográficos no território brasileiro.

Percebe-se que a região que teve o maior crescimento urbano para o período analisado (1940-2010) foi a região Sudeste, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Sul. Já as regiões Norte e Nordeste ocupam as últimas posições, segundo informações da tabela. Ressalta-se que estas são as regiões menos desenvolvidas economicamente no país por diversos fatores, inclusive geográficos, cuja discussão não é foco da presente pesquisa.

Conforme Brito e Pinho (2012) é necessário salientar que a distribuição espacial da população está ligada diretamente à atividade econômica. Por esse motivo, tem-se uma concentração desigual. A região Sudeste, em especial os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, destaca-se na expansão urbana e industrial. Entende-se, assim, que suas metrópoles abrigam grande parte da população brasileira atual. O crescimento das cidades é marcado pelo modo de vida urbano de sua população e pelos novos padrões de consumo e utilização do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, como relata Santos (1993), o processo de urbanização nas cidades proporcionou um elevado crescimento econômico e populacional, intensificando as migrações internas da população rural. Essa população foi atraída para os centros urbanos à procura de emprego e melhores condições de vida. A partir dessa migração, houve um aumento de consumidores, o que resultou na necessidade de produzir bens de consumo para os habitantes. As cidades começaram a destacarem-se economicamente no cenário brasileiro através da industrialização e da expansão do setor de serviços. Zorraquino (2005) pontua que,

[...] o processo de “industrialização dependente” do país já está bastante avançado, precisando da concentração da mão-de-obra nas cidades. É então que se dá o forte processo de migração do campo para a cidade, para constituir o exército de reserva necessário para o trabalho assalariado nas fábricas e nos serviços. Em consequência também mudam as novas demandas urbanas por transportes, equipamentos, serviços e infraestruturas coletivas (ZORRAQUINO, 2005, p.10).

Em conformidade com análise feita por Martine (1991), é indiscutível que, ao mesmo tempo em que o espaço urbano se desenvolvia com o processo de industrialização, o campo passava por intensas transformações: modernização, criação da propriedade privada, novas técnicas. Essas transformações restringiram o acesso à terra que se tornava uma mercadoria nas mãos dos grandes latifundiários. Em função do crescimento das cidades, pela chegada de novos migrantes, houve o déficit habitacional em decorrência da

falta de condições por parte da população mais carente em obter uma moradia digna no solo urbano.

Houve uma redistribuição das atividades econômicas e de investimentos imobiliários, surgindo novas áreas de habitação com empreendimentos de alto e baixo padrão, inclusive por parte do Estado. Fato que propiciou uma segregação socioespacial nas cidades brasileiras. O acelerado processo de urbanização juntamente com a especulação imobiliária influenciou na expulsão da população carente em direção às áreas periféricas. Essa nova dinâmica econômica das cidades brasileiras oportunizou criar riquezas e modelar uma nova composição no espaço geográfico, além de ter contribuído para o desenvolvimento econômico e social da sociedade. Desse modo, surgiu uma nova organização socioespacial nas cidades (MARTINE, MCGRANAHAN, 2010).

A expansão do espaço urbano por meio do crescimento populacional associado às deficiências no processo de planejamento e na gestão de políticas públicas urbanas tem resultado no crescimento “desordenado” das cidades, acarretando diversos problemas sociais. Para Silva (1997), o processo de urbanização do Brasil teve como consequência diversos problemas de ordem social, destacando, entre eles, o crescimento das cidades em função do acúmulo de pessoas, o déficit habitacional (ocupações ilegais e favelas), a segregação espacial, a ausência de mobilidade e a falta de infraestrutura e a precariedade dos serviços públicos de saúde em decorrência da alta demanda.

As grandes cidades brasileiras enfrentam problemas de ordens sociais, ambientais, carência de infraestrutura, ocupação de áreas distantes da malha urbana e formação de aglomerados, como exposto acima. Nos municípios brasileiros, os gestores públicos não estavam preparados para atender às necessidades da população de forma igualitária (LOPES, 2008).

O processo de urbanização intensifica a desigualdade dos espaços na cidade. As áreas urbanas acabam sendo divididas de acordo com sua funcionalidade. Conforme Brito (2006), houve, com o processo de industrialização, a chamada migração interna, na qual a população do campo era redistribuída para as áreas urbanas, com expressiva concentração nas periferias das cidades. Cumpre destacar que a transição urbana no Brasil ainda é recente se comparada a outros países onde essa transição ocorreu há mais tempo. Esse fato é ressaltado no estudo realizado por Martine e McGranahan (2010), que destacam:

Apesar da precocidade dessa transição urbana, as cidades brasileiras ainda enfrentam desafios sociais, econômicos e ambientais pesados. Essa mutação abrupta não se processou de forma harmoniosa, tendo sido particularmente difícil para os contingentes mais pobres que, apesar de representar a parcela majoritária do crescimento urbano e um motor essencial do desenvolvimento nacional, raramente tiveram seu lugar contemplado na expansão urbana. Esse descaso com as necessidades do maior grupo social está na raiz dos grandes problemas sociais e ambientais que afligem as cidades brasileiras no século 21 (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010, p.11-12)

Para Corrêa (1989), a reorganização espacial é feita via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, realizadas pelos agentes sociais (proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado; grupos sociais excluídos). Estes por sua vez, têm papel importante na reorganização espacial das cidades, considerando que há uma renovação urbana com a implementação de políticas públicas nos setores de moradia, comércio, indústria, lazer, saúde, entre outros.

Diante desse contexto, verifica-se que, em grande medida, os responsáveis pelas características do espaço urbano são: o Estado, os órgãos privados e a sociedade. Juntos, determinam a função de cada área na cidade. Dessa forma, as cidades acabam oferecendo uma rede de serviços, mercadoria e capital, atraindo um grande contingente populacional (CORRÊA, 1995).

Corrêa (1999) e Vitte (2010), em suas relevantes análises, apresentam agentes produtores do espaço. Nesse caminho, enfatizam os agentes imobiliários privados, com ênfase para o Estado. Este possui grande relevância nesse processo, em função da sua atuação complexa e variável. Exerce nesse espaço diversificados papéis, de maneira que pode ser um consumidor, proprietário fundiário, promotor imobiliário.

Segundo Corrêa (1999), o Estado possui como principal característica a regulação do uso do solo, por meio do zoneamento, do Plano Diretor, do código de obras, leis urbanísticas, entre outros. Entretanto, cabe pontuar sua importância na implantação de serviços públicos cuja oferta, conforme afirma o autor, é desigual tanto espacial como socialmente, o que gera constantes reivindicações de diferentes grupos sociais para a conquista de direitos.

A urbanização é uma forma de estruturação do espaço geográfico. Assim, as cidades brasileiras caracterizam-se não apenas pela concentração populacional em seu espaço urbano, mas também pelo adensamento das atividades sociais e econômicas. Ao fazer uma discussão das relações espaciais, Braga e Carvalho (2004, p. 11) elucidam que:

Toda cidade possui espaços caracterizados por usos diferenciados do solo. Algumas áreas são ocupadas principalmente por residências; outras, por estabelecimentos comerciais e escritórios; outras, por indústrias, e outras, agregando vários usos. Se observarmos com atenção, veremos que a distribuição dos diversos usos na cidade não é aleatória. A maior parte do comércio e dos serviços está localizada no centro da cidade, enquanto as grandes indústrias normalmente estão localizadas em uma área isolada da cidade, em alguma parte da periferia.

Esse processo trouxe reflexos na organização espacial. Com o advento da globalização, há um fluxo de acontecimentos que se realizam de forma desigual sobre as formas, funções e agentes sociais. Esse fenômeno, segundo Costa (2004, p.01), fez crescer “a situação de pobreza dos países periféricos, com imensos efeitos negativos para sua população e com consequências sociais enormes, como a deficiência da educação, da saúde, e o aumento da criminalidade”. Para Vitte (2010), a desigualdade cresceu com o processo de urbanização e globalização deixando marcas nas cidades brasileiras, como a segregação socioespacial.

A noção de terra urbana como mercadoria foi reforçada, tendo em vista que o acesso a ela só pode ser feito mediante o mecanismo de compra e venda. Isso ocasiona a denominada especulação imobiliária, promovida pelos agentes econômicos (agentes produtores do espaço urbano). A demanda pelo solo urbano ocorre para diferentes finalidades, em especial, a moradia. A moradia tornava-se, então, uma simples mercadoria suscetível de ser adquirida com base nos recursos econômicos (VITTE, 2010).

Na concepção de Villaça (2001), as cidades brasileiras apresentam uma nova dinâmica socioespacial, movimentando um processo de reorganização espacial, decorrente do constante adensamento populacional. Nota-se o surgimento de uma nova configuração do espaço urbano no país, em que cada área da cidade possui característica urbanística própria, bem como o acesso aos serviços públicos distintos. Isso gera graves problemas nas cidades contemporâneas, como a intensificação da segregação espacial.

A industrialização gerou uma urbanização que produziu periferias em excesso, fato que ocasionou a separação dos contingentes sociais de centro constituindo, assim, isolamento e separação (CARLOS, 2013). De acordo com Silva (1997), os problemas presentes nas cidades brasileiras são identificados em seus contextos semelhantes às grandes contradições sociais e com variados graus de intensidade.

Portanto, identifica-se nas cidades do país vários problemas referentes a emprego, habitação, transporte, lazer, água potável, esgotos, educação, saúde, dentre outros. Nesse contexto, percebe-se que a moradia, na sociedade brasileira, é um fator preponderante de

status social, uma vez que determina tanto a exclusão como a inserção social. Dessa forma, segundo Pinto (2004), o cidadão que possui maior poder aquisitivo ocupa uma área de visibilidade social, enquanto a classe mais pobre tende a ocupar espaços inadequados para habitação. Essa situação gera, para o Estado, sérios problemas, não somente em relação à moradia, sobretudo, problemas de ordem social, ambiental, econômico, entre outros.

O espaço geográfico possibilita compreender sua própria dinâmica e entender a ação das atividades humanas em sua produção. As cidades brasileiras passaram por um processo de transformação não só econômico, mas relacionado, também, ao crescimento da urbanização. Além disso, esses processos marcaram o surgimento de um novo ciclo da urbanização brasileira e de transformações econômicas, políticas e sociais.

Tais transformações não ocorreram somente nos grandes centros do país, mas também em cidades que apresentaram um elevado crescimento econômico e demográfico e que, hoje, são consideradas como cidades médias. É o caso da cidade de Montes Claros, recorte espacial deste estudo. De acordo com Gomes (2007), foi no período de 1990 que houve transformações relevantes quanto à expansão e especialização das atividades do setor terciário. Surgiu uma reconfiguração do espaço urbano com a descentralização das atividades de comércio, ocasionando o aparecimento de novos centros, os denominados sub-centros.

Entretanto, cabe enfatizar que a urbanização intensa gerou um crescimento desordenado da cidade, ocasionando vários problemas relacionados à moradia, favelização, aumento dos cortiços, falta de infraestrutura de transporte, problemas de mobilidade, desemprego, carência ou ausência de escolas e hospitais, além da segregação socioespacial e a violência (LEITE; PEREIRA, 2005). Todos esses problemas foram agravados pelo crescimento populacional.

Ao abordar a questão da prestação de serviço básico, é imprescindível discutir a situação de Montes Claros- MG que se destaca na região na qual está inserida por exercer influência nas cidades em seu entorno (BASTOS; MARIONI, 2011). As principais mudanças espaciais em destaque manifestam-se no setor econômico, político e social, incluindo as necessidades e demandas por serviços da sua população. Tais demandas impulsionam no município vários movimentos sociais, decorrentes das necessidades que se manifestam em seu espaço geográfico. Destaca-se o setor de serviços, principalmente, em relação ao serviço público.

O enfoque nos serviços públicos é essencial para se conhecer os arranjos urbanos da população de Montes Claros. A partir dele, pode-se verificar os desafios presentes nessa cidade, considerando que o atual cenário brasileiro traz em sua dinâmica uma conjuntura de lutas travadas por diversos setores que a compõem (SILVA JÚNIOR, 2007). Sabe-se que existe uma parcela da população sem acesso a recursos necessários para viver com dignidade. Isso acarreta implicações para a população que compõe as classes menos favorecidas economicamente, fragilizando a defesa dos seus direitos.

2 – EXPANSÃO URBANA DE MONTES CLAROS-MG: desafios no acesso à moradia popular

Neste capítulo, discute-se a perspectiva histórica das transformações que fizeram parte do processo de desenvolvimento urbano de Montes Claros. O estudo elucida a geografia do espaço urbano montes-clarenses, resgatando as mudanças acarretadas pela industrialização e, por conseguinte, pela urbanização. No contexto habitacional da cidade, reflete-se sobre a importância de Montes Claros como principal centro urbano do Norte de Minas Gerais. O município possui uma base econômica diversificada e fluente, com destaque para os setores da agropecuária, da indústria, do comércio e da prestação de serviços.

A contextualização histórica de Montes Claros permite entender a relação que se estabelece entre o tempo e o espaço, enfatizando a localização geográfica e a formação espacial na caracterização da cidade. Ao mencionar seu processo de desenvolvimento socioeconômico, discutiu-se as políticas públicas habitacionais implementadas em Montes Claros. Diante desse aspecto e devido à amplitude do tema, analisou-se de maneira mais detalhada a forma como se distribuíram as políticas habitacionais urbanas para as populações cuja renda é classificada como baixa.

Analisou-se a situação do quadro atual da habitação em Montes Claros tomando como base os conjuntos habitacionais que recebem incentivos governamentais para que a população adquira a casa própria. Além disso, particularizou-se o estudo sobre a importância da habitação no contexto de desenvolvimento social de Montes Claros/MG.

Dessa forma, o capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, discute-se a Política Habitacional brasileira e o processo de urbanização de Montes Claros. Na sequência, caracteriza-se o setor de serviços do município bem como a política habitacional. E, por fim, na terceira parte, aborda-se uma discussão quanto o surgimento dos conjuntos residenciais na cidade.

2.1 - A Política Habitacional brasileira

A questão da habitação é um problema que vem aumentando consideravelmente nas cidades brasileiras em decorrência do aumento do contingente populacional que grandes centros urbanos. Em razão disso, o governo criou políticas públicas com o objetivo

de atender e facilitar o acesso da população à casa própria. Para Leite (2011, p. 01) essa questão está ligada ao fato de que “[...] a habitação continua sendo um dos principais problemas urbanos existentes nas cidades brasileiras, afetando a população de baixa renda, que precisa de moradia e um lugar digno para viver”.

Necessário considerar que o problema da habitação no país decorre do crescimento populacional desordenado, que causou um inchamento demográfico nos centros urbanos (ANDRADE, 2012). Como consequência, houve o agravamento dos problemas urbanos, tendo em vista que a população advinda da zona rural não possuía qualificação necessária para o trabalho nas fábricas, logo, muitos sobreviviam com o mercado informal nas cidades. Com poucos recursos financeiros, os trabalhadores eram direcionados para as áreas denominadas de periferia ou favela, que geralmente não possuem infraestrutura necessária para a população (GUIMARÃES, 2007).

Sobre a expansão urbana, Sposito (2000, p. 140) expõe que “[...] a centralidade se segmenta porque não há níveis e circunstâncias frequentes em que haja coincidência territorial entre as práticas socioespaciais de segmentos de diferente poder aquisitivo”. Dessa maneira, a industrialização estimulou a construção de novas habitações, responsável pelo início de novos loteamentos, gerado pela demanda social de acesso à habitação.

Cabe frisar que, ao longo da história brasileira, diversas foram as ações voltadas para o campo das políticas públicas. Essas políticas públicas tiveram como foco a questão habitacional no país, pois o problema habitacional brasileiro gerava demandas advindas da população de baixa renda (LEITE, 2011). Esse cenário determinou iniciativas por parte do Governo Federal que objetivavam ampliar o acesso à moradia em todo país.

Barbosa (2016) retrata que a política habitacional ganhou destaque na década de 1930, no então governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Pelo fato de existir uma crise no acesso à moradia, a questão da habitação foi evidenciada no debate nacional, o que fez com que o poder público atuasse de forma mais significativa nas questões sociais. A partir de então, teve início o desenvolvimento de diversas medidas para amenizar o déficit habitacional no Brasil. A primeira delas foi a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Sobre isso, Marguti (2012, p. 44-45) destaca:

De uma maneira geral, os IAPs prestaram grande contribuição para a construção de novas unidades habitacionais no país, no entanto, estas mantiveram-se restritas aos trabalhadores assalariados, excluindo os não-assalariados do acesso à moradia. Da mesma forma, sempre esteve presente a contradição entre o aspecto social da atuação dos IAPs e obtenção de rentabilidade a partir da aplicação dos fundos previdenciários.

As ações do IAPs estavam voltadas aos trabalhadores registrados em carteira de trabalho, por isso, elas não se estendiam ao restante da população que sobrevivia no mercado informal. Parte da população pobre residia em imóveis alugados, situação que levou o governo Vargas a sancionar uma lei que congelava o valor dos aluguéis. Essa medida resultou no agravamento da situação habitacional, pois os proprietários eram obrigados a manter o preço, assim, não os ajustavam conforme o sistema econômico em vigência no Brasil. Isso ocasionou o despejo dos inquilinos, tendo em vista que a venda dos imóveis geraria mais lucros aos proprietários (LIMA; ZANIRATO, 2014).

A solução para esse problema perpassava pela habitação, haja vista que ela era considerada como um dos elementos necessários para regular as agitações provocadas pelos trabalhadores assim como gerar o bom trabalhador. Em outras palavras, promover a habitação representava um forte elemento para fixar a estabilidade do governo Vargas e silenciar greves e protestos dos operários (BONDUKI, 2008).

Autores como Azevedo (1988) e Werna (2001) ratificam que a década de 1940 foi marcada pela atuação da Fundação Casa Popular (FCP) no país. Criada em 1º de maio de 1946 no governo de Eurico Gaspar Dutra, através de um acordo firmado por meio do Decreto lei nº 9.218/46, tinha como objetivo construir moradias populares para as classes mais baixas bem como acentuar o discurso do governo para o meio popular de acesso à casa própria.

Por meio da FCP, o governo criou várias medidas para facilitar o acesso às casas populares. Entre essas ações incluíam-se diversos subsídios indiretos. Nessas circunstâncias, a FCP não obteve êxito na construção das habitações populares. O programa apresentou falhas durante sua vigência que refletiram diretamente na quantidade de moradias construídas e não amenizou o déficit habitacional no país.

Além desses fatores, o programa fracassou por não ter fontes de recursos próprios, dependia unicamente de dotações orçamentárias e de ações do governo federal, o que gerou o descumprimento dos objetivos contidos no programa (AZEVEDO; ANDRADE, 1982). Nesse contexto, Botega (2008, p.63) ressalta que:

A Fundação Casa Popular foi extinta em 1964 após 17 anos de existência. Neste período, foram construídas apenas cerca de 17.000 moradias. O fracasso da instituição pode ser explicado pelo caráter emergencial e pontual das ações, além da submissão aos interesses eleitoreiros. Numa comparação quantitativa, a produção da Fundação foi cerca de 90% menor que a dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que produziram entre 1937 e 1946, 31.587 unidades habitacionais. Porém, numa análise qualitativa, sem levar em conta os favorecimentos políticos para acesso à habitação, o perfil atendido pela Fundação Casa Popular era a população mais pobre, ao contrário dos IAPs, que não tinham sua produção habitacional voltada para esta classe, pelo contrário, em muitas dessas instituições, particularmente nas mais dinâmicas, a clientela era constituída por famílias de renda média ou alta (BOTEGA, 2008, p.63).

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH), criado em 1964, é outro importante programa que merece destaque no cenário brasileiro. Esse Sistema correspondeu à implantação e estrutura do órgão central do Banco Nacional de Habitação (BNH), cujo objetivo era fomentar a indústria da construção civil por meio de financiamentos e sanar o problema da habitação. Cabe pontuar que durante sua atuação foram construídas quatro milhões de unidades habitacionais.

Conforme Vieira (2013), o movimento percorrido pelo SFH e o BNH pode ser analisado em três períodos. De 1964 a 1969 houve a implementação e ampliação do BNH e das COHABs (Companhia de Habitação Popular). Os anos que compreenderam o período de 1970 a 1974 incidiram em transformações quanto ao funcionamento do BNH e uma crise do SFH, o que ocasionou uma participação crescente nos financiamentos voltados para as faixas de renda mais altas e atingiu diretamente os principais mutuários, oriundos das camadas pobres.

Por fim, entre os anos de 1975 a 1980, houve a reestruturação do BNH, que passou a ser uma empresa pública com funções de banco. O BNH destacou-se pelo extenso número de moradias construídas, das quais, a maioria, foi destinada à classe média. Isso pode ser comprovado nas palavras de Andrade (2012, p.22): “[...] o expressivo número de unidades habitacionais financiadas durante este período foi quase exclusivamente de moradias para média e alta renda, ficando o déficit habitacional cada vez mais concentrado nas camadas mais pobres da população”.

Importante discutir sobre a política habitacional aplicada pelo BNH. Essa política contribuiu para o processo de favelização ao intensificar, através das medidas adotadas, os grandes conjuntos habitacionais. O caminho encontrado pelas famílias pobres eram as favelas e os loteamentos clandestinos das periferias das capitais e das cidades das regiões metropolitanas (DENALDI, 2003).

Embora o BNH tenha participado na construção de moradias, não conseguiu alcançar as necessidades da população ao acesso à habitação. O Banco foi extinto através do decreto lei nº2.291 de 21 de novembro de 1986 e suas competências foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF). Nesse caminho, Bonduki (2008, p. 75) aponta:

Com o fim do BNH, perdeu-se uma estrutura de caráter nacional que, mal ou bem, tinha acumulado enorme experiência na área, formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país. A política habitacional do regime militar podia ser equivocada, como já ressaltamos, mas era articulada e coerente. Na redemocratização, ao invés de uma transformação, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação (BONDUKI, 2008, p.75).

Os indicadores revelam que o processo de reabertura democrática no Brasil foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais, em que diferentes grupos reivindicavam seus direitos. Destaca-se a mobilização popular, cujo foco de luta era a moradia digna. Esses movimentos contribuíram para a intensa manifestação social que houve em 1988 quando foi promulgada a Constituição Federal.

Sobre a Constituição Federal, Nogueira (2010, p. 4) afirma:

Incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, prevendo a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas do governo. Apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação e serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país, as condições de moradia da população brasileira ainda são bastante precárias, sobretudo entre as camadas mais pobres.

A habitação é um direito assegurado ao homem no texto da Constituição Federal de 1988. O acesso à moradia é considerado condição de qualidade de vida e desenvolvimento social de um país. A partir da demanda populacional, o governo federal cria políticas públicas, a fim de amenizar a desigualdade socioeconômica e as precárias condições de moradia de boa parte da população. Nesse sentido, “[...] o acesso à moradia adequada é condição essencial para a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Além desse caráter social, o setor habitacional se reveste de grande valor econômico” (ALMEIDA, 2011, p.24).

Na perspectiva Andrade (2012), entre os anos de 1990 e 1992, ocorreu o enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao incentivo de redução do déficit habitacional. Em maio de 1990, foi apresentado o Plano de Ação Imediata para a

Habitação (PAIH) cujo objetivo era o financiamento de casas populares em apenas 180 dias. No entanto, as metas não foram concluídas devido ao processo de *impeachment* (impedimento) sofrido pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

Esse fato fez com que a implementação de programas governamentais de habitação fosse retomada pelo presidente Itamar Franco (1992 a 1994). Ele criou o “Programa Habitar e Morar Município” a fim de financiar a construção de moradias populares em regime de ajuda mútua. Com isso, dois programas foram direcionados para as classes de baixa renda e moradores de áreas de risco (ANDRADE, 2012).

Vale ressaltar que esses programas apresentavam muitas exigências legais que dificultavam a ação dos municípios na captação de recursos e o acesso da população às habitações populares (VIEIRA, 2013). Apesar disso, os programas tiveram avanços importantes e ajudaram a população no acesso às moradias. Para Marguti (2012), esses programas contribuíram com o acesso à novas unidades habitacionais, com a urbanização de favelas, com a produção de lotes urbanizados e com melhorias habitacionais. A autora ressalva que:

De maneira geral, o período é marcado pela falta de uma estratégia nacional para o enfrentamento da questão habitacional. Esta lacuna passa a ser preenchida de forma descentralizada e fragmentada por estados e municípios empenhados em minimizar a enorme dívida social e urbana. Essas iniciativas originam uma grande diversidade de experiências alternativas nos municípios brasileiros, como a urbanização de assentamentos precários e a construção de moradias através de mutirão e autogestão, porém pouco articuladas entre si, dada a ausência de uma política habitacional de âmbito nacional. (MARGUTI, 2012, p.60)

Ao longo dos anos, os programas de habitação apresentaram vários problemas durante suas execuções, logo não atingiram as metas esperadas pelo governo federal. As moradias tornaram-se meras mercadorias nas mãos dos proprietários da terra urbana.

Andrade (2012) verifica que, no período de transição entre 1995 e 2002, emerge uma nova postura de enfrentamento do problema habitacional. Foram implantados importantes programas que perduraram até o ano de 2003. Novas perspectivas foram formuladas para a política nacional de maneira objetiva e estratégica que culminaram na criação da Secretaria de Urbana - SEPURB, vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Essa secretaria foi criada na Política Nacional de Habitação - PNH, política governamental que fomentou a Carta de Crédito Individual, a Carta de Crédito Associativa e o Programa de Apoio à Produção para os construtores.

Durante a gestão, geriu-se o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, que utilizava recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Assim, o acesso à moradia passa a ser visto como condição de qualidade de vida e desenvolvimento social de um país (ANDRADE, 2012).

A partir de 2003, a questão habitacional passa a ser vista como um processo de transformação, exemplo disso foi a criação do Ministério das Cidades. Nesse contexto, encontra-se o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, criado no ano de 2009 com o intuito de atender a demanda da população com menor poder aquisitivo. Esse programa destaca-se pela sua proposta social que, além de facilitar o acesso à moradia própria, oferece às populações de baixa renda subsídios e condições facilitadas de crédito financiadas Governo Federal (BENVENGA, 2011). Com isso, o programa também estimulava a geração de emprego e investimentos na construção civil.

Para uma melhor compreensão da finalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, destaca-se o artigo primeiro da lei que o regulamenta, a saber: Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. O artigo apresenta a estrutura e a finalidade do programa:

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros (BRASIL, 2009).

São exigidos alguns critérios para que o cidadão de baixa renda seja contemplado pelo programa de habitação, tais como: inscrição em um programa habitacional; não ser proprietário de outro imóvel; ter filhos menores de idade; ter idoso, enfermo ou deficiente na família; ter emprego fixo; residir na cidade por período igual ou superior a cinco anos, morar em áreas de risco ou possuir habitação precária (GUIMARÃES, 2007).

Cabe destacar que o PMCMV estendeu-se como política habitacional no governo Dilma, eleita no ano de 2010. A implantação do programa abarcou propostas governamentais de universalização do acesso à moradia. Contudo, o programa descrito, segundo Benvenga (2011), exige uma faixa salarial específica para que o cidadão tenha acesso à moradia, bem como os agentes responsáveis pela execução do programa até o processo final da entrega das casas.

O direito à habitação compõe o quadro das necessidades humanas básicas, confirmado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição Federal

do Brasil de 1988. Dessa forma, a política implementada pelo Estado brasileiro tem como proposta viabilizar ações que estimulem os conjuntos habitacionais a incorporar diferentes segmentos que objetivem atender desde as famílias de renda mais baixa àquelas de renda média alta (BENVENGA, 2011). No acesso a moradia pelo Programa “Minha Casa Minha Vida”, o quadro 1 apresenta as faixas de renda necessárias para que as famílias possam ter acesso a essa política habitacional no Brasil, assim como os agentes que atuam no segmento imobiliário e as ações que devem ser realizadas para que os conjuntos sejam construídos, buscando atender as demandas de futuros moradores.

Quadro 1: Programa Minha Casa Minha Vida (Faixas de cobertura, Agentes e Formas de Atuação)

Faixas Atendidas	Agentes e Atuações
<p>FAIXA 1: 0 a 3 salários mínimos</p> <p>A faixa 1, destaca os critérios limites que a compõem, destacando o grupo familiar que possui renda até no máximo três salários mínimos, ou seja, de público de baixa renda.</p>	<p>A CEF define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do PMCMV.</p>
<p>Faixa 2: de 3 a 6 salários mínimos</p> <p>A faixa dois, engloba a denominada renda média inferior que compõem o mercado econômico, agregando as famílias cuja renda mensal é composta por três a seis salários mínimos.</p>	<p>A produção é “por oferta”, o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CEF, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades.</p>
<p>Faixa 3: de 6 a 10 salários mínimos</p> <p>Essa faixa é caracterizada pela renda média superior, tendo em seu total até seis salários mínimos.</p>	<p>A comercialização é feita pelas construtoras ou através dos “feirões” da Caixa, havendo a possibilidade de que os pretendentes à aquisição consigam uma carta de crédito na Caixa para ir ao mercado buscar uma moradia para aquisição.</p>

Fonte: SILVA; TOURINHO, 2015.

A expansão urbana, através dos empreendimentos imobiliários em direção as áreas periféricas, ampliou as desigualdades e a segregação socioespacial. De acordo com

Rodrigues (2017, p. 01), a “[...] produção do espaço a partir da ação dos promotores imobiliários e do Estado tem repercutido em uma intensa (re)produção do espaço urbano que tem se configurado em segregação socioespacial e contribuído para a valorização do solo urbano em algumas áreas”. Nesse sentido as demandas populacionais nesse segmento foram atendidas. Todavia, essas políticas habitacionais não foram suficientes para atender toda a demanda que surgiu.

Renda da população e especulação imobiliária são variáveis determinantes no processo para adquirir os imóveis dos conjuntos habitacionais. Esse tipo de moradia representa um refúgio para uma parcela da população que não tem condições financeiras de habitar em áreas supridas por serviços básicos. Contudo, a construção de conjuntos habitacionais nos arredores da cidade apresenta problemas de infraestrutura em seu processo de implantação, uma vez que as casas são construídas nos bairros distantes sem ou com poucos equipamentos públicos necessários para garantir a qualidade de vida dos moradores (MARGUTI, 2012).

O processo de urbanização é um dos principais responsáveis por dinamizar os diversos setores da sociedade. Sendo assim, é necessário compreender como esse processo ocorreu na cidade de Montes Claros para, então, entender a configuração territorial presente em seu espaço urbano, sobretudo no que refere à habitação e ao acesso da população aos serviços básicos e essenciais à qualidade de vida.

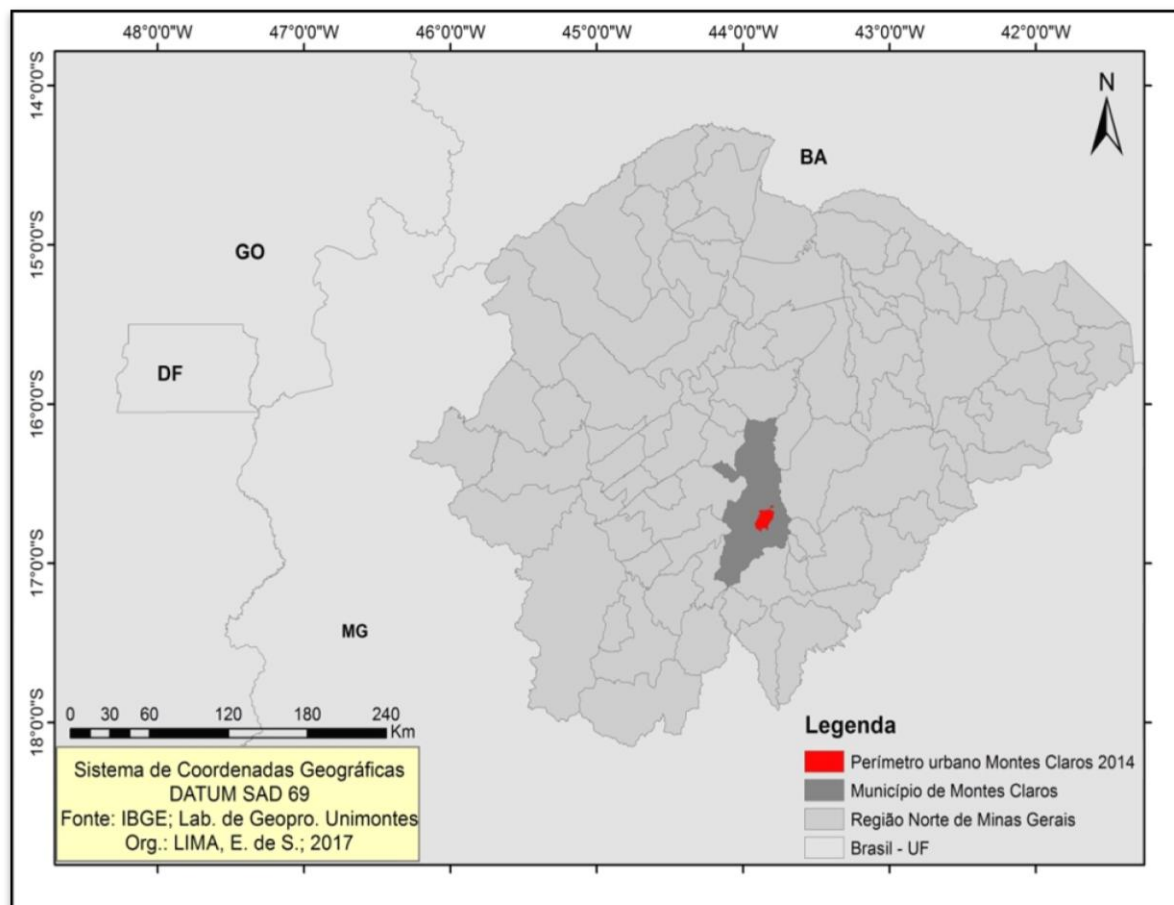
2.2. O processo de urbanização em Montes Claros-MG

O contexto da urbanização tem sido discutido diante de um cenário de mudanças na estrutura social, econômica e política em várias partes do mundo. A Revolução Industrial fomentou o capitalismo e fez emergir os grandes centros industriais, como também os aglomerados de pessoas. Na esteira da Revolução Industrial, os grupos de operários formam os que mais contribuíram para o crescimento das cidades.

Esse desenvolvimento acarretou um aumento problemas vivenciados pelas cidades capitalistas (MENTA, 2008). Nessa perspectiva, Rocha (2005) aponta que o processo contraditório do crescimento urbano contribui para o surgimento de novas relações culturais, políticas, econômicas, sociais. Contribui ainda para uma nova reorganização do espaço, caracterizada pela urbanização acelerada. Esses fatores causam transformações nas cidades que podem ser observadas em Montes Claros - MG.

De acordo com dados disponibilizados pelo IBGE, Montes Claros foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial n.º 802, de 03-07-1857. O município (Mapa 1) ocupa uma área total de 3.568,941km² e localiza-sena Bacia do Alto Médio São Francisco. Possuindo uma população residente de 361.915 mil habitantes (IBGE, 2010).

Mapa 1: Localização de Montes Claros



Pode-se observar, no mapa 1, a localização geográfica do município de Montes Claros situado na região Norte do Estado de Minas Gerais. Para compreensão da dinâmica urbana em Montes Claros, é necessário percorrer a evolução da população urbana e rural da cidade ao longo do tempo. A tabela 3 apresenta a dinâmica populacional do município Montes Claros entre os anos de 1960 e 2010.

Tabela 3: Dinâmica Populacional de Montes Claros entre as décadas de 1960 a 2010

Ano	Pop. Urbana	Porcentagem	Pop. Rural	Porcentagem	Pop. Total
1960	43.097	42%	59.020	58%	102.117
1970	85.140	73%	31.332	27%	116.486
1980	155.483	87%	22.075	13%	177.558
1991	250.573	89%	30.969	11%	281.542
2000	289.183	94%	17.764	6%	306.947
2010	344.427	95%	17.488	5%	361.915

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960-2010.Org.: LIMA, E. de S., 2017

A partir da análise da tabela 3, é possível compreender que há um crescente aumento da população urbana em detrimento da população rural que, a cada ano, tem seu contingente populacional diminuído. Essas informações são relevantes para o entendimento da evolução da taxa de crescimento urbano da maior cidade do Norte de Minas. Em 1960 era uma taxa de 42%, na década de 1970 obteve 73% e em 1980 passa-se a 87%, atingindo, no ano 2000, 94%. Em 2010, esse percentual somou 95%. O contrário ocorreu com a população rural que, a cada década, apresentava uma diminuição da taxa de crescimento, conforme tabela 4. Percebe-se, ainda, que a população total de Montes Claros cresceu significativamente nas últimas décadas.

Considerando os municípios norte - mineiros, a cidade de Montes Claros exerce a função de centro regional e destaca-se por ser um importante entroncamento rodoviário, interligando as regiões brasileiras através de importantes rodovias estaduais e federais: MG122 e 135e BRs 251 e 365 (IBGE, 2017).

Deve-se considera que o Norte de Minas é, geograficamente, uma região de destaque, uma vez que, sua posição favorece a circulação de pessoas e mercadorias, seu território propicia a conexão com várias localidades (CARDOSO, 2000). Montes Claros é, assim, uma cidade de referência. Por sua centralidade, possui melhor infraestrutura e prestação de serviços (comércio, educação, atendimento médico hospitalar, entre outros). Segundo Pereira (2007, p. 170-171):

O comércio diversificado, a expansão de atividades de apoio, transportes, setores financeiros, comunicação, saúde, educação, cultura e lazer, bem como a presença de órgãos estaduais (que possuem escritório regional apenas em Montes Claros) despontam como as atividades mais importantes na economia municipal e contribuem para confirmar o importante papel regional que essa cidade representa.

A formação histórica de Montes Claros teve início a partir do movimento dos bandeirantes paulistas, que ocuparam a região e passaram a utilizá-la para a criação de gado e a agricultura. Autores como Leite e Pereira (2005) retratam em suas análises que, no período colonial, a região destacou-se como importante ponto de deslocamento de tropeiros e comerciantes que transitavam pelo estado mineiro e pelo sul da Bahia. No século XIX, a cidade de Montes Claros se despontava como “a capital do sertão mineiro” em razão da intensa função comercial que desempenhava.

Ainda segundo os autores, a economia de Montes Claros era baseada, em meados do século XX, em atividades voltadas para o comércio e para a agricultura. A maioria da população residia no território rural. O desenvolvimento econômico experimentado pela cidade, que teve seu apogeu na década de 1980, atraiu diversos investimentos para a localidade ancorados na industrialização viabilizada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Todos esses aspectos contribuíram para um intenso e rápido processo de urbanização na cidade de Montes Claros (LEITE; PEREIRA, 2005).

Ao longo dos anos, a cidade foi desenvolvendo-se economicamente, tornando-se referência em relação às demais cidades do Norte de Minas Gerais. Assim, “Montes Claros se viu escolhida para sede de uma área industrial, na qual convivem indústrias de vários tipos, o que veio a provocar profundas alterações na estrutura econômica, social e urbana da cidade” (CARVALHO, 1983, p.03).

Em relação às transformações que atingiram o espaço urbano de Montes Claros, sobretudo, econômicas, políticas e demográficas, Barbosa (2002) comenta que a trajetória histórica da cidade deve ser baseada em três momentos importantes. O primeiro momento diz respeito à inauguração da estação ferroviária, no dia 1º de setembro de 1926. O segundo o refere-se à instalação da SUDENE, que desenvolveu e elevou a cidade a polo de convergência de vários municípios do Norte de Minas. Por fim, o terceiro momento é marcado pelo período de desenvolvimento de Montes Claros com a implantação do centro industrial e comercial.

Diante da necessidade de um meio de transporte para estabelecer vínculo com outras regiões, a Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB foi inaugurada em Montes Claros, com o objetivo de aumentar a transição de passageiros juntamente com a expansão do comércio de mercadorias para diversas regiões de Minas Gerais e também da Bahia (DINIZ, 2012). Além disso, de acordo com Lessa (1993), a ferrovia transformou a cidade

no quesito urbanístico, bem como a sociedade, pois sua “a inauguração mostrava-se, em função desta expectativa que suscitava um momento revelador. Esse momento de abertura das portas da cidade para o mundo cosmopolita era visto como um divisor de águas para as culturas locais” (LESSA, 1993, p.41).

A ferrovia constituiu-se como importante meio de transporte para o desenvolvimento econômico da região. Gomes (2007) ressalta que a cidade, por ter sido o ponto final da estrada de ferro até o ano de 1942, movimentou o fluxo de pessoas, fato que a tornou uma parada central da população migrante. Nesse sentido, o autor destaca que a linha férrea ocasionou mudanças no município e na sociedade. Para Diniz e Lessa (2011, p.04) “os trilhos possibilitaram um processo de dinamização do comércio, dos meios de transportes, dos sistemas de comunicação e da estrutura urbana das cidades no norte de Minas Gerais, especialmente nas cidades de Pirapora e de Montes Claros”.

Segundo Lessa (1993), a chegada dos trilhos possibilitou o surgimento de novos centros urbanos que, ao longo da história, evoluíram para cidades. A autora afirma, ainda, que a ferrovia teve uma função importante no melhoramento da malha urbana das cidades norte - mineiras.

Em vista do que foi dito, torna-se necessário compreender o processo de urbanização de Montes Claros, cidade que cresceu e desenvolveu economicamente graças ao processo industrial. É notável a melhoria na infraestrutura urbana e nos serviços básicos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, telecomunicação e transporte para a população cidadina (DINIZ; LESSA, 2011).

Com base nessas reflexões, faz-se necessário destacar as mudanças ocorridas entre 1960 e 1970 na cidade. Esse período marcou o seu crescimento econômico, que resultou em alterações nos diversos setores da economia do município. No ambiente econômico, a SUDENE (autarquia fundada no ano de 1959) desempenhou um importante papel no processo de industrialização de Montes Claros. Sobre isso, Gomes (2007) afirma:

A SUDENE representou a primeira experiência de Planejamento Regional do país. A principal ação prevista para alcançar o desenvolvimento das regiões que a integram era fomentar o processo de industrialização através de incentivos fiscais e financeiros para alavancar a economia, evitando assim a grande disparidade regional que se firmava no país (GOMES, 2007, p. 39-40).

A criação da SUDENE está intimamente ligada ao atraso econômico da região Nordeste que, além dos problemas socioeconômicos, sofre com a seca intensa em quase

toda a região. Com isso, o Governo Federal passou a implementar ações desenvolvimentistas com intuito de integrar o Nordeste no contexto nacional e acelerar o crescimento econômico da região (COELHO, 2002).

As políticas implementadas através da SUDENE contribuíram, por meio da intervenção estatal, para atrair o capital de diferentes regiões do Brasil. Esse capital foi repassado aos estados do Nordeste e alguns municípios do Norte de Minas Gerais, com destaque para Montes Claros. Aqui, a intervenção era baseada na implantação de subsídios a fim de atrair o capital para a região Norte de Minas, uma vez que a pobreza e a precarização das condições de trabalho são características marcantes dessa região (GOMES, 2007). Ao abordar esse assunto, deve-se considerar que:

[...] a atuação da SUDENE gerou profundas alterações na atividade produtiva da região e na própria estrutura de produção regional, com impactos não só na dimensão econômica, mas em várias características sociais e na dinâmica demográfica regional, embora com influência diferente naqueles municípios onde a concentração de projetos incentivados foi maior, como é o caso de Montes Claros. Assim, a atuação da SUDENE contribuiu para que o setor industrial no Norte de Minas ganhasse o destaque que possui hoje, com suas características atuais (SINDEAUX; GUERRA, 2012, p.8).

Portanto, é válido salientar que a SUDENE auxiliou no processo de industrialização da cidade de Montes Claros, fato que impulsionou o setor produtivo responsável por alavancar a inserção de indústrias na cidade. Esse processo, no entanto, não foi viabilizado apenas pelo incentivo da SUDENE, mas também pelas linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB (PEREIRA, 2007).

O processo de industrialização no município, no mesmo período, propiciou mudanças que influenciaram as peculiaridades sociais, já que a indústria passa a ser a base econômica de Montes Claros (LEITE; PEREIRA, 2005). Ao reportar-se ao contexto montes-clarense do século XXI, verifica-se a acentuação de questões relacionadas com a concentração de atividades urbanas para atender a demanda de consumo da população. Nesse viés, Brandão e Silva (2016) argumentam que o predomínio de serviços e de atividades comerciais promove no espaço geográfico um elevado número de circulação de pessoas, veículos, capital e informações.

Na análise de Gomes (2007, p.46), “[...] o setor terciário da cidade tem se ampliado e diversificado cada vez mais, devido à crescente demanda do parque industrial e à presença de um mercado regional em expansão”. Cabe salientar, contudo, que a economia de Montes Claros também passou a ser impulsionada pela concentração de várias

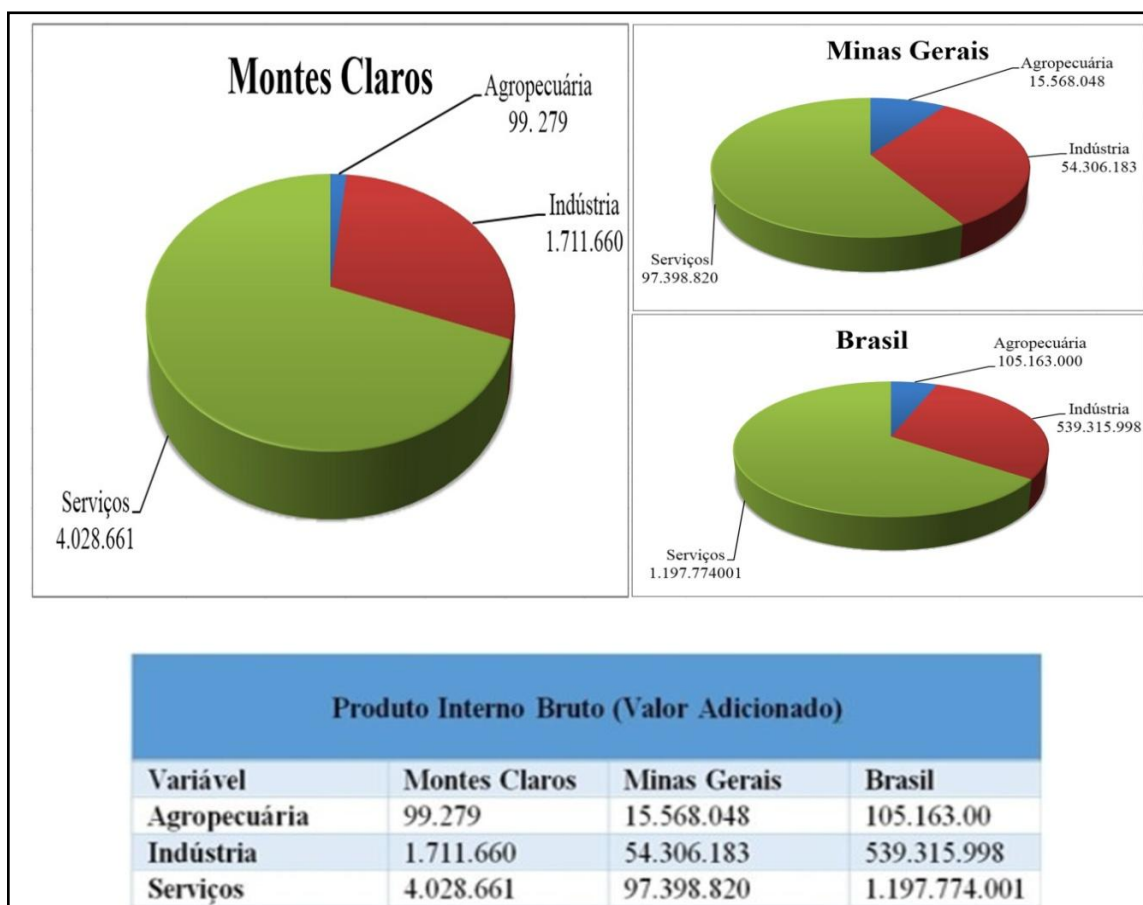
instituições de ensino em seu espaço urbano, o que propicia que o município exerça influência nas cidades vizinhas (PEREIRA, 2007).

Nesse contexto, Montes Claros configura-se como um importante centro urbano, econômico e educacional, evidenciando sua relevância e centralidade no Norte de Minas Gerais. De acordo com França (2007):

Montes Claros possui, atualmente, uma estrutura econômica em que o setor de serviços é a principal atividade seguida pela atividade industrial. Pode-se dizer que existe uma aproximação entre o peso dos setores de serviços e industrial, correspondendo a 96% do total, com uma menor participação da agropecuária, 4%, na economia da cidade. É notório o expressivo crescimento que o PIB apresentou no período de 1998 a 2003. Em 2003, o município teve um PIB de 1.779.403 mil reais. (FRANÇA, 2007, p.80)

A figura 1 apresenta dados referentes ao PIB de Montes Claros no âmbito municipal, estadual e federal.

Figura 1–Produto Interno Bruto de Montes Claros-MG



Fonte: IBGE, 2017.

Pela análise da Figura 3, percebe-se que o setor de serviços configura-se como o mais importante na economia, não somente em Montes Claros, como também em Minas Gerais e no Brasil. Em seguida, têm-se as atividades industriais e agropecuárias. Assim, os serviços de comércio e de prestação de serviços, cuja predominância em destaque está centrada no setor terciário com seus diversos segmentos de comércio e prestação de serviços variados, compõem a maior porcentagem do PIB nacional, estadual e municipal, nos casos analisados. Sendo assim, as desigualdades na estrutura socioeconômica levam aos problemas urbanos, nos quais se destacam os problemas nas políticas de habitação.

Com o crescimento desordenado da cidade de Montes Claros surgiram as transformações que marcaram o seu espaço urbano, principalmente no setor de habitação. Entretanto essas transformações, na maioria das vezes, resultaram em uma série de impactos negativos na organização socioespacial e econômica da cidade. Fato que pode ser comprovado pela precariedade ou mesmo ausência de habitações adequadas os habitantes de Montes Claros, principalmente para a população de baixa renda.

2.3 - Montes Claros-MG: caracterização do setor de serviços e habitacional

A partir do processo histórico de urbanização do país, várias cidades foram conduzidas a uma situação de crescimento econômico. Como já mencionado, Montes Claros destaca-se na mesorregião do Norte de Minas Gerais, por representar o principal centro de referência comercial, industrial e de prestação de serviços. A concentração desses setores permitiu que a cidade de Montes Claros fosse classificada como cidade média. Para compreender essa discussão, destaca-se as considerações de Amorim *et al.*, (1982) sobre cidades médias, que ao conceituá-las considera aspectos como:

São cidades que desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e de serviços. Assim, essas cidades, além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado (AMORIM *et.al.* 1982, p. 41).

As cidades médias têm desempenhado um papel importante na concentração de atividades econômicas e produtivas, permitindo uma ampliação nas vagas de emprego e um aumento no número de habitantes no espaço urbano. Essas transformações têm como

destaque a funcionalidade das cidades médias. Nesse viés traz-se para cidade de Montes Claros, parte do objeto e do recorte espacial deste trabalho.

Pode-se inferir, com base em Brandão e Silva (2016), que Montes Claros encontra-se em um processo de expansão econômica, em que ocorre, cada vez mais, novas formas de relações com o seu entorno. Assim, é evidente sua importância para o estado de Minas Gerais. Sua reorganização espacial, através das redes de serviços e empreendimentos imobiliários distribuídos ao longo da cidade, demonstra as novas formas de ocupação do seu espaço e o crescimento das atividades econômicas e dos novos empreendimentos de negócios, habitação e indústrias.

Ao fazer referência à caracterização geral de Montes Claros, é necessário abrir um parêntese para evidenciar sua dimensão intra-urbana. Para Villaça (2001), essa dimensão corresponde a participação da sociedade, ou seja, uma relação que está ligada diretamente por meio da produção social, do consumo, dos fluxos de transporte de mercadorias, dos consumidores, bem como da força de trabalho e também da comunicação. Esses aspectos são relevantes na composição do espaço intra-urbano da cidade e adequadas para os habitantes de Montes Claros, principalmente para aqueles de baixa renda.

Na perspectiva da organização espacial, Corrêa (2005) pontua que o espaço urbano é caracterizado pela presença de áreas de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, além de espaços industriais, áreas residenciais, áreas de lazer, entre outras, que geralmente se concentram em determinadas porções do espaço urbano, geralmente na área central.

Em Montes Claros, na área central concentram-se os bancos, correios, comércio, supermercados, hospitais, laboratórios e clínicas especializadas em diversas áreas médicas (GOMES, 2007). A fim de prosseguir o estudo, deve-se conceituar a terminologia centro. Ressaltam-se as definições de Villaça (2001) e Corrêa (1999). Para este, na área central “concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização”. Para aquele, centro corresponde a um espaço de concentração comercial. Desta forma,

A área central é um importante espaço das cidades que concentra atividades econômicas, serviços e fluxos-pedestres, veículos, consumidores, além de ser uma área de grande acessibilidade e infra-estrutura urbana. Em função disso, possui um alto valor no solo urbano se comparada com as demais áreas de uma cidade. Ela é, portanto, disputada por diversos agentes econômicos, que a vislumbram para instalarem as atividades econômicas lucrativas (FRANÇA, 2007, p.106).

A figura 2 demonstra a paisagem central da cidade de Montes Claros, tendo como foco as atividades comerciais desenvolvidas.

Figura 2: Área de concentração das atividades comerciais no centro de Montes Claros-MG



Autor: LIMA, 2017.

Observa-se, através da figura 2, os aspectos presentes na área central de Montes Claros. Destaca-se as principais ruas: Governador Valadares; Coronel. Joaquim Costa e Rui Barbosa e também o Shopping Popular – Mário Ribeiro que comportam vários estabelecimentos comerciais com intenso fluxo populacional. Toda a movimentação e fluidez desse espaço contribuiu com a expansão do comércio que, por sua vez, auxiliou na evolução das atividades terciárias³.

³Destaca-se, sobre a análise de Diel e Kroetz (2008, p. 291), que as atividades terciárias, também conhecidas por setor de serviços, introduziram mudanças no cotidiano humano no século XX, uma vez que este setor engloba diferentes segmentos, entre eles: comércio, transportes, comunicações, instituições financeiras, administrações públicas, aluguéis, turismo, entre outros serviços, o qual constitui como setor preponderante para as economias tanto desenvolvidas como em desenvolvimento.

Na área central, é possível notar os fluxos latentes de mercadorias e pessoas, proporcionados pelos diversos meios de transportes. Isso constrói um ambiente estratégico de influência, onde centralizam-se estabelecimentos significativos, com destaque para as lojas de vestuários que influenciam outros serviços, como, por exemplo, os serviços alimentícios. Esses estabelecimentos oferecem produtos de diferentes preços, o que provoca o deslocamento das pessoas de diferentes pontos da cidade para comprar nessa localidade, além das pessoas oriundas dos municípios vizinhos. Na figura 3, são apresentados outros locais que compõem a área central de Montes Claros.

Figura 3: Área de concentração das atividades comerciais no centro de Montes Claros-MG



Autor: LIMA, 2017.

As áreas localizadas na figura 3, como a Rua Carlos Gomes, Avenida Armênio Veloso, Avenida Artur Bernardes e a Praça Doutor Carlos concentram um número

considerável de meios de consumo coletivo, como comércios, escolas, prestação de serviços em geral, o que facilita o acesso da população a esses serviços.

Assim, França (2009) afirma que Montes Claros interage economicamente por meio de seus elementos fixos-hospitais, comércios, elementos que correspondem a infraestrutura e por meio dos fluxos - mercadorias, transporte, comunicação, capitais e a procura da população por bens e serviços. O desenvolvimento econômico do município intensificou o consumo e a produção de mercadorias, impulsionando o crescimento da cidade. Com isso, oportunizou-se uma rede de serviços em sua área central, responsável pelo atendimento às necessidades da população.

A área central de Montes Claros concentra um conjunto de bens e serviços que evidencia o seu setor terciário. Composta por uma rede de serviços como comércio e comunicação, essas atividades econômicas são importantes para o seu desenvolvimento. Para Carvalho (2007), o centro volta-se para prestação de serviços, como o comércio. As residências que se encontram no centro estão degradadas. Os primeiros edifícios foram construídos no processo de desenvolvimento econômico para uso residencial. Contudo, ao longo dos anos, essas construções deram lugar às atividades terciárias na cidade. O local é dinâmico durante o dia, com fluxo constante de pessoas que trabalham ou consomem os serviços da área central.

A configuração espacial da cidade de Montes Claros/MG inseriu uma nova dinâmica em sua produção. Essas transformações são decorrentes de ações providas por diferentes agentes promotores do espaço urbano: poder público Federal, Estadual, Municipal, agentes sociais, especuladores imobiliários, entre outros. Esses agentes, além de controlarem o espaço urbano, influenciam no surgimento do centro comercial, fixando um ponto da cidade relacionado à acessibilidade do morador.

No entanto, cumpre ressaltar o surgimento de novas centralidades, pois a área central não mais comporta o papel de única área comercial e de serviços da cidade. Isso porque, com a expansão territorial urbana ocorre uma maior demanda para o surgimento de novos subcentros, uma dispersão das atividades comerciais (VERAS, 2012).

Nessa dinâmica do espaço, tem-se a inserção do setor de serviços manifestada em sua expansão fora do âmbito central. A concentração desse fator ganha destaque na Avenida João XXIII (Figura 04). Importante via da cidade de Montes Claros, oferece acesso à diferentes bairros adjacentes. Sua localização está articulada ao Distrito Industrial da cidade e permite a saída para outros municípios do Norte de Minas.

Vale considerar, ainda, que, devido a sua estratégica localização no espaço urbano, a av. João XXIII (Fig. 04) oferece uma ampla oferta de serviços e equipamentos como: banco, comércio, hospital, serviços especializados, entre outros, os quais suprem a demanda da população local e adjacente.

Figura 4: Avenida João XXIII - Montes Claros - MG



Autor: LIMA, 2017.

A figura 4 apresenta a fluidez e movimentação na Avenida João XXIII. Nessa área há uma predominância de microempresas com atividades de comércio diversificado. Há, também, atividades típicas do serviço público e privado, como hospitais, farmácias, supermercados, restaurantes, casa lotérica. Em sua extensão, apresenta-se intenso fluxo de pessoas e de mercadorias.

Pode-se dizer que a dinâmica espacial de Montes Claros tem se transformado ao longo da história e que a descentralização das atividades comerciais abarca, em seu processo, o surgimento de núcleos descentralizados em diversos pontos da cidade, ou seja,

o aparecimento dos subcentros comerciais (Fig. 5). Alguns subcentros possuem um elevado adensamento populacional, com funcionalidade em seus espaços. São áreas que possuem comércios e prestação de serviços variados, como: postos de saúde, mercearias, farmácias, lotéricas, lojas de roupa e calçados, lava-jato, estúdios de beleza, padarias, autoescolas e outros, suprimindo o consumo imediato.

Figura 5: Subcentros de Montes Claros - 2017

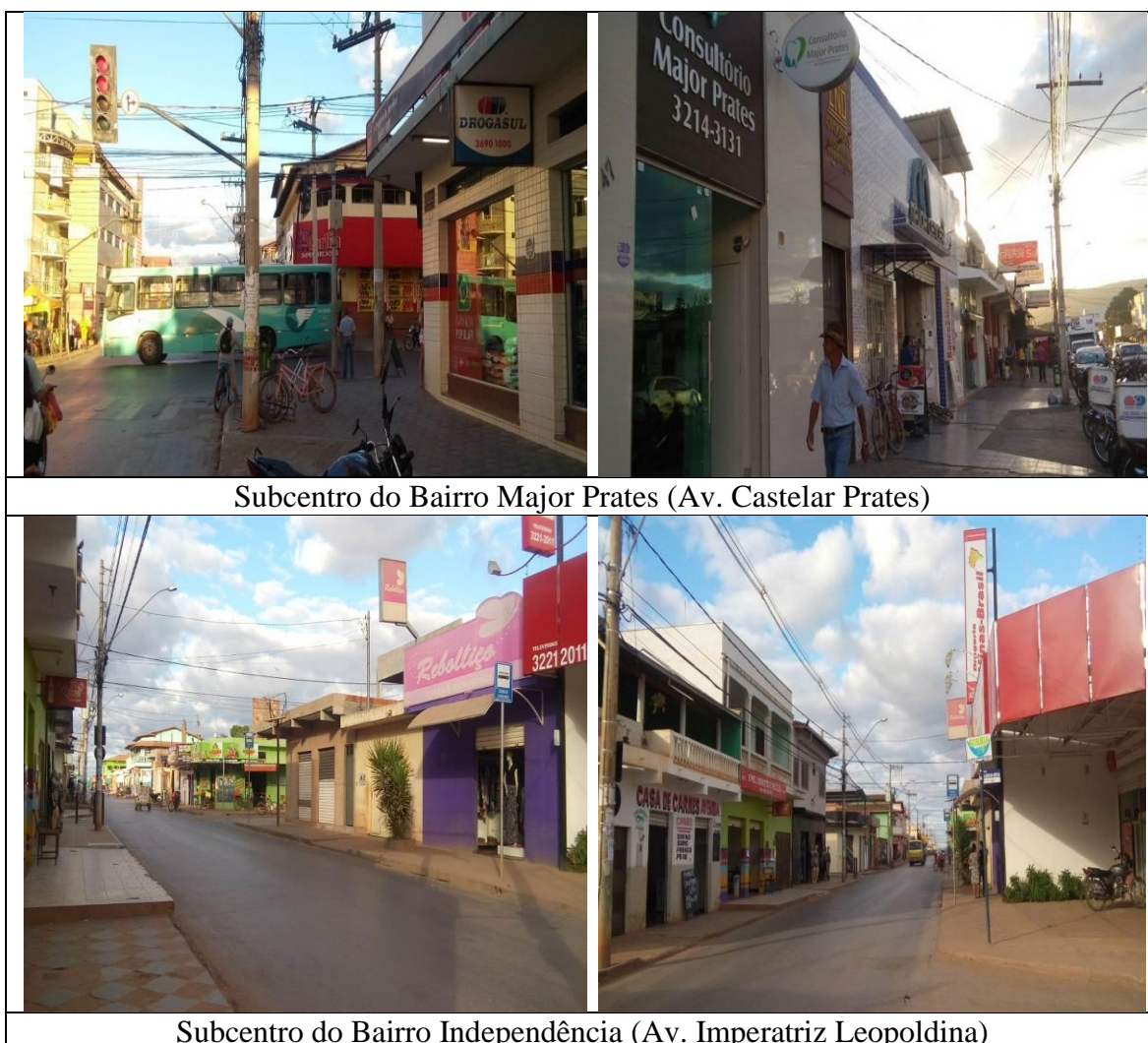


Autor: LIMA, 2017.

A figura 5 retrata alguns dos subcentros localizados na cidade de Montes Claros. Destacam-se a Avenida das Palmeiras, no bairro Jardim Palmeiras e a Avenida Bio Lopez, no bairro Renascença. Nessas localidades, há presença marcante do comércio diversificado que oferece variados serviços, como vestuário, farmácias, gêneros alimentícios, entre outros.

Nas principais avenidas dos subcentros mencionados, encontram-se os equipamentos e os serviços que suprem a demanda da comunidade local e adjacente. Essas novas centralidades criam dinâmicas econômicas e espaciais ao promoverem a permanência dos moradores nos respectivos bairros. Isso reflete na redução da população que se locomove em busca de determinadas atividades na área central, já que o subcentro atende à demanda dessa parte da cidade. A figura 6 apresenta alguns locais que compõem a dinâmica espacial de dois dos mais importantes subcentros de Montes Claros: o bairro Major Prates e o bairro Independência.

Figura 6: Subcentros dos Bairros Major Prates e Independência, em Montes Claros - MG



Subcentro do Bairro Major Prates (Av. Castelar Prates)

Subcentro do Bairro Independência (Av. Imperatriz Leopoldina)

Autor: LIMA, 2017.

Na figura 6, tem-se dois subcentros de grande influência nas áreas onde se localizam: o bairro Major Prates e o bairro Independência. A Avenida Castelar Prates (Major Prates) e a Avenida Imperatriz Leopoldina (Independência) concentram comércios

de bem populares. Esses comércios consolidam-se na implantação de serviços e abrigam o consumo de bens (mercadorias), com destaque para redes de eletrodomésticos, supermercados, consultórios odontológicos, além de atividades como salões de beleza, açougues, entre outros.

Os subcentros comerciais de Montes Claros representam, para a população residente nos bairros adjacentes a eles, um ambiente dinâmico em que é possível encontrar diversos tipos de serviços e equipamentos. Nota-se que as atividades comerciais nesses espaços, principalmente aquelas que estão em contato direto com o público, suprem as necessidades de consumo da população. Assim, como afirma Gomes (2007), os subcentros caracterizam-se como áreas que possuem a mesma funcionalidade do centro no que refere aos serviços oferecidos. Comparados a área central, que tem uma maior influência em todas as regiões da cidade, esses subcentros possuem menor proporção.

Por ser dinâmica, a cidade de Montes Claros apresenta, no decorrer do tempo, mudanças em relação à área central quanto ao oferecimento de serviços à população residente. Isso quer dizer que o espaço urbano sofreu mudanças ao longo dos anos em seu contexto sócioespacial. Através dessa observação, nota-se que esses fatores estão intrinsecamente ligados aos agentes promotores do espaço urbano, incluindo o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, além dos especuladores imobiliários, agentes sociais, entre outros. Percebe-se que a principal característica desses espaços está relacionada ao fato de que a dispersão das atividades comerciais proporciona a concentração e\ou surgimento de novos subcentros comerciais, conforme discutido neste trabalho.

Para exemplificar a importância das novas centralidades na configuração espacial de Montes Claros, apresenta-se o caso do bairro Delfino Magalhães. Ele se destaca pelos serviços presentes e possui elementos que lhe garantem uma característica de centralidade, o que contribui para que sua população residente não necessite deslocar para outras áreas em busca de alguns serviços e do comércio. Esse aspecto pode ser visto na figura 7.

Figura 7: Atividade comercial no Bairro Delfino Magalhães, em Montes Claros/MG

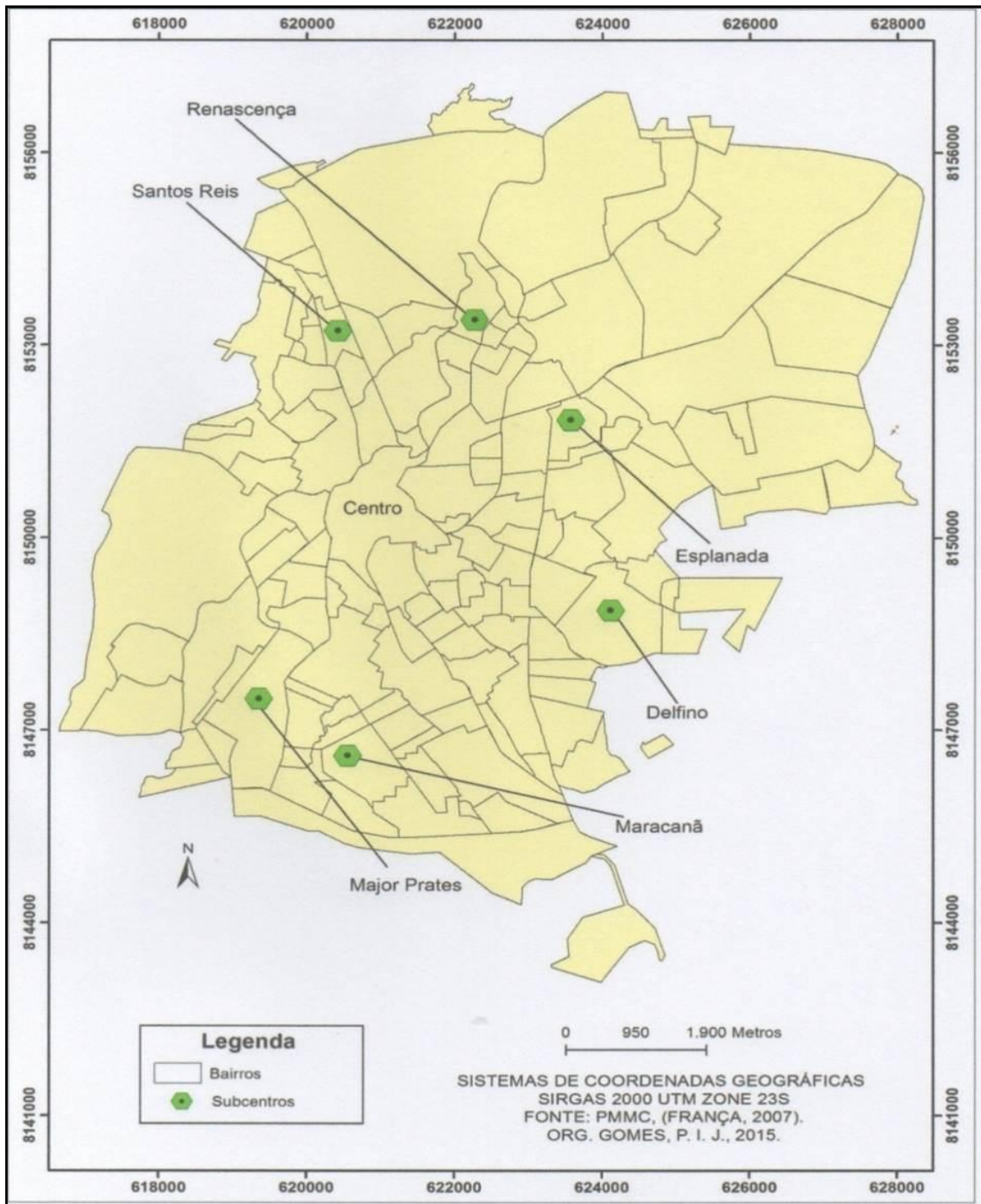


Autor: LIMA, 2017.

A figura 7 demonstra uma concentração de estabelecimentos comerciais na Avenida Neco Delfino, no bairro Delfino Magalhães. A área representa a nova dinâmica do espaço urbano da cidade, atendendo ao fluxo de pessoas que demandam pelos serviços oferecidos nesse espaço.

Outro fato que contribui para a expansão dos subcentros está relacionado à acessibilidade da população aos locais onde são ofertados os diversos serviços. A distância entre os bairros periféricos do centro urbano de Montes Claros estimula o surgimento de novas localidades comerciais de estruturas fixas na cidade. Essa questão pode ser observada no mapa 2.

Mapa 2 – Localização dos subcentros de Montes Claros, 2015



Fonte: GOMES, 2016.

A partir do mapa 2, pode-se observar a localização geográfica dos subcentros da cidade de Montes Claros e sua posição em relação ao centro da cidade. Nota-se que eles estão espalhados pelo território em pontos estratégicos para atender às demandas da população que habita no entorno deles e, principalmente, daqueles mais distantes da área

central. Os subcentros destacados concentram grande fluxo de pessoas e atividades diversificadas.

Desse modo, há uma descentralização das atividades comerciais centrais, que se expandem para outros territórios da cidade. A partir dessas questões, com o crescimento demográfico que resultou na expansão dos subcentros, verifica-se que a apropriação do espaço ocorre cada vez mais distante dos extensos centros. Esses pequenos subcentros, com sua concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, desenvolvem-se com o intuito de atender uma clientela restrita territorialmente às áreas próximas a eles (SPÓSITO, 2000).

Santos (1993) apresenta outro desafio decorrente do aumento populacional: a apropriação de espaço para os mais diferenciados usos, que se faz das mais diferentes maneiras. Esse crescimento também ocorreu na cidade de Montes Claros e carregou consigo a questão habitacional. O processo social, político e econômico direcionou o surgimento de bairros residenciais em áreas menos favoráveis à ocupação por parte da população de classe baixa. Esse fato resultou também em novos loteamentos e nos conjuntos habitacionais.

É necessário discutir sobre as questões que envolvem os programas habitacionais, abordando de forma cronológica o cenário da habitação urbana. Enfatiza-se as políticas públicas que fomentaram a questão urbanística, que derivou as unidades habitacionais que se readequaram ao longo dos anos e do espaço.

2.4 - Política Habitacional: uma análise sobre o quadro de Montes Claros

A industrialização inseriu mudanças significativas no contexto sócioespacial brasileiro, provocando o crescimento populacional das áreas urbanas. Esse crescimento pode ser identificado no Brasil em cidades como Montes Claros. Leite (2006) considera que a expansão urbana do município causou um constante processo de reorganização espacial. Essa reorganização não aconteceu de forma homogênea, o que resultou em um crescimento “desordenado”, causando no espaço urbano problemas relacionados ao agravamento das condições de vida e de segregação social.

Para entender a relação entre a forma urbana e a habitação, faz-se necessário repensar os antecedentes históricos, ou seja, analisar como se deu a implantação da política

habitacional no Brasil, tendo como foco a cidade de Montes Claros. Isso contribuirá para o entendimento da questão habitacional dessa cidade.

Na medida em que os problemas habitacionais consolidavam-se no cenário nacional, refletiam também na cidade de Montes Claros. Em suas considerações, França (2007), revela que o crescimento da cidade propiciou a elevação demográfica e expansão do tecido urbano, o que gerou o crescimento do município a partir do surgimento de novos bairros e loteamentos, principalmente, em áreas denominadas periféricas.

No decorrer do tempo, foram criadas outras ações conforme as gestões que se seguiram. Entretanto, a expansão urbana, através dos empreendimentos imobiliários em direção às áreas periféricas, ampliou as desigualdades sociais e a segregação sócioespacial (RODRIGUES, 2017).

Maricato (2000) considera que o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) implementado pelos governos não tem como princípio a qualidade das moradias, mas, sim, a quantidade de habitações ofertadas, pois o número de casas representa uma questão importante dentro da lógica estrutural do programa. Na questão habitacional brasileira existe uma articulação com as políticas urbanas e sociais. Isso evidencia a segregação espacial dos moradores atraídos para esses empreendimentos de baixo valor no mercado imobiliário e distante do centro urbano da cidade.

No contexto histórico brasileiro, foram elaborados programas habitacionais federais e estaduais, alguns deles implantados em Montes Claros. Destaca-se o lançamento nacional do PMCMV que, na cidade, teve como marco inicial a construção do primeiro assentamento habitacional entregue no final de 2011 (MORAES FILHO, 2015).

A expansão da malha urbana em Montes Claros trouxe uma valorização das terras, transformando-as em produtos caros e direcionados às classes mais altas, que possuem condições financeiras para comprar esses imóveis. Situação contrária dos conjuntos habitacionais populares construídos em regiões periféricas. Dessa maneira,

Nos bairros limítrofes ao centro o preço varia de R\$ 28,94 (Bairro Morrinhos) a R\$ 88,79 (Bairro Todos os Santos), sendo que a oeste do centro tem-se uma maior valorização do solo urbano. Partindo para as regiões mais periféricas verifica-se uma redução no preço do solo. Esse fato pode ser explicado pela deficiência na infra-estrutura desses bairros. Existem algumas exceções nesses casos, como os bairros: Ibituruna, Barcelona Park e Panorama que estão na periferia oeste de Montes Claros e o Morada do sol e Morada do Parque, localizados na periferia sudoeste da cidade, nos quais o preço do solo é elevado. (LEITE; PEREIRA, 2005, p. 08)

Nesse aspecto, Guimarães (2007, p. 59) afirma que:

A Lei de Uso e Ocupação do Solo de Montes Claros dividiu a cidade em zonas residenciais, comerciais, industriais, especiais, de expansão urbana e rural. Ela é seletiva quanto à divisão das áreas residenciais, reproduzindo a segregação urbana causada pelo custo da terra. Os modelos de assentamentos especificamos tipos das construções e densidade de ocupação. A Lei busca organizar o crescimento da cidade de forma a permitir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Nas últimas décadas, constata-se um acelerado processo de ocupação na cidade, surgindo diversos loteamentos e empreendimentos imobiliários em seu espaço urbano (GUIMARÃES, 2007). Cabe frisar que a realidade brasileira passou por diversas transformações e a cidade de Montes Claros, nessa conjuntura, foi melhorando sua política habitacional. Essa política possui o intuito de amenizar a carência da população por habitação, ou seja, ao longo da história brasileira e montes-clarense, foram elaborados inúmeros planos de ações habitacionais. Importante analisar as políticas de habitação desenvolvidas no cenário do município de Montes Claros.

Para melhor compreensão, “[...] nessa conjuntura, estrutura-se uma distinta tipologia de habitação na cidade, os chamados conjuntos habitacionais, muitos construídos em Montes Claros para diferentes tipos de renda familiar, para a nova classe de trabalhadores” (BARBOSA, 2016, p.113). A autora ainda frisa que alguns lotes foram distribuídos para a população classificadas como carentes, principalmente no bairro Village do Lago II e São Judas. Para Guimarães (2007, p. 64), em relação aos programas habitacionais que foram implantados em Montes Claros:

podem ser identificados seis programas básicos que atendem às diversas demandas da população: 1) Village do Lago III. 2) Lares Gerais. 3) Programa de Arrendamento Familiar – PAR. 4) Montes Claros Legal. 5) Programa de Reassentamento de famílias removidas em decorrência de Obras Públicas e Assentamentos Subnormais – PROAS. 6) Habitar Brasil Bid – HBB.

Nesse contexto, Barbosa (2016) evidencia os Conjuntos Habitacionais que foram implantados em Montes Claros do ano de 1977 a 2008, demonstrados no quadro 2:

Quadro 2: Implantação dos Conjuntos Habitacionais de Montes Claros 1977-2015

Nome	Ano de aprovação do projeto
Conjunto São Judas Tadeu	1977
Conjunto Chiquinho Guimarães	1981
Conjunto Tancredo Neves	1981
Conjunto Bandeirantes	1988
Conjunto Joaquim Costa	1990
José Corrêa Machado	1991
Conjunto José Carlos Vale de Lima	1991
Conjunto Olga Benário	1997
Conjunto Clarisse Athaide	1999
Conjunto Novo Horizonte	2005
Conjunto HBB	2008
Condomínio Itapoã	2009
Residencial Nova Suíça	2010
Residencial Santos Dumont	2010
Residencial Recanto das Águas	2011
Residencial Vitória	2011
Residencial Monte Sião	2011
Lagos Belvedere	2011
Lagos do Belvedere	2011
Residencial Montes Claros	2012
Residencial Monte Sião II	2012
Residencial Minas Gerais	2012
Portal do Itamaraty	2012
Residencial Novo Jaraguá	2012
Parque Monte Fiore	2012
Residencial Sul Ipês	2012
Residencial Monte Olimpo	2012
Residencial Vitória II	2013
Residencial Rio do Cedro	2013
Residencial Monte Sião IV	2013
Condomínio Ideal e Mais	2013
Parque Monte Cristal	2013
Condomínio Villa dos Ipês	2014
Moradas Montes Claros	2014
Condomínio Monte Esmeralda	2014
Condomínio Monte Solares	2014
Residencial Alfa	2014
Torres do Cerrado	2015

Fonte: BARBOSA, 2016.

Percebe-se, pelo quadro 2, que a expansão dos conjuntos habitacionais no espaço urbano de Montes Claros ganhou fôlego a partir do início da década de 2010. Anterior a isso, os conjuntos eram construídos de forma lenta, atendendo a um número menor de famílias. Portanto, pode-se identificar que o crescimento da cidade de Montes Claros que, ao longo do tempo, produziu transformações em seu espaço, está intimamente relacionado aos problemas decorrentes da densidade populacional urbana e do desenvolvimento das grandes cidades. Essas mudanças atingiram de forma significativa a produção de moradias. Dessa forma, a construção de habitações populares representa a transformação do ambiente urbano. O mapa 3 apresenta a distribuição espacial dos conjuntos habitacionais no espaço urbano de Montes Claros.

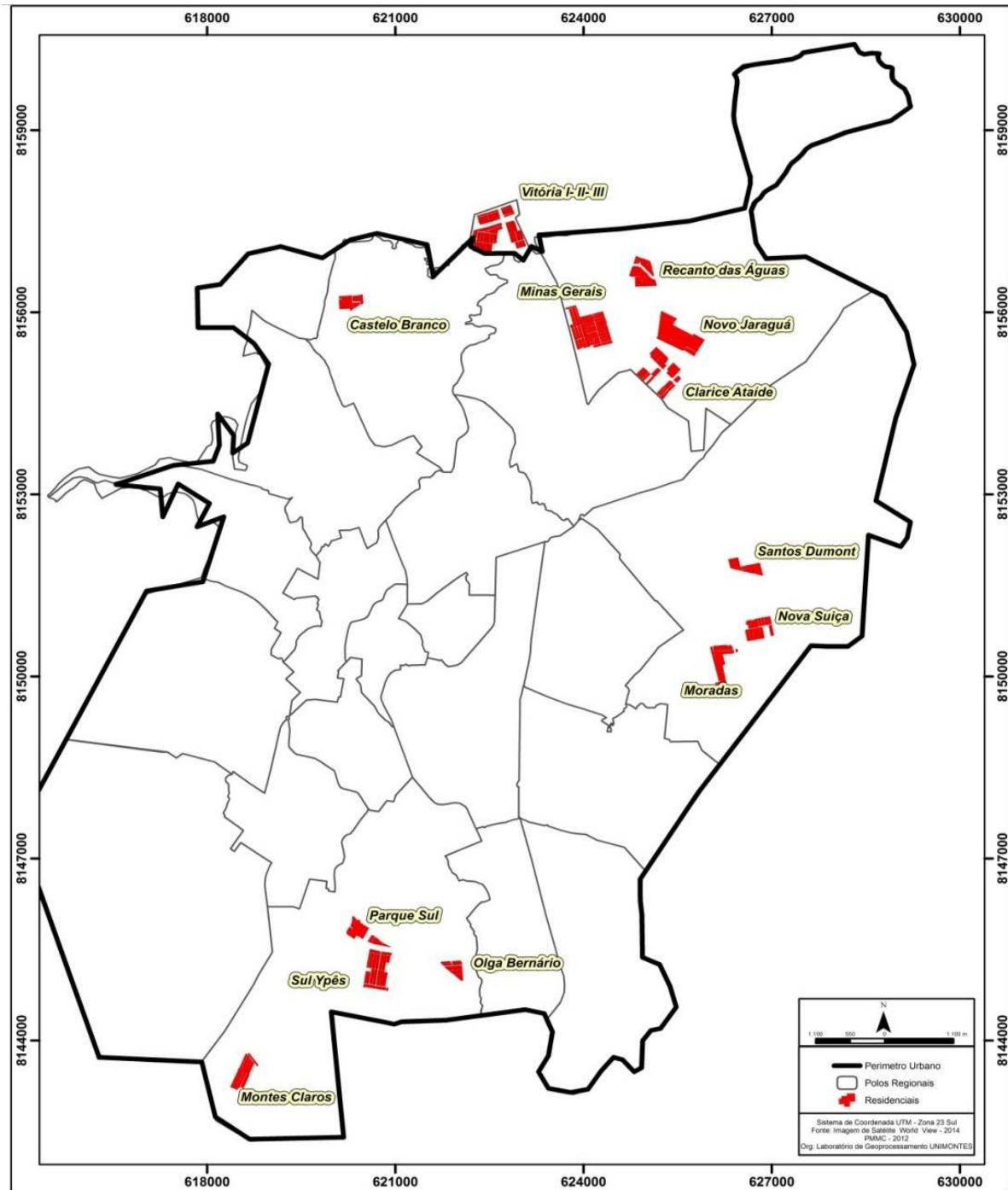
O mapa 3 apresenta a distribuição geográfica dos conjuntos habitacionais de Montes Claros. Nele, é possível perceber que eles estão mais concentrados na porção norte, leste e sul da cidade. Nota-se que o Conjunto Vitória I, II e III (porção norte no mapa) encontra-se fora do perímetro urbano da cidade. É válido frisar que a transferência da população de baixa renda para áreas periféricas ou o afastamento dela para os conjuntos habitacionais representa um dos processos que contribui para gerar a diferenciação sócioespacial por classes de renda. Isso pode ser comprovado nas palavras de Vitte (2010):

Assim, com a chegada de melhorias urbanas, bairros que antes eram acessíveis à população mais pobre ficaram valorizados, com uma contínua expulsão desses. Considerando a espacialidade da pobreza, no Brasil, a especulação imobiliária tem sido a responsável pelo deslocamento do habitat popular para a periferia (VITTE, 2010, p.85).

O processo de diferenciação social e espacial é desencadeado pelo movimento resultante das políticas redistributivas de habitação que fragmentam o espaço além de diferenciá-lo socialmente. Nota-se que os conjuntos habitacionais mencionados acessam a terra de forma precária, com visível carência quanto a oferta de serviços públicos. Logo, são espaços formados por desigualdades socioeconômicas. Diante desse cenário, Leite e Pereira (2005, p. 07) apontam que:

Na área urbana, a distribuição espacial da população está diretamente relacionada com a condição social dos moradores, gerando desigualdades internas na cidade. A cidade é, em síntese, o reflexo da situação social de seus habitantes cuja desigualdade se expressa na forma de ocupação do solo urbano.

Mapa 3 – Localização dos conjuntos habitacionais populares em Montes Claros, 2015



Fonte: Montes Claros, 2017.

Essa diferenciação social e espacial apresenta, ainda, condições de inadequação habitacional, considerando a acessibilidade das populações aos serviços públicos básicos: coleta de lixo, água, energia elétrica e instalação sanitária. Esse fator denota inclusão social restrita, tendo em vista que os serviços urbanos não são garantidos à população como um

todo, ocasionando divergências habitacionais e acarretando diferenciação social e espacial nas diversas áreas da cidade.

Essa reflexão permite compreender a habitação coletiva de Montes Claros, em que as ações governamentais e a especulação imobiliária contribuíram para a segregação sócioespacial, aspecto notório da política habitacional e da política urbana. Segundo Silva e Mees (2016), o PMCMV em Montes Claros construiu os Conjuntos Habitacionais em áreas periféricas, com infraestrutura urbana precária tanto para atender à população que reside nestas localidades quanto à que ocupa as circunvizinhanças.

Percebe-se, pelo quadro evolutivo da implantação das habitações coletivas, que elas foram implantadas em espaços mais afastados do centro: “A maioria dos conjuntos habitacionais estão distantes do centro da cidade entre 4 e 7 km. As concentrações, sobretudo nas bordas da mancha urbana, evocam as reflexões mais gerais sobre as características da urbanização segregadora e desigual, no Brasil” (SILVA, MEES, 2016, p.17).

Deve-se destacar que a implantação das políticas habitacionais em Montes Claros contribuiu para que um número crescente de pessoas de menor renda tivesse acesso à habitação. Essas moradias expandiram-se, nos últimos, graças a construção de conjuntos habitacionais, como: Monte Sião, Monte Sião IV, Vitória, Recanto das Águas, Minas Gerais, além de outros (BARBOSA, 2016). Desse modo, na sequência deste trabalho, enfatizar-se-á a habitação social, sobretudo, a questão da política habitacional no Residencial Vitória.

3 - A HABITAÇÃO POPULAR EM MONTES CLAROS: o acesso dos moradores do Conjunto Residencial Vitória aos serviços básicos

A moradia significa muito mais que uma simples aquisição imobiliária ou apenas um bem material, ela representa o lar, local de vivência do grupo familiar. Dessa forma, a moradia configura-se como um requisito fundamental para assegurar uma vida digna. As condições físicas de onde a população reside vai determinar a qualidade dessa moradia para o bem-estar dos que habitam nela.

O direito à propriedade deve vir acompanhado da sua função social, pois a moradia não se restringe apenas a uma habitação de forma isolada do contexto socioespacial. As unidades habitacionais devem estar inseridas em um ambiente munido de serviços e de equipamentos urbanos que proporcionem a inclusão social, principalmente dos moradores que moram nos conjuntos habitacionais populares presentes no espaço urbano.

As Nações Unidas estabelecem parâmetros referentes à habitação englobando componentes importantes para uma moradia adequada. Segurança jurídica de posse, disponibilidade de serviços e infraestrutura, custo acessível da moradia, habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural são itens que devem ser inseridos no local de moradia da população (CLEMENTE; FREITAS, 2010).

Nesse sentido, o Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas indicam os componentes indispensáveis para uma moradia adequada:

Disponibilidade de serviços, materiais, benefícios e infraestrutura:

O escopo desta recomendação é garantir as moradias, os serviços públicos mínimos necessários para uma vida digna, ou seja, prestações básicas de saúde e segurança, ruas pavimentadas com galerias pluviais, rede de esgoto, energia elétrica e acesso a instituições de ensino.

Acessibilidade:

A recomendação aqui é o acesso universal da moradia a todos os titulares de direito. Deve-se pensar em políticas públicas para aquisição prioritária de grupos mais desfavorecidos, mas a intenção é que todos tenham um lar (ONU, 1996, p. 4).

Dessa forma, este estudo ressalta a importância de conhecer a realidade da população residente no Residencial Vitória, localizada em uma área periférica da cidade de Montes Claros. A localização geográfica do conjunto habitacional trouxe à tona os problemas relacionados ao acesso dos serviços públicos e de bens de consumo. As

moradias populares devem estar em locais que ofereçam, principalmente, infraestrutura básica de qualidade, acessibilidade aos serviços públicos e privados (ONU, 1996).

Nesse sentido, este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, discute-se o direito à moradia, considerado um direito humano universal no âmbito da Constituição Federal. Na sequência, são apontados e discutidos os resultados obtidos na pesquisa de campo, através dos dados sobre o perfil dos moradores, infraestrutura do local e acesso aos serviços públicos e privados.

3.1 - MORADIA: sob a ótica do direito fundamental

A moradia é definida como um direito humano e social, ratificado por normativas internacionais e nacionais que a identifica como pilar de desenvolvimento humano, tendo como característica a função social, cuja oferta à população carente deve ser intermediada por meio de políticas públicas. A Constituição Federal Brasileira de 1988 deu início a um novo capítulo na história do ordenamento jurídico do país, incluindo o direito à moradia na esfera constitucional, tendo como base o artigo 6º que engloba entre os direitos fundamentais do ser humano os preceitos ligados à moradia (BOBATO; NOZU, 2011).

O artigo 7º, inciso IV, assegura os direitos direcionados aos trabalhadores urbanos e rurais, objetivando a melhoria da condição social desses grupos. Entre esses direitos, destaca-se:

IV- salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, p.07, 1988).

Verifica-se que esse direito é resguardado por diversas normativas jurídicas brasileiras, tornando positivados pela Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, além de estar incorporado em leis Federais, como a Lei nº 11.124/2005 que trata do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e também a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 de acordo com o Estatuto da Cidade. As diversidades de normas relacionadas à moradia têm como intuito promover e viabilizar o acesso à habitação, direcionado especialmente à população de menor renda.

Isso significa entender que a moradia é um direito fundamental na conquista de condições mínimas e imprescindíveis para uma vida digna (HEIS, 2013), um local que deve objetivar a qualidade de vida do habitante em conjunto com seus familiares, um lugar que ofereça condições adequadas e dignas para o cumprimento de tal direito. Verifica-se que a efetividade das normas constitucionais não está ligada apenas a aprovação das normativas jurídicas, mas demandam investimentos sociais planejados de todas as esferas sociais, tendo, como exemplo, os legisladores, os gestores governamentais, os agentes privados, a sociedade, entre outros. A efetivação do direito à moradia digna para todos requer ações concretas da União indissolúvel dos estados e municípios na implantação de políticas públicas efetivas, voltadas ao interesse da população que demanda essa questão, pois,

a dignidade da pessoa humana como comando constitucional será observada quando os componentes de uma moradia adequada forem reconhecidos pelo Poder Público e pelos agentes privados, responsáveis pela execução de programas e projetos de habitação e interesse social, como elementos necessários à satisfação do direito à moradia (SAULE JÚNIOR, 1997, p.84).

Afirma-se, desse modo, que a garantia de uma vida digna relacionada à moradia acaba por ser omitida, muitas vezes, pela falta de ação estatal que obstaculiza tal direito, ou devido a ausência de políticas públicas que concretize o acesso do cidadão à habitação de qualidade (MARTINS, 2005). O que se nota no atual contexto é que a desigualdade social, no tocante a habitação, é uma realidade no Brasil, conforme aponta (CHEIN, LEMOS, ASSUNÇÃO, 2007; NETTO JÚNIOR, FIGUEIREDO, 2014).

Um problema decorrente da desigualdade em relação à moradia no Brasil, segundo Marinho (2008), está ligado diretamente ao alto custo das habitações na sociedade contemporânea, fato esse que contribui para agravar os problemas na sociedade brasileira. Essa é uma questão que perpassa também a dimensão de agregar ou segregar, que, por conseguinte, amplia as desigualdades sociais. Desse modo, conforme elucida Gazola (2008, p.25), “esses cidadãos se viram premidos a viver em condições subumanas e a morar em locais precários”.

É fato que a moradia não pode ser identificada somente como unidade habitacional, pois ela representa a viabilização e a efetivação dos direitos que envolvem o bem-estar humano, um ambiente digno cuja função social seja cumprida com ideais de comodidade (BOBATO; NOZU, 2011). Esse contexto envolve a oferta de equipamentos urbanos

imprescindíveis quanto a política habitacional, o que implica a implantação de políticas públicas que atendam o fim social do direito à moradia, que está diretamente relacionado à posse jurídica da moradia com localização adequada que possa atender o acesso aos serviços públicos e privados básicos (RANGEL; SILVA, 2009).

A dignidade da pessoa humana está atrelada aos fatores mencionados acima, concretizada por meio da construção de medidas legislativas que permitam o exercício da moradia, efetivando, dessa maneira, esse direito social assegurado pelas normativas constitucionais brasileiras. O gozo da moradia compreende um direito que, no ordenamento jurídico brasileiro, tem reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. Mas seu exercício inclui fundamento de dignidade, compondo o mínimo existencial, uma vez que a

Moradia é o lugar íntimo de sobrevivência do ser humano, é o local privilegiado que o homem normalmente escolhe para alimentar-se, descansar-se e perpetuar a espécie. Constitui o abrigo e a proteção para si e os seus; daí nasce o direito à sua inviolabilidade e à constitucionalidade de sua proteção. (NOLASCO, 2008, p.88)

Observa-se, assim, que a proteção do direito à moradia encontra-se ineficaz perante o texto constitucional, uma vez que a realidade é marcada pela marginalidade geográfica, cuja urbanização é mal planejada, com uma desigualdade social latente. As políticas públicas são ferramentas de que o Estado dispõe para a efetividade prática do desenvolvimento no aspecto habitacional. Porém, na realidade, esses direitos e a concretização deles ainda é um problema no cenário brasileiro (MEDA, 2010). Segundo Iervolino e Scabbia (2015, p. 4), “os direitos do cidadão devem ser concretizados através das políticas públicas, a Constituição de um país não exhibe a Política Pública, mas sim direitos que devem ser concretizados através da implementação das políticas públicas”.

No campo que envolve a moradia, pode-se destacar o direito à cidade, consolidado na Lei 10. 257, de 10 de julho de 2001. Essa lei, nomeada de Estatuto da Cidade, tem como compromisso relacionar com a norma constitucional declarados nos artigos 182 e 183, tornando competência da União, estados e municípios a promoção e implementação de programas para construções de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico para regulamentar e implementar programas da política urbana, além de assegurar formas de garantir o direito à moradia. Assim, objetiva-se garantir o direito à cidade como um fator essencial da pessoa humana, com acesso de todos às oportunidades que estão presentes na vida urbana (IERVOLINO e SCABBIA, 2015).

Ao analisar a questão da moradia, nota-se que, dependendo da região em que ela se localiza, pode ser de alto custo financeiro, principalmente se estiver nos grandes centros urbanos, uma vez que são identificados pela concentração e segregação social. Por apresentar essas características, emergem no território das cidades novas organizações habitacionais, destacando a inserção dos conjuntos habitacionais que possuem, em sua construção, financiamento público. São espaços instalados que estimulam o aparecimento de serviços e de comércios para suprir as necessidades básicas, tais como farmácias, pequenos mercados, açougues, entre outros, (PINTO, 2004).

A questão da mobilidade, ao analisar a população, em específico os Conjuntos Vitória I e II, revela-se ineficiente, uma vez que sua localização em relação à cidade de Montes Claros não se apresenta como facilitadora de uma maior sociabilidade dos moradores com outras regiões. Essa percepção associa-se às condições locais que dificultam o acesso aos serviços e faz com que os moradores do conjunto habitacional pesquisado remodelam seu cotidiano em busca de acesso a determinados serviços presentes em outras vias locais.

Com base nesse raciocínio, Leite *et al* (2010, p. 103) afirmam que, no contexto do capitalismo, o espaço urbano “[...] se tornou uma mercadoria valorizada e desigual na sua distribuição, a aquisição desigual da cidade e a regionalização da localização das classes sociais no espaço urbano fizeram com que a segregação se manifestasse de forma diferente”. Os mesmos autores pontuam que, com o processo de urbanização bem como a concentração de capital, emergem desdobramentos no espaço urbano que se manifestam na valorização da terra. Assim,

Para empreendimentos nas áreas de melhor acesso ao centro, os loteamentos ou empreendedores imobiliários criavam instrumentos legais com exigências mais rigorosas do que as existentes para o conjunto da cidade, ampliando com isso as restrições ao parcelamento do solo e à ocupação dos lotes, garantindo assim uma ocupação diferenciada nesses novos bairros, assegurada principalmente pelo valor que a terra urbana passou a incorporar, resultante das condições em que se dava o empreendimento e do acesso potencial aos serviços públicos, existentes ou futuros (GROSTEIN, 1987, p. 74-75)

Considerando o histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil, fica evidente que os principais programas implementados não conseguiram efetivar esse direito fundamental e social para as classes sociais de menor poder aquisitivo, pois a dificuldade

em conseguir êxito encontra-se na valorização do direito à propriedade assim como na ineficiência das políticas públicas (PINTO, 2004).

O Estado, segundo Clemente e Freitas (2010), comprometeu-se, ao longo da história, em subsidiar programas habitacionais no cenário político-jurídico brasileiro em que ocorreram significativas transformações, a começar pelas políticas públicas de financiamento de casas populares como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado em 2009, e que, na análise do ordenamento governamental, visa solucionar o déficit habitacional do país.

Percebe-se que esse direito humano é constantemente violado, haja vista que a realidade social brasileira ainda apresenta um latente déficit habitacional que, conforme o Ministério das Cidades, é de 5,180 milhões de cidadãos no país que estão sem acesso à moradia digna (CLEMENTE; FREITAS 2010). O direito à moradia está para além de um teto, o gozo dessa prerrogativa inclui ainda outros tipos de serviços necessários ao bem-estar e à moradia de qualidade. Esse conjunto de medidas requer um processo de política habitacional composto por ideias de bem-estar coletivo, garantindo o direito à moradia, mas proporcionando, também, os fundamentais direitos constitucionais da cidadania, ofertando políticas que não se limitem à aquisição de uma “casa”, mas que agreguem outros direitos como saúde, educação, segurança, saneamento básico, transporte, entre outros.

O acesso a esses serviços representa o pilar de uma moradia digna, sendo o domicílio, dessa forma, uma pré-condição para a efetivação de vários outros direitos humanos que são essenciais para a qualidade de vida de qualquer cidadão. Dessa maneira,

Uma moradia digna não é resultado apenas de uma construção sólida que proteja a família das intempéries, mas um bem composto, que significa o consumo em conjunto de eletricidade, saneamento básico, vias públicas e transporte. Sendo assim, é de se esperar que a discussão da questão habitacional tangencie outras variáveis que não somente a habitação strictu sensu, mas infra-estrutura urbana e meio-ambiente, derivando daí sua relevância para o bem-estar. (KUWAHARA et al, 2005, p. 46)

Tomando por base as considerações feitas em relação à moradia, é válido destacar que, no que diz respeito ao ordenamento jurídico da política habitacional, nota-se um processo histórico de reconhecimento aos direitos humanos que compreendem o direito à moradia digna. No entanto, vale ressaltar que o contexto social das cidades brasileiras ainda carece de condições de acesso a uma habitação digna, como afirma Carbonari (2007, p.52):

Toda necessidade está intimamente ligada à vida, de forma que a própria vida é ameaçada quando se elimina totalmente a necessidade. As necessidades vitais, além de não dependerem da vontade, põem em risco a vida quando não atendidas, e reclamam, portanto, a satisfação. A qual, por sua vez, passa a ser conteúdo dos direitos humanos fundamentais.

O termo moradia abrange a promoção de uma habitação adequada e digna, em que estão incluídas as condições ambientais, aspectos como unidade habitacional, salubridade, saneamento básico, privacidade, segurança, infraestrutura urbana, bem como um espaço que permita a acessibilidade em relação ao emprego e aos equipamentos urbanos, uma vez que uma vida digna está intimamente relacionada com a concretização desses direitos fundamentais que são acobertados constitucionalmente (AZEVEDO, 2013).

Diante do que foi exposto, é possível inferir que o panorama aqui apresentado sobre as questões referentes ao acesso a uma moradia digna no país se reproduz da mesma forma no espaço urbano de Montes Claros. Nesse cenário, a demanda, principalmente por parte da população mais carente, é superior à oferta de moradias, mesmo com a intervenção do poder público para garantir tal acesso. O que se percebe, em todas as escalas de análise, é que o Estado, na tentativa de garantir ao cidadão o direito a uma habitação de melhor qualidade, acaba por excluir da população outros direitos de igual necessidade para uma vida digna. Fato apresentado nas próximas páginas deste trabalho, como resultado empírico do estudo realizado no Residencial Vitória, onde se pode perceber as dificuldades da população residente no local em ter acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e comércio. Dificuldades essas decorrentes da localização geográfica que o conjunto habitacional ocupa em relação às áreas que ofertam tais serviços.

3.2 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Montes Claros apresenta um déficit habitacional de 10.000 moradias segundo dados disponibilizados pela fundação João Pinheiro (2010). Devido seu desenvolvimento econômico e as transformações em seu tecido urbano, a cidade expandiu-se horizontalmente para novas áreas urbanas, surgindo novos empreendimentos imobiliários ao longo do seu território. Entre os empreendimentos imobiliários, encontram-se as moradias populares construídas em locais distantes da área central da cidade.

Nesse contexto, a estrutura econômica imposta pela dinâmica do capital juntamente com a especulação imobiliária tem provocado transformações importantes na configuração

do espaço urbano da cidade. Esses fatores refletem diretamente no valor dos loteamentos das áreas mais supridas por serviços públicos e privados, na distribuição da população no espaço urbano e no surgimento de novas áreas de habitações populares. Em razão disso, a população de menor poder aquisitivo se vê excluída de áreas mais abastadas por equipamentos públicos e privados, pois é alocada em regiões periféricas e distantes dos centros urbanos (HOLANDA, 2011).

Embora existam áreas vazias na região central ou nas proximidades, o alto valor da terra urbana impossibilita a construção de moradias populares destinadas à população de baixa renda, restando apenas, na cidade, as regiões periféricas. Assim, a política habitacional deve ser implementada juntamente aos princípios presentes na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da cidade, a fim de assegurar uma moradia de qualidade e infraestrutura adequada nesses locais (GUIMARÃES, 2013).

O conjunto habitacional Residencial Vitória I e II está localizado na porção norte da cidade Montes Claros, próximo ao Distrito Industrial e ao bairro Cidade Industrial. O valor da terra urbana na porção norte é inferior a outras áreas da cidade e apresenta um crescente número de empreendimentos de moradias populares, além da presença de aglomerados subnormais nessa área. Entre os fatores que contribuem para desvalorização da terra na porção norte, está a localização do setor industrial e os impactos que suas atividades trazem para o meio ambiente como poluição do ar, poluição sonora e o mau cheiro provocado pela produção (BARBOSA, 2016).

A construção do Residencial Vitória se deu em duas etapas. A primeira delas, contendo 499 unidades habitacionais, foi inaugurada em 2011. A segunda etapa, composta por 660 unidades foi inaugurada em 2013. As casas possuem dois quartos, sala, cozinha, banheiro e aquecedor solar. O conjunto habitacional também dispõe de ruas pavimentadas, energia elétrica, saneamento básico e transporte coletivo, segundo informações da Secretaria de Habitação de Montes Claros (2017). Os espaços que delimitam o conjunto habitacional são cobertos por vegetação. O empreendimento não possui equipamentos públicos de saúde, de escola e de lazer. Possui poucos estabelecimentos comerciais (Fig. 8) e serviços que não atendem as necessidades diárias da população residente devido à ausência de mercadorias e os altos valores impostos pelos comerciantes locais.

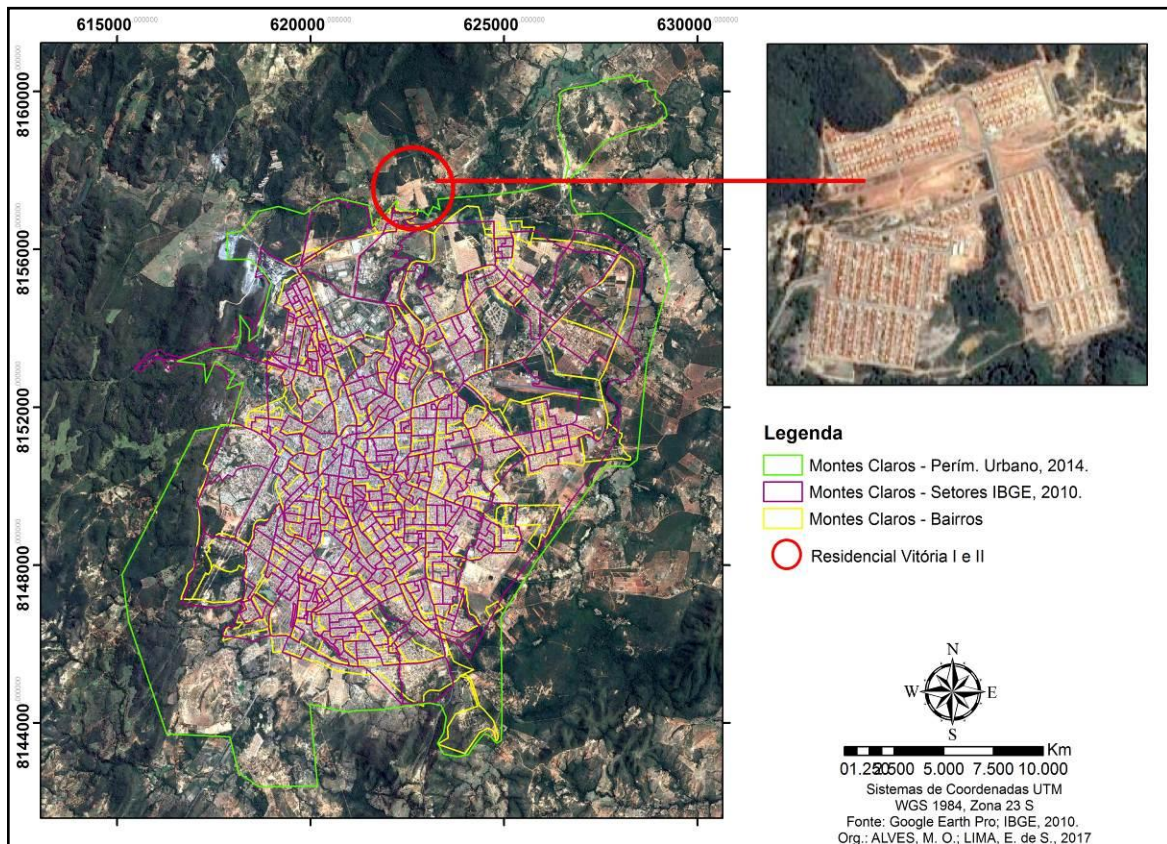
Figura 8: Imagens do Residencial Vitória I e II



Autor: LIMA, 2017

O Conjunto habitacional em análise tem características comuns aos outros condomínios populares de Montes Claros, com uma população de baixo poder aquisitivo que usufrui dos projetos sociais. Contudo, um fator diferencia o Residencial Vitória dos demais conjuntos habitacionais da cidade: sua localização está fora do perímetro urbano de Montes Claros, como observado no mapa 4.

Mapa 4: de Localização do Conjunto Habitacional Residencial Vitória I e II



No mapa 4 é possível observar o perímetro urbano da Montes Claros, além da divisão em setores urbanos do IBGE (2010) e a divisão não oficial do território da cidade em bairros. Nota-se que o conjunto habitacional Vitória (porção norte do mapa) localiza-se fora de todas as representações urbanas da cidade. O perímetro urbano de Montes Claros passou, no ano de 2014, por um processo de expansão, tendo sua malha urbana aumentada, e os empreendimentos habitacionais sofreram incentivo à ocupação periférica. A unidade habitacional de interesse social em estudo se insere nesse processo, tendo seu loteamento implantado fora do perímetro urbano da cidade, além dos problemas como dificuldades da população no acesso a serviços públicos e privados.

Segundo a secretaria de Planejamento Urbano de Montes Claros (2017), o conjunto habitacional Residencial Vitória I e II, que se encontra fora do perímetro urbano da cidade, está de acordo com a lei 4.573/2012 que delimita o perímetro urbano do município de Montes Claros e dá outras providências. A elaboração dessa nova lei tem como objetivo incorporar esses empreendimentos habitacionais na área urbana da cidade. Em razão disso,

a lei foi interpretada de forma que o conjunto habitacional atendesse os critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida:

[...] são consideradas áreas urbanas as sedes dos distritos e povoados situados nos Municípios de Montes Claros, que integrem um perímetro distante de até 500 (quinhentos) metros, a partir dos limites dos últimos arruamentos existentes e projetados.

Segundo o artigo 12, Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por Decreto, a regulamentação, a ampliação e/ou redução das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e da Zona de Uso Controlado (ZUC) de que tratam os artigos 9º e 10 desta lei, bem como a modificação, com a inclusão nas ZEIS-1, dos modelos de assentamentos previstos nas ZEIS-2; e ainda, criar novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com a ampliação do perímetro urbano e/ou alterações no zoneamento existente.

As Zonas Especiais de interesse social - ZEIS - são instrumentos urbanísticos que definem regras para o uso e ocupação do solo nessas zonas, configurando-se em áreas destinadas a abrigar a moradia popular, com o objetivo de implantar habitação de interesse social em áreas bem localizadas e supridas de equipamentos públicos. A delimitação dessas áreas é definida pelo Plano Diretor do município, são normas específicas para regularizar o uso da terra, esteja ela vazia ou não (PAIVA, 2009).

O local onde foi construído o Residencial Vitória I e II não atende as regras estabelecidas pelas zonas especiais de interesse social devido à distância do centro da cidade e à ausência de serviços urbanos. Em razão disso, o PMCMV potencializa o isolamento da população de baixo poder aquisitivo e coloca em evidência um mercado imobiliário que, cada vez mais, expande as cidades e determina loteamentos de maior valor nos centros urbanos e áreas com mais amenidades, agravando as desigualdades sociais (COSTA, 2016).

Se por um lado o poder público resolve o problema da moradia, por outro, não busca sanar a segregação residencial ao povoar locais afastados do centro e dos equipamentos urbanos de maior necessidade, como, por exemplo, escolas e hospitais, creches e áreas de lazer (GUIMARÃES, 2013). Ao mesmo tempo em que Montes Claros, enquanto cidade, destaca-se por possuir inúmeras instituições de ensino, comércio e indústrias, perde na disponibilização de serviços urbanos nas novas áreas de habitações populares. Embora o conselho gestor de habitação de interesse social tente sanar o déficit habitacional na cidade, o PMCMV apresenta falhas tanto na gestão como em investimentos de infraestrutura nos conjuntos habitacionais que impedem a eficácia dessa política pública na cidade.

É nesse contexto que se faz necessário conhecer as reais dificuldades dos moradores do Residencial Vitória I e II, por eles residirem distantes da área central de Montes Claros, visando estabelecer uma inter-relação entre o local da moradia e as necessidades de cada família no que se refere ao acesso aos equipamentos públicos e privados.

Analisando a quantidade de residências do Residencial Vitória I e II, considerou-se 10% das moradias o percentual de análise ideal, que corresponde 116 domicílios entrevistados para o levantamento de dados, do total das 1.159 casas do conjunto. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas entre os meses de julho e agosto de 2017. As informações coletadas contribuíram para conhecer as características da população, perfil dos moradores e os principais problemas enfrentados pelos moradores do conjunto. A entrevista semi-estruturada,

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses (que interessam à pesquisa) e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (ALVAREGA NETO; BARBOSA; CENDÓN, 2006, p.70).

As visitas a campo trouxeram informações essenciais à pesquisa, na sua maioria relacionada à infraestrutura e serviços disponibilizados no conjunto habitacional, comércio local, entre outros dados, além dos registros iconográficos da área que contribuíram para uma maior compreensão dos resultados. A técnica de amostragem escolhida para o levantamento das informações pautou-se na Amostragem por Conveniência, que consistiu em selecionar os moradores que estivessem no local e se dispusessem a participar da pesquisa. De acordo com Gil (1999, p. 94), a amostragem por conveniência constitui-se como o

[...] menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

A escolha dessa técnica se deu devido a diversos fatores como, por exemplo, a elevada presença de menores de dezoito anos sozinhos nas residências durante o horário de trabalho dos pais ou responsáveis, além de uma grande quantidade de moradias fechadas

de acordo com Diretor de Habitação de Montes Claros, o elevado número de moradias fechadas se dar pelo fato de que muitos beneficiários adquirem o imóvel mais não se mudam para a nova residência. Isso devido o conjunto habitacional localiza-se na periferia da cidade e distantes das áreas que ofertam os principais serviços que a população necessita.

O conjunto habitacional Vitória I e II abriga moradores oriundos de diversas regiões de Montes Claros. São beneficiários do PMCMV que passaram por um longo processo de avaliação e critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Montes Claros. Em contrapartida, o atual Diretor Municipal de Habitação afirma que são 35 mil famílias cadastradas no programa para receberem as moradias, mas somente 11.000 atendem os critérios estabelecidos para serem contempladas. O decreto nº 3.195 de 01 de julho de 2014 dispõe sobre os critérios adicionais municipais para priorização de candidatos a beneficiários do programa PMCMV, por exemplo:

Art. 1º – São considerados critérios nacionais de priorização para a seleção de candidatos ao PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida, nos termos da Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009 e da Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013:

I) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

II) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;

III) famílias de que façam parte pessoas com deficiência;

Art. 2º- São considerados critérios municipais, segundo aprovação pelo Conselho Municipal de Habitação- CMH na ata de reunião datada de 10 de junho de 2.014 e considerando a Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013:

I) famílias que possuem crianças e/ou adolescentes de 0 (zero) a 16(dezesseis) anos;

II) famílias que possuem 3 (três) ou mais crianças e/ou adolescentes de 0 (zero) a 16 (dezesseis) anos;

III) famílias que possuem renda per capita de até R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais);

Art. 3º - O processo seletivo deverá nortear-se pela priorização de atendimento dos candidatos que se enquadrem no maior número de critérios nacionais e adicionais municipais nos termos do art. 5º da Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013.

Outro fato relatado pelo Diretor Municipal de Habitação é a dificuldade de acabar com o déficit habitacional na cidade, pois alguns beneficiários acabam voltando para as antigas moradias em áreas de risco, vendendo os imóveis ou alugando-os. Ele coloca a necessidade de demolir essas moradias em áreas de risco evitando a comercialização e uso de novos moradores. Outra medida apontada é o acompanhamento dessas famílias pela equipe técnica social formada por advogados, assistentes sociais, psicólogos, etc. Essa equipe tem a função de promover maior adaptação dos beneficiários ao local de moradia e

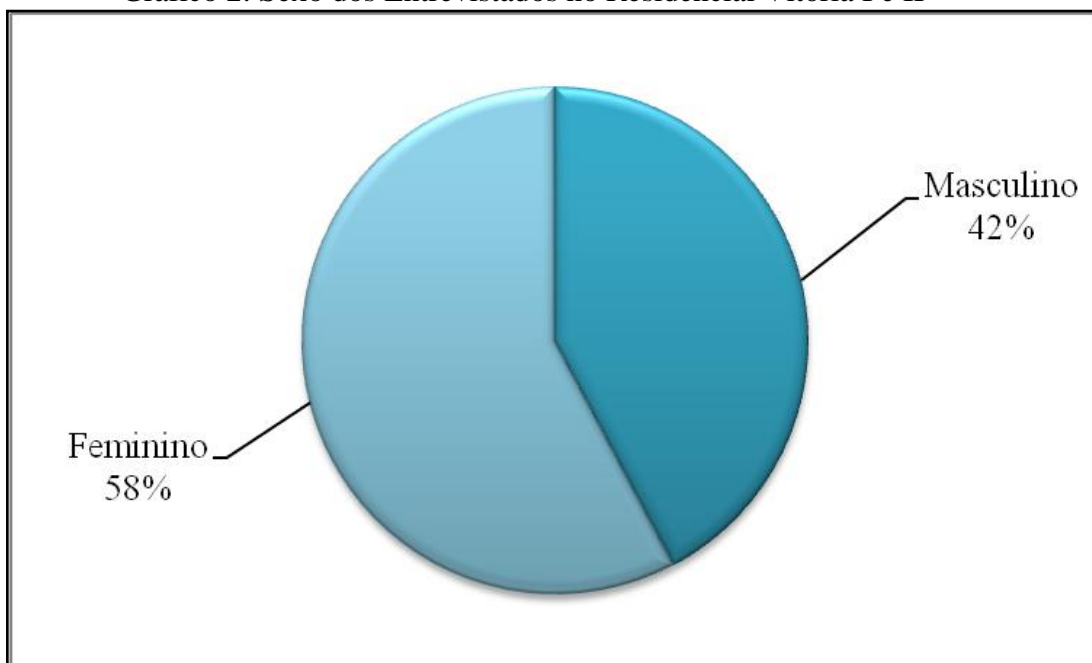
a sua organização social. A ação do Trabalho Técnico Social - TTS - nos empreendimentos também tem como objetivo orientar os beneficiários de seus direitos e deveres no PMCMV.

É importante frisar que o morador que passa a residir em conjuntos habitacionais, principalmente no conjunto em estudo, acaba tendo interferência ou até mesmo rompendo os laços de relações sociais estabelecidos nos lugares que eles habitavam anteriormente, ou seja, antes de residir nas moradias populares. Isso pode ser um dos fatores, que explica o fato do morador adquirir o imóvel e não ocupá-lo ou ocupá-lo e não adaptar, por isso retornar ao lugar de origem.

3.3 - Perfil dos moradores

A caracterização do perfil familiar dos 116 moradores entrevistados se deu por intermédio das seguintes variáveis: sexo; escolaridade; número de moradores; renda familiar; local de moradia anterior. Em relação ao sexo dos entrevistados, os dados obtidos podem ser verificados no gráfico 2.

Gráfico 2: Sexo dos Entrevistados no Residencial Vitória I e II

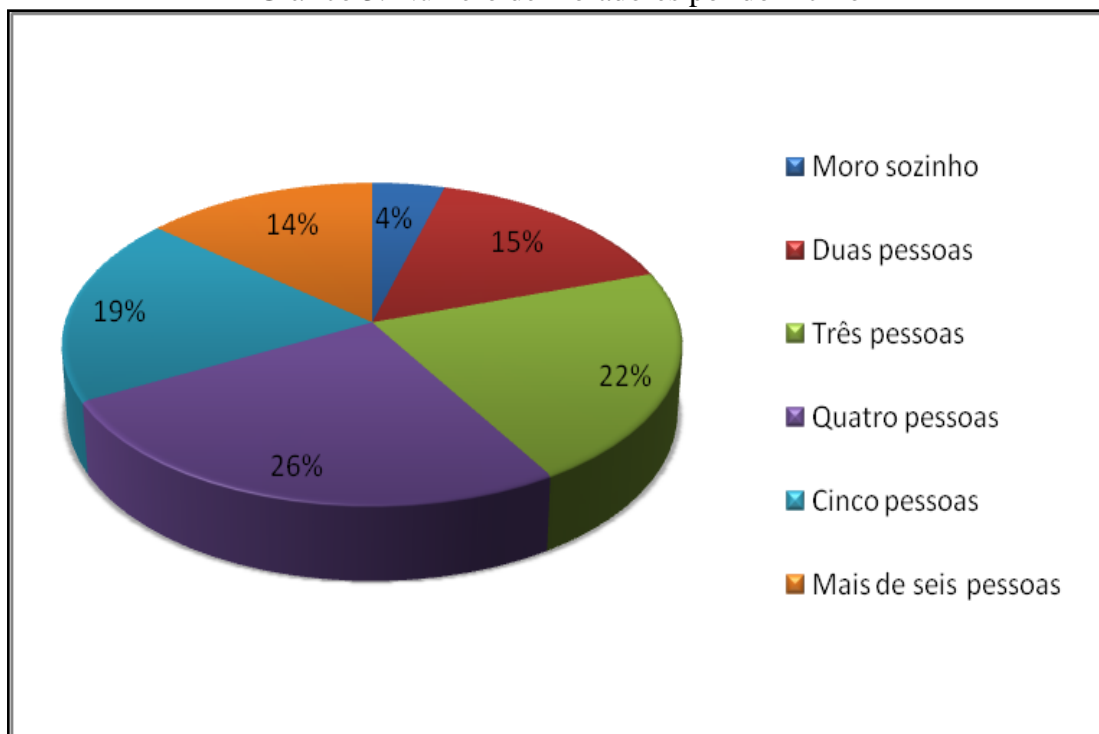


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Verificou-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino (58% dos entrevistados) e o percentual masculino corresponde a 42% destes, como representado no gráfico 2.

O gráfico 3 apresenta os dados obtidos em relação à quantidade de moradores por domicílio participante da pesquisa.

Gráfico 3: Número de moradores por domicílio

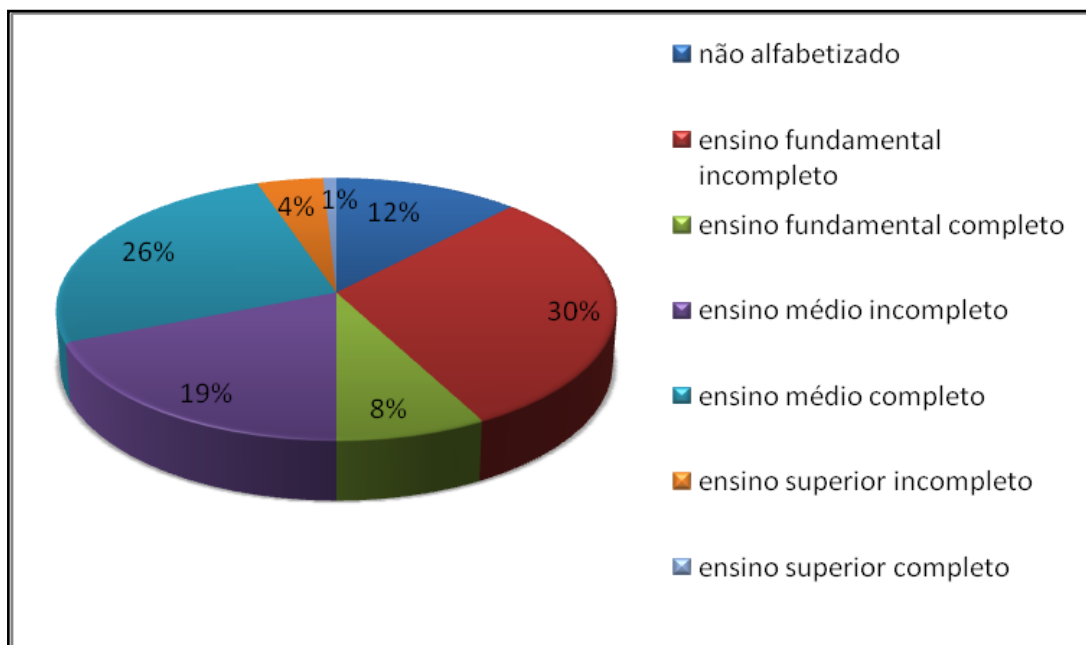


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

A partir do resultado do gráfico 3, em relação à quantidade de moradores residentes na mesma casa, detectou-se um grande número de habitantes no local. Em média, as unidades são compostas por quatro pessoas, o que corresponde a 26% dos moradores por residência. Já 22% dos domicílios são habitados por três moradores. Da mesma forma, identificou-se um percentual de 19% das casas constituídas por cinco moradores. Além disso, existem habitações com duas pessoas representando 15% das residências. Detectou-se, ainda, que 14% das moradias com seis pessoas, um percentual elevado se for considerado o tamanho da unidade habitacional, e apenas 4% das residências são resididas por um beneficiário.

Em relação ao grau de escolaridade dos moradores do Conjunto Habitacional Residencial Vitória que participaram da entrevista, o gráfico 4 apresenta os resultados obtidos.

Gráfico 4: Nível de escolaridade dos entrevistados

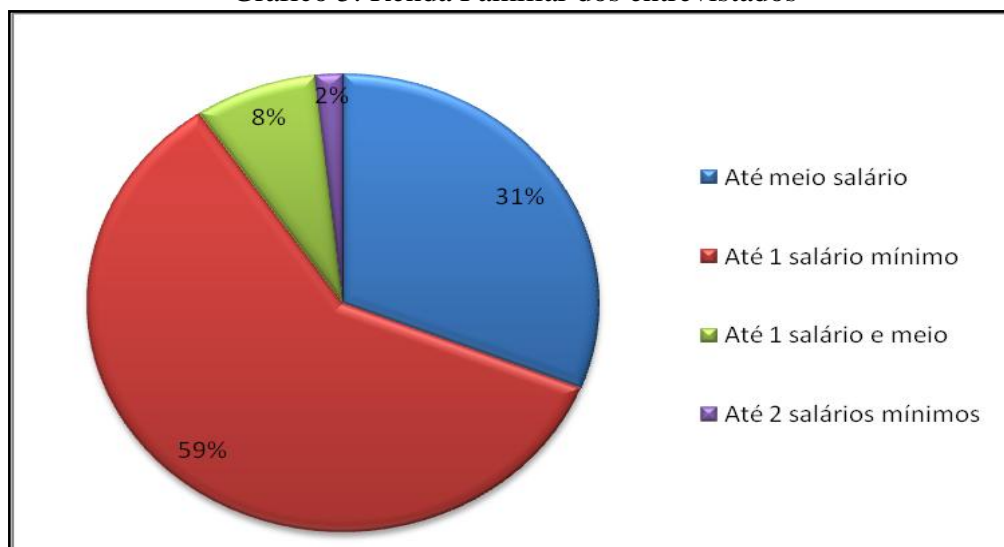


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

É possível perceber que, pelo gráfico 4, dos 116 entrevistados, 30% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Já 26% possuem ensino médio completo e 19% não complementaram o ensino médio. Nota-se, ainda, que 12% dos residentes entrevistados não são alfabetizados, um valor expressivo devido às implicações que esse fato traz em seu cotidiano. Dessa forma, a partir da amostra analisada, observa-se que o nível de escolaridade dos moradores é relativamente baixo, com apenas 4% deles cursando ensino superior e 1% possui graduação.

Outro fator importante para a análise das características dos beneficiários do PMCMV está ligado ao perfil econômico. O gráfico 5 apresenta os resultados obtidos com as entrevistas realizadas no Residencial Vitória.

Gráfico 5: Renda Familiar dos entrevistados



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Percebe-se, pelos resultados do gráfico 5, que a maioria das famílias, 59%, possui um rendimento de até 1 salário mínimo; enquanto 31% dos moradores tem renda salarial de meio salário mínimo; 8% tem uma média salarial de um salário e meio e somente 2% dos moradores apresenta remuneração de até 2 salários mínimos. Assim, quanto ao quesito renda familiar, observa-se, de fato, que a maior parte dos entrevistados recebe até um salário mínimo, atendendo dessa forma ao que está previsto nos critérios do PMCMV que contempla beneficiários de até três salários mínimos. Conforme previsto no Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas:

[...] os custos financeiros habitacionais devem ser condizentes com a condição financeira daqueles cidadãos, não permitindo que a satisfação de outras necessidades sejam comprometidas. Busca-se evitar aqui que toda a renda do indivíduo seja drenada para os custos habitacionais, além disso, é uma diretiva para que os Estados não permitam os intermináveis financiamentos, os quais muitas vezes, faz com que o cidadão pague infinitas vezes o valor do bem imóvel, esta situação sempre foi muito freqüente nos financiamentos habitacionais brasileiros (ONU, 1996, p. 4).

O perfil econômico compreende também o valor mensal que cada beneficiário se torna responsável no momento da contratação do financiamento do imóvel. No Residencial Vitória, há uma variedade significativa dos valores das parcelas de R\$ 25,00, R\$ 40,00 e R\$ 80,00 (reais), etc. Isso ocorre devido às diferenças salariais de cada morador.

As famílias entrevistadas geralmente trabalham no comércio em geral, construção civil, setor industrial, prestam serviços domésticos, atuam como vendedores ambulantes, autônomos ou possuem algum tipo de comércio no local. Verificou-se que 32 moradores

recebem auxílio do programa federal Bolsa Família, muitas vezes sendo a única renda familiar, que não ultrapassa o valor de meio salário mínimo. Nessa situação, deparou-se com um caso em que a entrevistada, juntamente com seis filhos, sobrevive com os rendimentos advindos do programa Bolsa Família, o que contabiliza menos de meio salário mínimo para arcar com todas as despesas e o sustento da família.

A pesquisa de campo também evidenciou no Residencial Vitória I e II, moradores originários de várias regiões da cidade de Montes Claros, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4: Local de origem dos moradores do Residencial Vitória

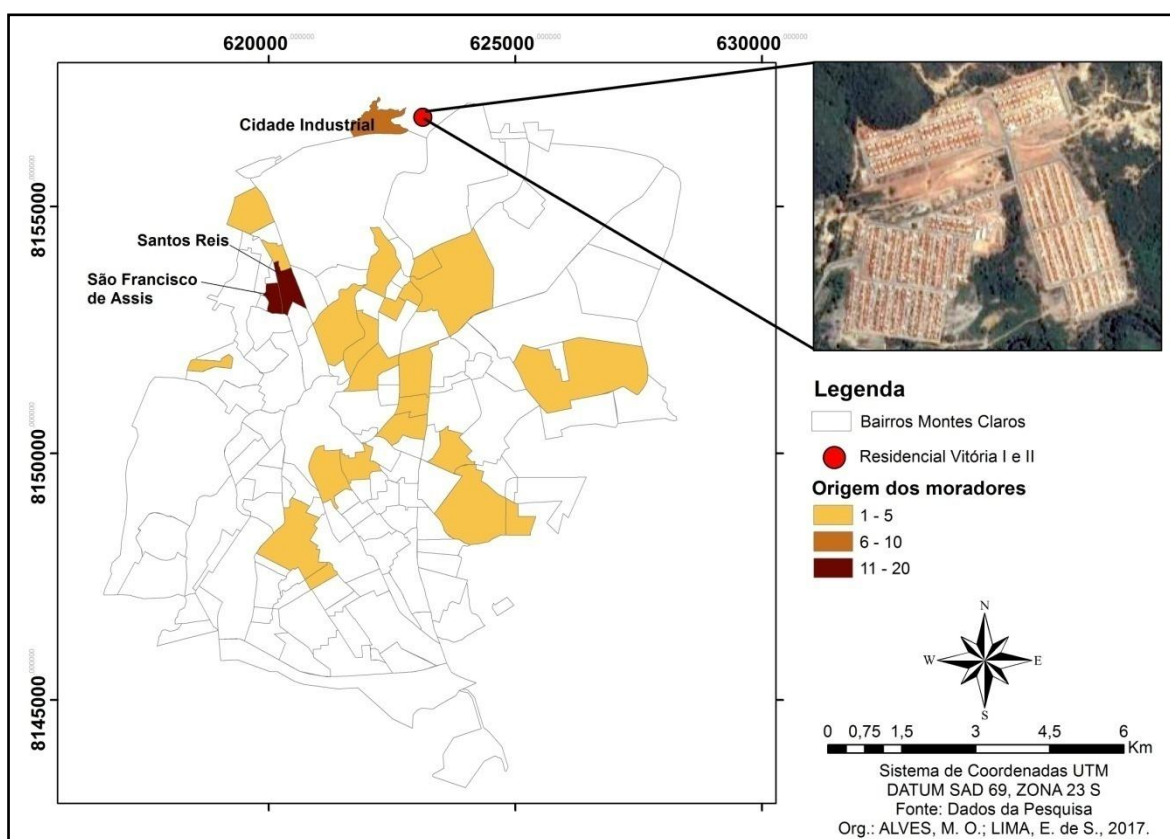
Origem dos Moradores	Quantidade de Moradores
Alto da Boa Vista	1
Alto São João	4
Bairro de Lourdes	2
Canelas	4
Cintra	1
Cidade Industrial	10
Delfino Magalhães	2
Edgar Pereira	3
Eldorado	4
Esplanada	1
Independência	4
JK	2
Morrinhos	3
Monte Carmelo	1
Planalto	2
Santo Antônio	1
Santa Lúcia	5
Santos Reis	15
Renascença	4
Vila Áurea	4
Vila Anália	2
Vila Greice	4
Vila Ipiranga	3
Vila Regina	2
Vila Mauricéia	1
Vila Oliveira	2
Vila Sion	1
Vila São Francisco	20
Vila Tiradentes	3
Vera Cruz	2
Santa Rita	3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Através dos dados expostos na tabela 4, observou-se um quantitativo de moradores provenientes de aglomerados subnormais, caracterizados por apresentar graves problemas socioeconômicos entre seus habitantes. De acordo com IBGE (2010), aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

O mapa 5 apresenta os locais de origem dos moradores que participaram da entrevista, com destaque para o Bairro Cidade Industrial, Santos Reis e Vila São Francisco de Assis, que apresentam aglomerados subnormais em seu território.

Mapa 5: Origem dos Moradores do Residencial Vitória I e II



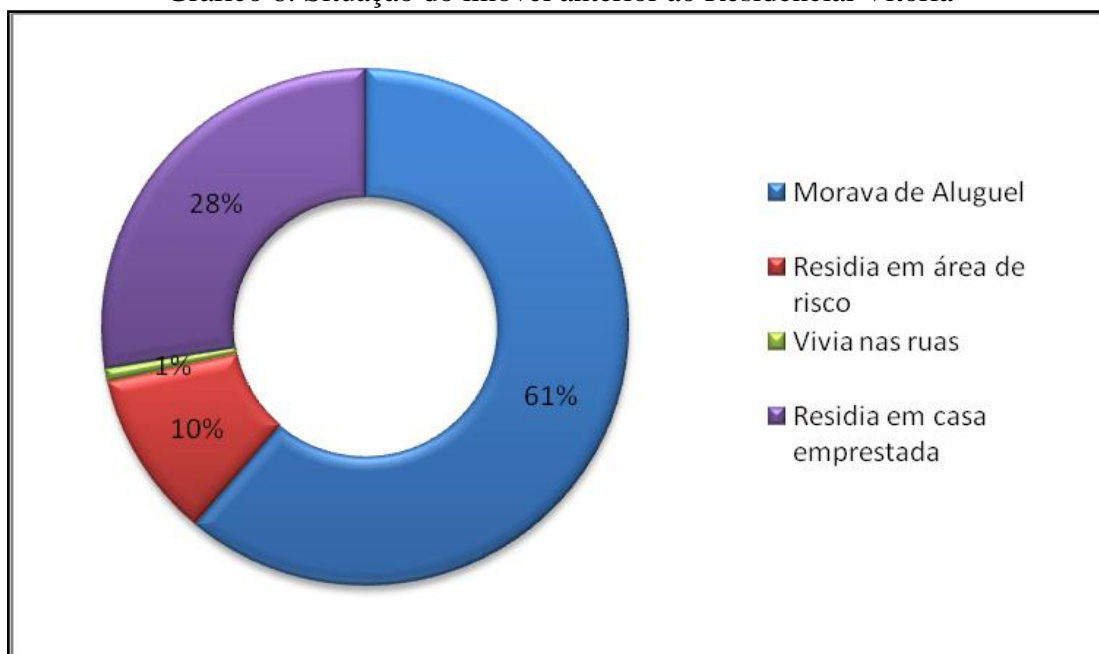
É possível perceber, pelo mapa 5, que os moradores do Residencial Vitória que aceitaram participar da pesquisa são oriundos de vários bairros de Montes Claros. Contudo, a maior parte é proveniente de dois bairros (Santos Reis e São Francisco de Assis) que apresentam graves problemas socioeconômicos, com uma população classificada como de

baixa renda familiar e que habita aglomerados subnormais. Deve-se enfatizar que é justamente essa população que atende aos requisitos predispostos no PMCMV para se classificar como um possível beneficiário e receber uma moradia popular. Mas o fato de receber a moradia não garante melhor qualidade de vida a essas famílias que continuam segregadas espacialmente e excluídas socialmente.

Nesse contexto, é possível perceber que a questão da moradia em Montes Claros, assim como no Brasil, é um fator preponderante de status social, uma vez que, ela é determinante tanto de exclusão como também de inserção social. Dessa forma, o cidadão que possui maior poder aquisitivo ocupa uma área de boa visibilidade social, enquanto a classe mais pobre tende a ocupar espaços inadequados gerando, assim, para o Estado, sérios problemas não somente em relação à moradia, mas também em outros quesitos sociais.

Outro fator importante que deve ser avaliado como característica do perfil de moradores do Residencial Vitória está relacionado a sua situação de moradia anterior ao conjunto. O gráfico 6 apresenta os resultados obtidos com os entrevistados do conjunto habitacional em estudo.

Gráfico 6: Situação do imóvel anterior ao Residencial Vitória



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

De acordo com o disposto no gráfico 6, cerca de 61% dos entrevistados residia em casas alugadas, fato que acarretava complicações no orçamento familiar. Já 28% dos

entrevistados viviam em moradias cedidas por familiares. 10% dos moradores são provenientes de áreas de riscos e, mesmo que morassem em casa própria, suas residências foram condenadas pela defesa civil. Apenas 1% dos entrevistados vivia nas ruas de Montes Claros.

De acordo com os dados apresentados acima, foi possível traçar as características socioeconômicas específicas dos moradores do Residencial Vitória, tais como renda, grau de escolaridade, sexo e locais de origem. Esses indicadores evidenciam o perfil da população residente, podendo ser classificada como uma população carente, de baixa renda, baixa escolaridade e que depende dos programas sociais públicos para terem acesso a uma melhor qualidade de vida para seu grupo familiar.

3.4 - Acessibilidade dos moradores do Conjunto Habitacional Popular Residencial Vitória I e II aos serviços públicos e privados

Para a análise das condições de acessibilidade dos moradores do conjunto habitacional em estudo aos serviços básicos foram levados em consideração os seguintes itens: infraestrutura básica, comércio e acessibilidade aos serviços de saúde e educação.

O Residencial Vitória foi entregue à população com os componentes previstos pelo projeto original, como: iluminação pública, rede de água e esgoto e ruas pavimentadas. De acordo com os dados da pesquisa, o conjunto não dispõe de equipamentos públicos como escolas, unidades de saúde (PSF), creche, áreas de lazer, etc. Dessa forma, buscou-se, aqui, abordar as dificuldades da população do conjunto habitacional no acesso aos serviços públicos e privados.

O Residencial Vitória, como já foi mencionado, está localizado em uma área periférica distante do centro urbano de Montes Claros e foi construído totalmente fora do perímetro urbano. Tal fato evidencia uma situação de segregação socioespacial da população em que o poder público municipal mostra-se ineficiente na gestão e implantação dos equipamentos públicos. No que se refere à área de lazer e infraestrutura, o conjunto Habitacional Vitória I possui apenas uma praça pavimentada (Figura 9).

Figura 9: Praça do Residencial Vitória I



Autor: LIMA, 2017

Embora os moradores tenham mencionado necessidades básicas como posto de saúde e escolas, a maioria entende a importância de uma praça, como a que foi mostrada na figura 9, e áreas de lazer no conjunto. As crianças brincam na rua, nas casas e em um campinho improvisado dentro do conjunto. No caso do Vitória II, existe apenas o local destinado à construção da praça, como exposto na figura 10.

Figura 10: Local destinado a construção da Praça no Residencial Vitória II



Autor: LIMA, 2017.

Pela Figura 10, é possível perceber que a construção da praça, requisito do PMCMV, está paralisada. A praça pode ser a única opção de lazer para os moradores desse local. Para Santos (2017), os novos bairros, conjuntos habitacionais vão surgindo com aumento gradativo da população nas cidades e abrigando moradores com menor poder

aquisitivo principalmente na periferia das cidades. Normalmente, são áreas que carecem de serviços públicos e estruturas de lazer, um fato que segrega a população, considerando os poucos espaços públicos espalhados pela cidade.

Vale ressaltar que a praça é um local destinado ao entretenimento e convívio social da população. Mas a ausência de equipamentos recreativos faz com que 90% dos entrevistados não utilizem o local. A população criou um campo de futebol improvisado, como observado na figura 11, para as crianças jogarem futebol devido à falta de áreas de lazer no conjunto.

Figura 11: Área utilizada como campo de futebol pelos moradores



Autor: LIMA, 2017

É possível observar, pela figura 11, que o local improvisado como campo de futebol não tem estrutura para tal atividade. As crianças ficam expostas ao sol, chuva, não tem água, bebedouros, nem banheiros, itens indispensáveis para que a prática do esporte, ainda que seja como lazer, torne-se prazerosa e qualitativa. No local, poderia ser construída uma quadra esportiva para atender a população local e dos bairros vizinhos.

Ao longo do Residencial Vitória, observa-se que o comércio é improvisado dentro das casas, nas garagens, salas ou cômodos construídos na frente das residências, e disponibilizam apenas algumas mercadorias. Os moradores reclamam do comércio local que não atende as necessidades da população devido aos altos preços e ausência de mercadorias nos mercadinhos do conjunto habitacional. A tabela 5 apresenta os principais tipos de comércio e serviços identificados no local.

Tabela 5: Tipos de comércios e serviços identificados no Residencial Vitória I e II

Descrição dos serviços e comércio	Quantidade
Bar	5
Serviços de costura	1
Comércio de Biscoito	1
Comércio de Pastel	1
Igreja Evangélica	6
Manicure e Pedicure	1
Mercearias	13
Padarias	3
Fábrica de salgados	1
Salão de Beleza	3
Serviço de xerox, currículo e impressão	1
Fábrica de temperos	1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Através da tabela 5, é possível observar a existência de alguns comércios ao longo do conjunto habitacional, principalmente no Residencial Vitória I. Percebe-se uma menor concentração de estabelecimentos comerciais no Vitória II. Os proprietários desses estabelecimentos relatam que a decisão de implantar o comércio está diretamente ligada aos seguintes fatores: uma forma de aumentar a renda familiar, desemprego e ser dono do próprio negócio. O comércio local propõe-se, também, a atender as demandas diárias da população por mercadorias. Os estabelecimentos comerciais são formados basicamente por bares, salões de beleza, mercearias, padarias, entre outros. Na figura 12 é possível perceber a fachada de algumas dessas unidades comerciais. Pode-se observar que os locais em que se pratica o comércio no Residencial Vitória são improvisados na própria estrutura das casas, tornando-se uma extensão da própria residência.

Figura12: Comércios do Residencial Vitória



Autor: LIMA, 2017.

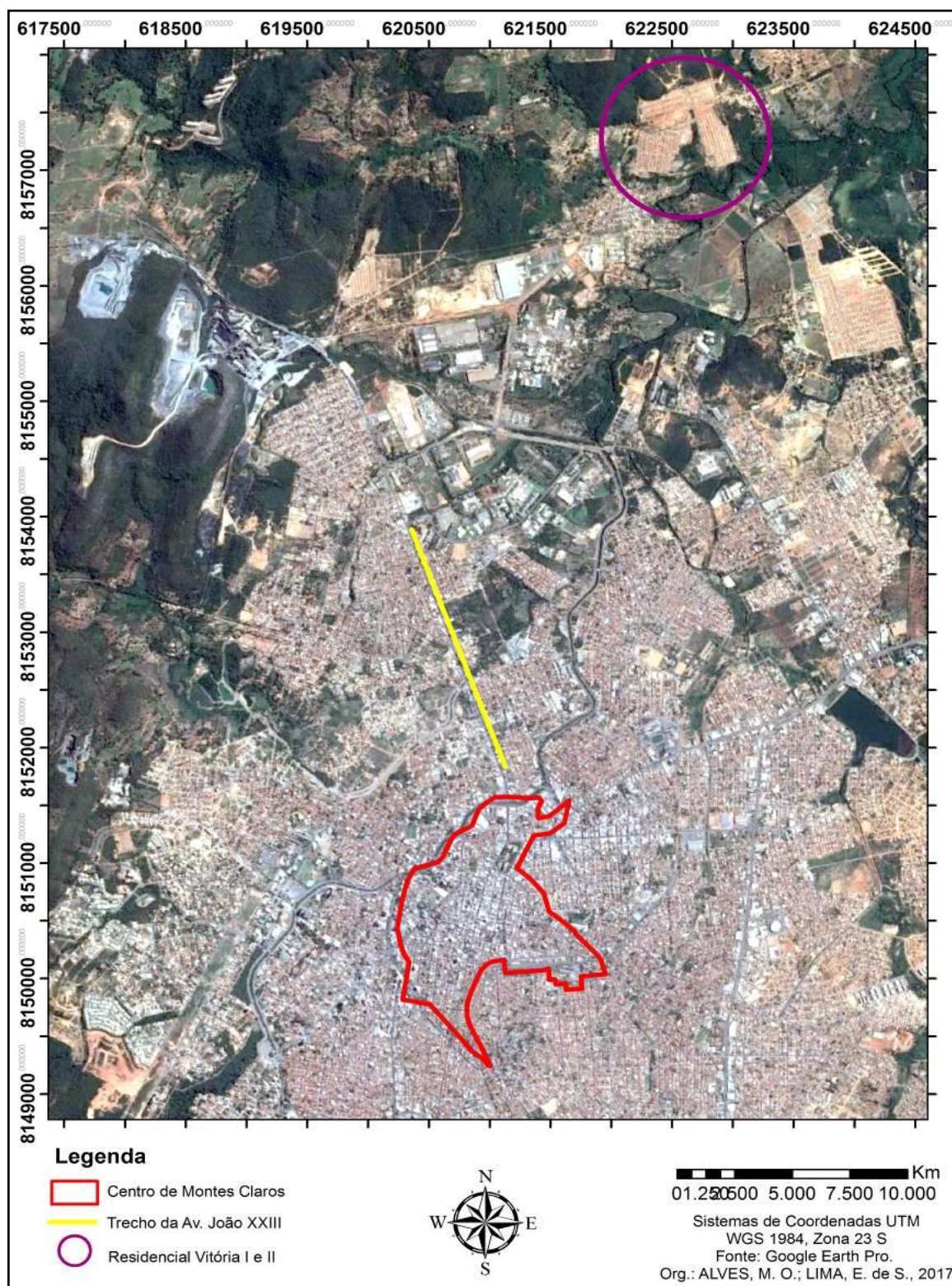
Investigou-se também o acesso dos moradores entrevistados ao comércio na cidade. Constatou-se que 100% dos entrevistados fazem as compras gerais fora do local onde residem, sendo que 42% declararam comprar nos comércios da área central e 58% na Av. João XXIII. Preferem fazer suas compras de produtos alimentícios principalmente em supermercados, onde declararam que os preços são mais baratos, com destaque para o supermercado BH e Bretas. A população declarou que faz compras no comércio local apenas para repor algum item de seu consumo diário até que chegue a data da próxima compra do mês. Os moradores utilizam pouco dos serviços oferecidos no local e justificam esse fato pelos preços abusivos dos produtos. A fala de uma moradora entrevistada evidencia a realidade enfrentada no conjunto habitacional, como pode ser observado no seguinte trecho:

O preço de um pacote de arroz no comércio local dar para compra dois da mesma marca, os custos dos produtos são bem altos, além do comércio não oferecer variedade nas mercadorias. Não encontramos serviços importantes como uma casa lotérica para pagar as contas, o deslocamento é quase diário para ter acesso ao comércio e serviços na Av. João XXIII e o centro de Montes Claros (Moradora A, Vitória I, Ensino Médio Completo).

O comércio no Vitória II quase não existe, quando preciso fazer a compra do mês vou ao supermercado BH, lá eu acho tudo que preciso em menor preço que aqui no conjunto (Moradora B, Vitória II, Ensino Fundamental Completo).

Percebeu-se que o deslocamento dos moradores para Av. João XXIII e a área central de Montes Claros é frequente, principalmente para o pagamento de contas, compras de supermercado e acesso aos serviços de banco e atendimento aos correios, acarretando em gastos extras no orçamento familiar de uma população que possui um poder aquisitivo baixo. O Residencial Vitória I possui CEP (código de endereçamento postal) enquanto o II não dispõe ainda de endereço postal, desde sua implantação em 2013. A ausência de uma estrutura comercial e da prestação de serviços causa insatisfação nos moradores com o local onde residem. A população reclama da distância percorrida, que é muito longa, podendo chegar a até 1 hora de viagem entre essas duas áreas comerciais da cidade e o conjunto habitacional. O mapa 6 mostra a localização do Residencial Vitória em relação às áreas em que os moradores buscam por diversos serviços.

Mapa 6: Localização da Av. João XXIII e Área Central em relação ao Residencial Vitória

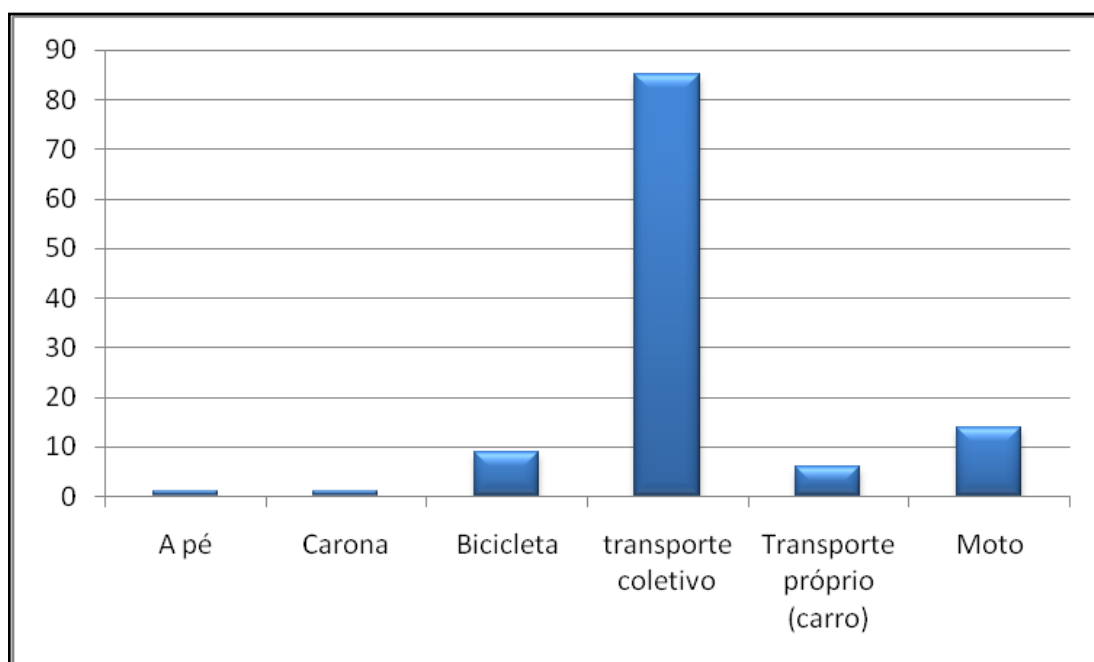


Através do mapa 6, é possível perceber a distância existente entre o conjunto habitacional e as áreas em que essa população busca pelos principais serviços. Deve-se

ênfatizar que esse deslocamento quase diário gera um custo extra para as famílias que possuem poucos recursos financeiros para se sustentarem. Este fato evidencia a necessidade de melhor planejamento das áreas onde serão construídos os conjuntos habitacionais populares, de forma que o acesso da população carente a uma moradia digna não os exclua dos outros direitos necessários para sua melhor qualidade de vida.

Outro aspecto avaliado pela pesquisa diz respeito aos meios de transporte utilizados pela população do local, pois eles constituem um importante instrumento de deslocamento para acessibilidade aos espaços comerciais e de prestação de serviços. Dessa forma, procurou-se identificar os principais meios de transporte utilizados pelos moradores para acessar os serviços de saúde, educação, comércio, trabalho e lazer. Os resultados estão expostos no gráfico 7.

Gráfico 7: Tipos de transporte utilizados pela população do Residencial Vitória



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Através dos dados dispostos no gráfico 7, é possível perceber que a maior parte dos entrevistados do Residencial Vitória utiliza o transporte coletivo (73%), gastando, em média, de 40 minutos a uma hora para chegar ao seu destino e 1% vai a pé, apesar de ser a minoria, deve-se considerar o longo trajeto até as áreas comerciais e 1% vai de carona para chegar ao local de destino. Poucos moradores utilizam veículo próprio (5%) e 8% dos entrevistados utilizam a bicicleta porque consideram o valor do transporte público elevado, o que acaba “pesando” no orçamento familiar no final do mês. E ainda 12% dos moradores

locomovem-se através de motocicleta. É importante destacar que o conjunto habitacional Vitória é atendido pela linha de transporte coletivo de número 1702 – Residencial Vitória/Mangues, via Distrito Industrial.

A longa distância percorrida pelos moradores para ter acesso ao comércio e serviços leva a população a arcarem também com um custo econômico, seja comprando no conjunto, onde os preços são mais elevados em relação às áreas comerciais da cidade, seja deslocando-se frequentemente para suprir suas necessidades.

Foram verificados nas moradias outros usos além do residencial e comercial. São adaptações nas construções feitas pelos beneficiários e que não são previstas no projeto original do PMCMV. Para comprovar as modificações na estrutura original das casas, todas as unidades habitacionais foram observadas. Constatou-se, através da observação *in loco*, que, das 1.159 casas do Residencial Vitória I e II, seis unidades estão sendo utilizadas como instituição de cunho religioso, como se pode ver na figura 13.

Figura13: Unidades utilizadas como instituições religiosas



Autor: LIMA, 2017.

A figura 13 deixa evidente a necessidade da população em prestar algum tipo de culto religioso. Como a estrutura do local não oferece nenhum lugar específico para tal prática, os moradores acabam por improvisar templos religiosos em suas próprias residências, assim como fazem para o comércio e prestação de serviços. Esse fato evidencia a necessidade de se considerar também os aspectos culturais da população para se planejar a estrutura de um conjunto habitacional popular, principalmente em casos como o do Residencial Vitória, dado o isolamento e a distância em que se localiza em relação até mesmo aos bairros vizinhos.

Diante desse contexto, pode-se observar, no conjunto habitacional estudado, que muitas residências sofreram algum tipo de acréscimo em sua estrutura ou adaptações na construção original, sendo utilizadas simultaneamente como residência, comércio e serviços. Essas modificações nas casas são reflexos das necessidades diárias da população que reside no local, no que se refere às dificuldades de acesso e obtenção de produtos (alimentícios, bebidas, limpeza, vestuário, medicamentos) e serviços (impressão, xérox, cabeleireiro e costureira, entre outros), acarretando assim um rearranjo nas funcionalidades de suas moradias.

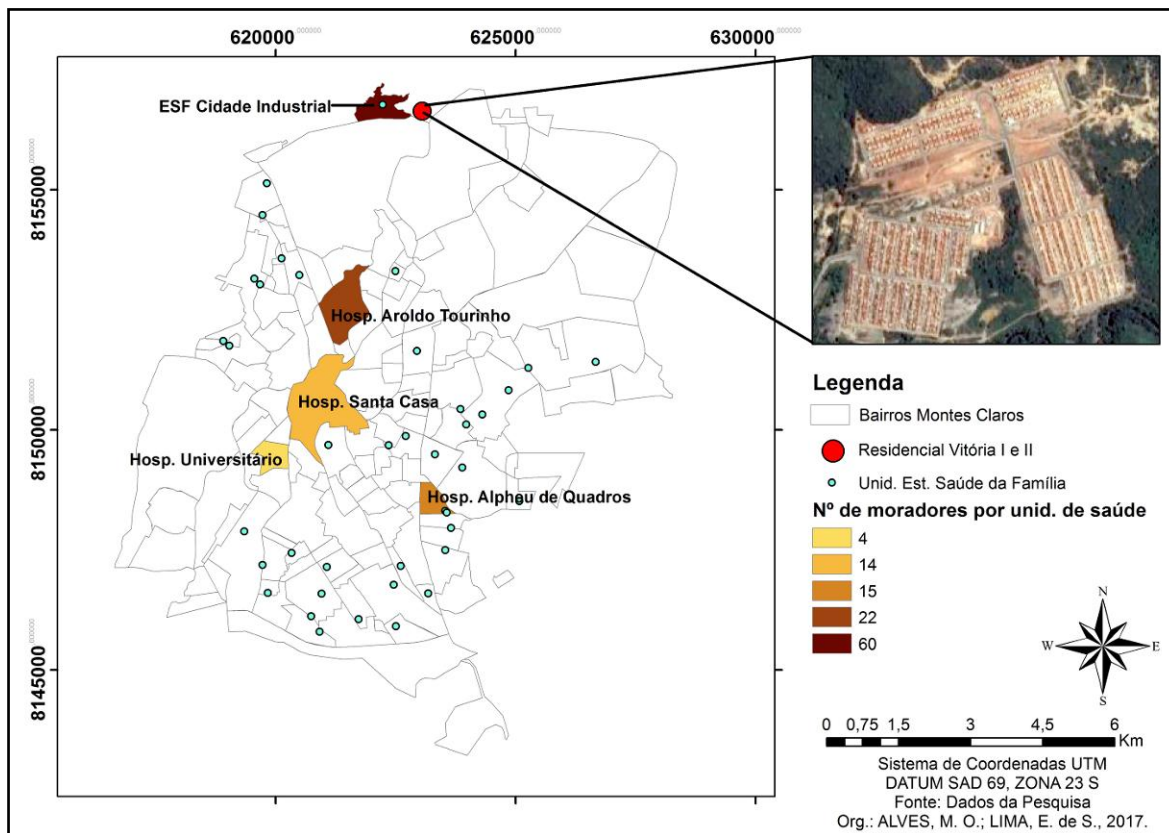
3.5 - As dificuldades de acesso aos serviços de saúde

Outro componente fundamental que deve ser considerado quando se avalia as condições de vida da população em geral e, principalmente, da população mais carente, diz respeito às dificuldades de acesso aos serviços de saúde, quer seja um Posto do Programa de Saúde da Família quer seja um hospital. Esse componente foi analisado neste estudo, partindo-se do pressuposto de que os serviços de saúde são inevitavelmente utilizados por todos os moradores dos conjuntos.

A unidade de saúde mais próxima do Residencial Vitória localiza-se no bairro Cidade Industrial (mapa 6). Contudo, o fato de haver um posto do programa Estratégia Saúde da Família – ESF próximo do conjunto, não significa necessariamente que os moradores consigam utilizar o serviço. Um percentual significativo de moradores do conjunto (52%) procura atendimento na Unidade de Saúde do bairro Cidade Industrial, mas alegam ter dificuldades para marcar consultas e exames devido à falta de médicos, além da falta de medicamentos no local. Esse posto de ESF atende o Residencial Vitória I e II e a população do próprio bairro, além de outros bairros vizinhos, o que configura um grande contingente populacional, sobrecarregando a unidade de saúde.

No mapa 7, podem ser visualizadas as unidades de saúde mais utilizadas pelos moradores participantes da pesquisa.

Mapa 7: Unidades de saúde utilizadas pela população do Residencial Vitória



O mapa 7 apresenta a distribuição espacial das unidades de ESF presentes no espaço urbano de Montes Claros, além de evidenciar os principais hospitais utilizados pelos moradores entrevistados. É possível perceber que a maior parte dos moradores busca atendimento no bairro Cidade Industrial, que contém a unidade de saúde mais próxima, como já foi mencionado. Contudo, devido às dificuldades de atendimento nesse local, os moradores deslocam-se até os hospitais da cidade. Cerca de 19% dos entrevistados afirmaram procurar atendimento no Hospital Aroldo Tourinho, por estar localizado na Av. João XXIII e encontrar-se mais próximo do Residencial Vitória, além de essa já ser uma área frequentada pelos moradores. Relatam que, quando não conseguem assistência médica nessa unidade, são orientados a buscar suporte médico no Hospital Alfeu de Quadros, localizado na porção sudeste da cidade. Um percentual correspondendo a 13% dos entrevistados afirmou procurar diretamente o Alfeu de Quadros; 12% dos moradores procuram os serviços do Hospital Santa Casa e 3% direcionam-se ao Hospital Universitário Clemente Faria. Apenas 1% desses moradores possui plano de saúde vinculado à Clínica Bom Jesus, um estabelecimento privado de saúde. Os relatos dos moradores evidenciam os problemas enfrentados no acesso aos serviços de saúde no local:

Quando o caso de saúde requer atendimento imediato, a própria Unidade de Saúde do Cidade Industrial orienta a gente ir aos hospitais, as consultas liberadas são poucas para grande população do Vitória I e II e o bairro Cidade Industrial (Moradora C, Vitória II, Ensino Médio Completo).

Vou direto ao hospital Alfeu de Quadros, prefiro deslocar essa longa distância, pois lá tenho certeza que vou encontrar atendimento médico. Não consigo marcar consultas ou exames na Unidade de Saúde da Cidade Industrial, o atendimento é precário, não tem médico nem medicamentos na farmácia do posto (Moradora D, Vitória I, Ensino Médio Completo).

As respostas das entrevistas colocam em evidência a insatisfação dos moradores do Residencial Vitória com o acesso aos serviços de saúde, pois a unidade mais próxima não atende as necessidades da população. Os beneficiários percorrem uma longa distância entre o conjunto habitacional e as unidades hospitalares, o deslocamento até os hospitais demanda o uso de transporte coletivo, custo financeiro e mais tempo para conseguirem atendimento.

3.6 - Dificuldades de acesso aos serviços de educação

Pelas mesmas razões em que se analisou neste trabalho o acesso aos serviços de saúde, viu-se a necessidade de se analisar também o acesso dos moradores aos serviços de educação, principalmente a educação básica pública. Entre os entrevistados, 89% possuem filhos em idade escolar. Esses alunos deslocam-se diariamente para as instituições de ensino distribuídas em toda a cidade.

A tabela 6 apresenta as principais unidades educacionais, bairros onde estão localizadas e a quantidade de alunos do Residencial Vitória que as frequentam. É possível perceber uma grande variabilidade de escolas frequentadas pelos estudantes do conjunto habitacional em pauta. Alguns fatores que determinam esse deslocamento, de acordo com informações levantadas durante a pesquisa, estão ligados ao longo período que esse aluno frequenta a mesma escola, falta de vagas em escolas mais próximas do local de moradia, preferência dos pais em matricular os filhos em instituições centrais por considerá-las unidades que oferecem melhor qualidade no ensino.

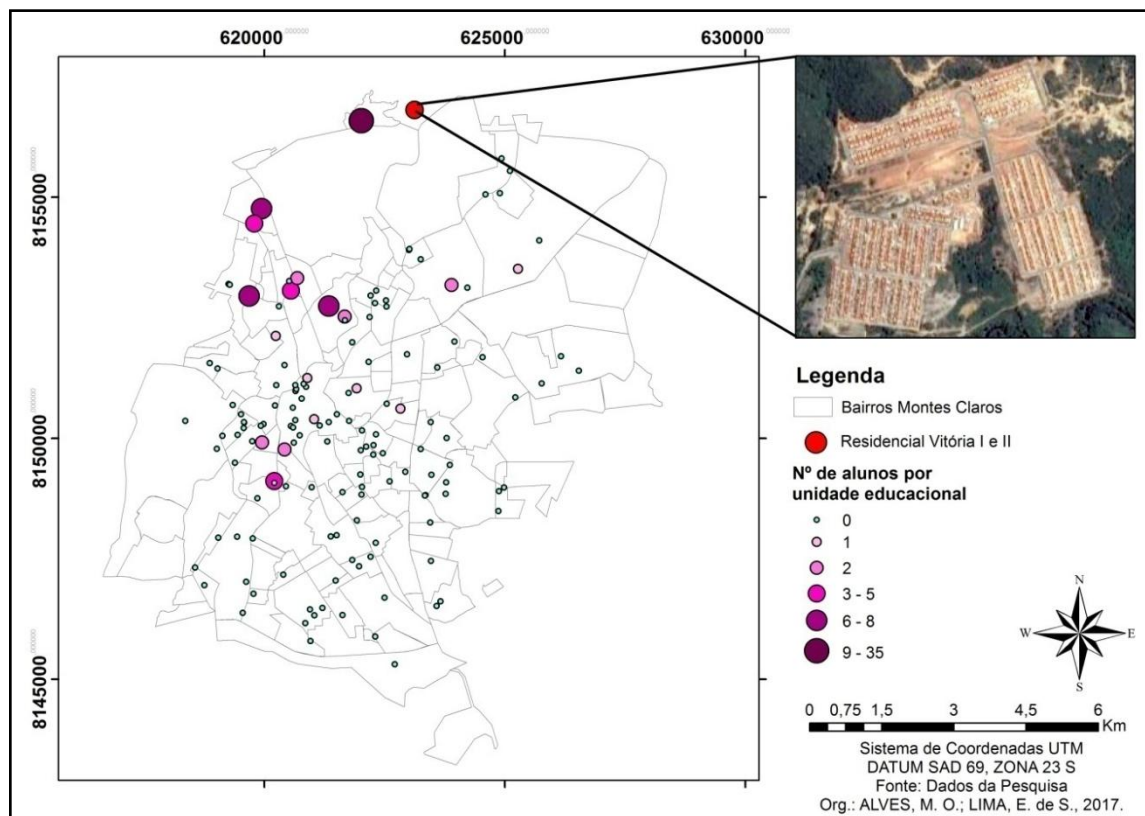
Tabela 6: Escola Públicas utilizadas pela população do Residencial Vitória I e II

Escolas Estaduais e Municipais	Bairro	Quantidade /alunos
Escola Municipal Rotary São Luiz	Cidade Industrial	35
Escola Municipal Jair de Oliveira	Jardim Eldorado	8
Escola Estadual Belvinda Ribeiro	Santos Reis	5
Escola Municipal Afonso Salgado	Vila Atlântica	6
Cemei Dr. Mário Ribeiro	Cidade Industrial	6
Cemei Nova Vida	Santos Reis	4
Escola Estadual Prof ^a Dulce Sarmento	Santo Expedido	4
Escola Estadual Prof ^o . Hamilton Lopes	Edgar Pereira	6
Escola Estadual Irmã Beata	Jardim Brasil	2
Escola Estadual Prof ^a . Dilma de Quadros	Planalto	2
Escola Estadual Armênio Veloso	Lourdes	1
Escola Estadual Deputado Esteves Rodrigues	Vila Áurea	4
Escola Estadual Zinha Prates	Vila Guilhermina	2
Unimontes	Vila Mauricéia	2
Escola Estadual Prof ^o . Plínio Ribeiro	Jardim São Luis	2
Escola Estadual Gonçalves Chaves	Centro	1
Escola Estadual Francisco Lopes da Silva	Todos Santos	1
Escola Estadual Dona Quita Pereira	Edgar Pereira	2
Escola Estadual Antônio Figueira	São José	1
Cemei Padre Murta	Ver Cruz	1
Escola Estadual Conceição Rodrigues Avelar	Santa Eugenia	4
APAE	Jaraguá	1
Cemei Casinha feliz	Jardim Eldorado	2
Escola Estadual Carlos Versiani	Centro	1
TOTAL		103

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Observa-se, pela tabela 6, uma maior concentração de alunos na Escola Municipal Rotary São Luiz, localizada no bairro Cidade Industrial, mais próxima do Residencial Vitória. Em contrapartida, no mapa 8, pode-se perceber a distância percorrida pelos alunos matriculados em escolas localizadas em outros bairros da cidade. Ele apresenta a distribuição espacial das escolas presentes no espaço urbano de Montes Claros, com destaque para as principais instituições frequentadas pelos alunos moradores do Residencial Vitória, sendo visível a distância entre o Residencial e as instituições de ensino na cidade. É interessante observar que, com exceção da escola presente no bairro Cidade Industrial, as outras escolas em que se concentram mais alunos do conjunto habitacional estão próximas dos bairros de onde se originaram a maior parte dos moradores, como já foi mostrado anteriormente. Fato que corrobora com a informação de que os alunos continuam frequentando as mesmas escolas que frequentavam antes de mudarem-se para o Residencial Vitória.

Mapa 8: Localização das escolas utilizadas pela população do Residencial Vitória



De acordo com as normas do PMCMV, nos empreendimentos que possuem 500 ou mais moradias são exigidos a criação de aparelhos educacionais públicos dentro dos próprios conjuntos habitacionais. No Residencial Vitória, está em construção uma escola pública para atender as exigências do programa (Fig. 14).

Figura 14: Escola pública em construção no Residencial Vitória



Autor: LIMA, 2017.

Na figura 14, é possível observar a construção da escola no Residencial Vitória, que terá capacidade para atender cerca de 1500 alunos, cuja estrutura contará com 12 salas e uma quadra poliesportiva coberta. Além do Residencial Vitória I e II, a escola atenderá os bairros vizinhos. A construção da escola pública no Vitória é considerada, pela população, uma conquista. Essa instituição de ensino vai atender as crianças do local diminuindo a longa distância já percorrida pelos alunos e transformando, aos poucos, o cenário de exclusão social e espacial presente no conjunto habitacional.

Diante de todo o contexto exposto, constatou-se que, apesar dos problemas referentes às dificuldades de acesso aos serviços e ausência de equipamentos públicos no local, o fato de ser proprietário da casa própria significa, para os moradores, mais segurança, realização de um sonho e o fim de gastos extras com aluguel, que pesava muito no orçamento familiar. Outro fato positivo considerado pelos entrevistados é a tranquilidade do local em relação à vizinhança.

Durante a pesquisa, verificou-se que o direito à moradia, estabelecido pela Constituição Federal, está além de uma simples aquisição de um imóvel e que a implantação dos conjuntos habitacionais populares precisa ser acompanhada de boa infraestrutura e oferta de serviços públicos e privados o mais próximo possível. Os problemas de infraestrutura são visíveis e impactam diretamente no cotidiano da população do Residencial Vitória. Porém, essa situação acaba sendo amenizada pela condição social em que se encontravam esses moradores na moradia anterior, pois residiam em habitações alugadas, imóveis emprestados por familiares, moravam nas ruas ou em área de risco, como narrado por uma moradora:

Perdi minha casa no último temporal da cidade, aqui posso dormir tranquilamente em segurança, o conjunto apresenta suas deficiências nos equipamentos públicos e distantes dos serviços e comércio, mas fazer o que, pelo menos nesse local não corro risco de vida com minha família (Moradora E, Vitória II, Ensino Fundamental Incompleto).

Os problemas indicados pela população do local ocorrem devido à falta de investimento em infraestrutura e uma gestão mais eficaz dos órgãos municipais. Outros fatores de descontentamento estão relacionados à questão da distância do conjunto das áreas comerciais da cidade, a dificuldade de acessar os serviços e o custo gerado com a locomoção diária.

O Residencial Vitória fica em uma área isolada da cidade, quando se trata de infraestrutura, serviços e comércio. É um espaço estritamente residencial quando se observa os poucos estabelecimentos comerciais improvisados ao longo do conjunto que não atendem as necessidades diárias da população. A concentração dos equipamentos públicos, serviços e comércio localiza-se em áreas distantes das casas do Vitória. As dificuldades de acesso vão desde a locomoção até os custos gerados pelo deslocamento dos moradores.

Os moradores reclamam da distância do conjunto das áreas comerciais e da inexistência de espaços de lazer no empreendimento que, desde sua implantação, não passou por muitas melhorias, apenas uma escola que está em processo de construção. No quesito saúde, o ESF do Bairro Cidade Industrial não foi planejado para receber um aumento expressivo de moradores do Residencial Vitória I e II. A Prefeitura não ampliou os serviços públicos da região onde localiza o conjunto, sobrecarregando a unidade de saúde e tornando o atendimento precário.

Fica evidente que o PMCMV e os gestores responsáveis pela implantação das casas visam sanar os indicadores de déficit habitacional no Brasil sem avaliar os impactos desses conjuntos habitacionais populares na vida social dos moradores, que são inseridos em regiões distantes das áreas que concentram os serviços e comércio e que não têm a infraestrutura necessária para qualidade de vida de qualquer cidadão. O Residencial Vitória I e II é o reflexo do mau funcionamento do PMCMV, que vem acentuando a segregação espacial e a desigualdade social em todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bem-estar das populações humanas está relacionado às suas condições de vida, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais característicos do lugar onde se vive. A boa qualidade de vida é, assim, resultante do modo de vida de uma sociedade, no tocante as suas condições de alimentação, segurança, acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e habitação. O acesso do cidadão a uma moradia digna é um direito constitucional afirmado dentro do rol de Direitos Humanos e é fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida à pessoa humana.

Contudo, apesar de configurar-se como um direito, uma grande parcela da população mundial vive em condições subumanas de habitação, seja em moradias com construções precárias sem água potável e esgotamento sanitário, seja por não ter onde morar, fato que leva muitas pessoas a viverem nas ruas em situação de mendicância. Outros vivem em aglomerados subnormais criados em territórios invadidos. Há, ainda, os que moram em moradias cedidas por não terem condições financeiras de adquirirem sua própria residência ou aqueles que vivem em habitações alugadas, o que, em muitos casos, acaba comprometendo o orçamento familiar.

O panorama apresentado acima ocorre em escala global e não é um fato específico das sociedades contemporâneas. Contudo, foi a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, que se viu aumentar as mazelas da população, principalmente nas cidades industriais. O processo de industrialização impulsionou a migração de um intenso contingente populacional para as cidades. A maior parte dessas pessoas passou a viver em péssimas condições de moradia, porque as cidades não estavam preparadas para abrigar toda aquela leva de migrantes.

Na medida em que as cidades “inchavam”, as condições de vida da população citadina eram deterioradas. As pessoas passaram a morar em cortiços insalubres nas periferias das cidades, sem os componentes básicos que lhes garantissem uma boa qualidade de vida. A maior parte não tinha condições de adquirir uma habitação melhor, por possuírem baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Todavia, foi o crescimento das cidades, a partir do processo industrial, que também acelerou o processo de urbanização em escala global, embora esses processos não tenham ocorrido ao mesmo tempo nem com a mesma intensidade em todas as regiões do Planeta.

Dessa forma, os países ditos desenvolvidos foram os pioneiros em ambos os processos. Já nos países em desenvolvimento e/ou de economia emergente, tanto a industrialização como o processo de urbanização são recentes ou ainda estão se consolidando, como ocorre, por exemplo, nos países da América Latina.

No Brasil, considerado um país de economia emergente, o processo de industrialização acentuou-se a partir da década de 1970 e, junto com ele, houve, também, o crescimento das cidades. Em decorrência disso, acelerou-se o processo de urbanização nos principais centros industriais e econômicos do país. Deve-se ressaltar que, em escala nacional, os processos mencionados também não ocorreram de forma homogênea em todas as regiões.

Pôde-se observar, no decorrer da pesquisa, que a partir da década de 1970 que se intensificou no Brasil o processo de migrações campo/cidade. Fato que acarretou uma série de mudanças no espaço urbano do país, uma vez que, como ocorreu nas primeiras cidades industriais do mundo, as cidades brasileiras não estavam aptas a comportar tamanho contingente populacional.

Viu-se reproduzir no espaço urbano brasileiro as mesmas mazelas daqueles pioneiros da Revolução Industrial. Com isso, acentuaram-se os problemas populacionais nos grandes centros urbanos do país, ampliando as desigualdades sociais e aumentando a segregação socioespacial da população mais pobre, para quem restava ocupar os lugares mais insalubres e longínquos, com uma precária, quando não inexistente, oferta de serviços públicos e privados.

Nesse contexto de expansão das cidades, o direito à moradia consolidou-se como uma necessidade social, sendo, pois, necessária a intervenção estatal para garanti-lo à população mais carente. Assim, para amenizar o déficit habitacional no país, o governo brasileiro decidiu criar conjuntos habitacionais populares através do PMCMV, um programa social que visa garantir moradias à população mais carente.

Com o passar do tempo, houve a descentralização do processo industrial no Brasil, atingindo as cidades menores. Esse fato foi intensificado pela ação estatal na tentativa de promover o desenvolvimento econômico de todas as regiões brasileiras. Foi o que ocorreu em Montes Claros, cidade localizada na região Norte de Minas Gerais, que recebeu incentivo da SUDENE, órgão criado pelo governo federal para promover o desenvolvimento econômico da região Nordeste.

O desenvolvimento industrial da cidade trouxe consigo um acelerado processo de urbanização e acarretou profundas mudanças no seu espaço urbano, atraindo investimentos econômicos, aumento da população, melhorias na infraestrutura. Os resultados desse crescimento no município foram o surgimento de novas áreas de habitação popular, principalmente nas periferias da cidade, e uma maior concentração de atividades terciárias e de comércio na área central de Montes Claros.

Nesse contexto, o presente estudo analisou o acesso da população do conjunto habitacional Residencial Vitória, implantado fora do perímetro urbano e localiza do na porção norte de Montes Claros. Constatou-se que o conjunto foi construído em uma área periférica e distante do centro urbano da cidade. Os equipamentos urbanos não foram executados juntamente com a construção das moradias, apesar de algumas áreas terem sido destinadas para eles. Por esse motivo, os moradores têm que se deslocar com frequência para escolas, saúde, trabalho, comércio e serviços.

Sob essa perspectiva, entende-se que tanto os gestores do município quanto as empresas construtoras responsáveis pelo programa PMCMV, na cidade de Montes Claros, deveriam planejar e executar a implantação das casas em locais que atendessem às necessidades da população, assegurando a essa população de baixa renda uma moradia de qualidade em um local suprido de infraestrutura adequada e de serviços básicos.

Pôde-se perceber a insatisfação dos moradores como local de moradia devido à ausência de equipamentos públicos e privados que interferem no cotidiano da população. Fez-se a avaliação do Residencial Vitória a partir da perspectiva das famílias beneficiárias do PMCMV, buscando conhecer em que medida as unidades habitacionais contemplavam suas necessidades, tanto de infraestrutura como de bens e serviços.

É perceptível, no Residencial Vitória, transformações na estrutura das moradias. Os moradores fizeram adaptações nas casas, construindo pequenos comércios na frente ou mesmo dentro das residências com intuito de aumentar a renda familiar e amenizar as necessidades dos moradores que se encontram em uma região distante das áreas comerciais.

Pôde-se conhecer as principais demandas da população residente do Residencial Vitória e suas dificuldades de acesso aos equipamentos públicos e privados, pelas quais pode-se afirmar que essa população não tem seus direitos básicos assegurados pelo município. Soma-se a isso as longas distâncias percorridas pelos moradores do conjunto habitacional à área comercial de Montes Claros.

Esse deslocamento é quase diário e ocorre devido aos poucos estabelecimentos comerciais no local. Entre as principais reclamações dos beneficiários está a ausência de uma casa lotérica, a mais próxima encontra-se na Av. João XXIII. Outro problema relatado pelos moradores é a falta de atendimento dos correios no conjunto habitacional, problema que se arrasta desde a implantação do conjunto.

Diante do que foi exposto, afirma-se que a implementação do PMCMV em Montes Claros apresenta problemas em sua execução, pois o programa não assegura aos beneficiários os direitos estabelecidos pela Constituição Federal, que viabiliza uma maior inserção da população de baixa renda aos instrumentos legais que definem uma moradia digna. Dentre esses instrumentos, na caracterização do Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta as normas de ordem pública e de interesse social no uso da propriedade urbana, buscando na política de planejamento e de desenvolvimento urbano, as interações entre a segurança, o bem-estar coletivo da população e o equilíbrio ambiental no espaço urbano. Percebe-se que são visíveis as desigualdades socioeconômicas nas políticas habitacionais brasileiras e montes-clarenses por meio da concentração de propriedade e da especulação imobiliária no processo de uso e de ocupação do solo urbano.

Em razão disso, entende-se que a construção de conjuntos habitacionais populares no município somente terá uma nova configuração, diferente da que já é apresentada pelos órgãos responsáveis, se forem observadas as leis e normas estabelecidas pelo programa. Da mesma forma, é necessário que os beneficiários reivindiquem por melhores localizações das suas moradias e para que sejam construídas próximas de locais que ofertemos serviços básicos necessários à sua melhor qualidade de vida. Somente assim, poderão ser amenizados os problemas inerentes à exclusão social e segregação socioespacial no espaço urbano de Montes Claros.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P.; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. São Paulo, 1995.

ABRACHE, J.; ARAGÃO, M. C. **Infraestrutura e Competitividade da Indústria Brasileira**. 2014. Disponível em:<
http://tracegp.senai.br/bitstream/uniepro/65/1/ESTUDO_Infraestrutura%20e%20competitividade%20industrial%20--%2019nov2014%20--%20Arbache-Aragao.pdf>. Acesso em julho de 2017.

ALMEIDA, I. F. G. de. **Desigualdades e Políticas Públicas de Habitação no Brasil**. Salvador, 2011. Disponível em:<
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8907/1/Isaura%2520Almeida.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

ALVARENGA NETO, R. C. D. de.; BARBOSA, R. R.; CENDÓN, B. V. **A construção de metodologia de pesquisa Qualitativa com vistas à apreensão da realidade organizacional Brasileira: estudos de casos múltiplos para preposição de modelagem conceitual integrativa**. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.16, n.2, p.63-78, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/459/1477>. Acesso em: Junho de 2017.

ALVES, C. L. B.; MADEIRA, S. A.; JUNIOR MACAMBIRA. **Considerações sobre a Dinâmica do setor de serviços cearense: Uma Análise sob a ótica do mercado de trabalho**. Ceará, n. 38, p. 214, jan/jun. 2012.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. **Cidades de porte médio e o programa de ações sócioeducativo-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais**. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, v. 12, p. 23-24, 33-46, 1982.

ANDRADE, G. V. M. **Políticas Habitacionais Brasileiras: Uma Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em suas edições**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:<
<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004918.pdf>>. Acesso em: Julho de 2017.

AZEVEDO, S. **Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH**. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988. Disponível em:
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/9391>>. Acesso em maio de 2017.

AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo: conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros-MG**. Uberlândia, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

- BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo: conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros-MG.** Uberlândia, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.
- BARBOSA, R. S. **Habitação social e segregação residencial em Montes Claros.** Montes Claros. 2016.
- BASTOS, S. Q. de A.; MARIONI, L. da S. **Migração e cidades médias: uma análise para Minas Gerais no ano 2000.** 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2011/03/TD-002-Suzana-Quinet-de-Andrade-Bastos-et-al.pdf>>. Acesso em: Junho de 2017.
- BENEVOLO, L. **As origens da urbanística moderna.** 2. ed. Lisboa: Ed: Presença, 1987.
- BENVENGA, B. M. M. **Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagem: apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos.** São Paulo, 2011.
- BLASI, M. **Debate sobre a Questão Urbana: o caso brasileiro.** 2010. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/10/Mayara-Blasi.pdf>>. Acesso em: Agosto 2016.
- BLASI, M. **Debate sobre a Questão Urbana: o caso brasileiro.** 2010. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/10/Mayara-Blasi.pdf>>. Acesso em: Agosto 2016.
- BOBATO, Caroline.G. C.; NOZU, W.C.S. **Análise Histórica e Conceituado do Direito à moradia sob a óptica do Estado democrático de direito.** 2011. Disponível em : <https://anaisonline.uems.br/index.php/encontrointernacional/article/view/2552/2725>. Acesso em: Julho de 2017.
- BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** 2008. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: Abril de 2017.
- BOTEGA, L. R. **A política habitacional no Brasil (1930-1990).** 2008. Disponível em: <<http://www.fals.com.br/revela7/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em Setembro de 2017
- BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. **Cidade: espaço da cidadania. In: Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia.** São Paulo, 2004.
- BRANDÃO, S. S. S.; SILVA, W. T. **Configuração do espaço urbano da cidade de Montes ClarosMG após 1970: novas centralidades.** 2016. Disponível em: <http://www.revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a106.pdf>. Acesso em: julho de 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?curso=CFS%20%202018>. Acesso em Agosto de 2017.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2007.** Brasília, DF, 2009.

BRITO, F. **O deslocamento da população brasileira para as metrópoles**. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>>. Acesso em: Junho de 2017.

BRITO, F. PINHO.; B. A. T. D. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. 2000. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0766.pdf>. Acesso em: Julho de 2017.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para humanização das cidades do Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para humanização das cidades do Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARBONARI, S. R. A. **A função social da propriedade territorial urbana e a concretização do direito de moradia digna: o novo papel do direito de superfície**. Dissertação (mestrado em Direito), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007.

CARDOSO, J. M. A. **A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. In: OLIVEIRA, M.F.M. et al. **Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros**: Ed. Unimontes, 2000.

CARDOSO, V. L. PEROBELLI, Fernando Salgueiro. **A intensidade de serviços na economia brasileira: uma abordagem de insumo- produto**. 2013. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i94654df7c1b05083ddd3bf5ab5c49086d.pdf>. Acesso em: Março de 2017.

CARDOSO, V. L.; ALMEIDA, E. **Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial**. 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Cardoso_Almeida-2013_15.07para-pdf.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

CARLOS, A. F. A. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico**. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**. São Paulo, 2013.

CARVALHO NETO, A. **A escola como expressão e resposta às exigências dos modelos de produção do capital**. 2006. Disponível em: < http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2006-Afonso_Cavalheiro_Neto.pdf>. Acesso em: Julho de 2017.

CARVALHO, A. M. **Racionalidade técnica e política da descentralização industrial - um estudo de caso: Montes Claros**. 104f. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago. 1983.

CARVALHO, M. **Cidade global: anotações críticas sobre um conceito**. São Paulo: Fundação SEADE, v.14, n.4, 2007.

CASTRO, G. F. Favela. **Breve análise das dinâmicas socioeconômicas, identidade e territorialidades nesta área "excluída"**. VI Encontro Regional de Geografia. **A Geografia e a espacialidade regional: práticas, diálogos e perspectivas**. Montes Claros: Unimontes, 2006.

CHEIN, F.; LEMOS, M.G.; ASSUNÇÃO, J.J. **Desenvolvimento desigual: evidências para o Brasil**. Rio de Janeiro, RBE, v. 61 n. 3 / p. 301–330 Jul-Set 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v61n3/a02v61n3.pdf>. Acesso em: Agosto de 2017.

CLEMENTE, A. S., FREITAS, R. S. de. **A incidência dos Direitos Fundamentais nas relações privadas**. In: BAEZ, Narciso Leandro Xavier et al. (Coord.). **Dimensões Materiais e Eficácia dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Conceito Editorial, 2010.

COELHO, G. **O Nordeste e a extinção da Sudene**. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Cida/Downloads/498.pdf>. Acesso em; Julho de 2017.

CORRÊA, R. L. **Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**. In: **Geografia: conceitos e temas**. Organizado por. I. E. Castro, P.C. C. Gomes e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

CORRÊA, R. L. **Globalização e reestruturação da rede urbana – Uma nota sobre as pequenas cidades**. Rio de Janeiro, 2005.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: editora Ática, 1989.

COSTA, G. J. M. **Globalização e a perda da identidade do estado-nação**. 2004. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/getulio.html>. Acesso em agosto de 2017.

CRUZ, I. S. F. **A Geografia dos Serviços e sua transposição Didática para o Livro de Geografia do Ensino Fundamental**. 2007. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6936/arquivo6960_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: Janeiro de 2017.

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. 2003. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/tes_2003_Politicas_urbanizacao_imp asses.pdf. Acesso em Setembro de 2017.

DIEL, A. da S.; KROETZ, M. **A evolução do setor terciário na cidade de Rio do Sul – SC: Uma análise do período 1995-2005**. Chapecó, 2008.

DINIZ, I. F. **Contribuição da ferrovia para a urbanização: 1908 - 1950. Alguns apontamentos sobre o Norte de Minas**. 2012. Disponível em: file:///D:/%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2015-08-17/Downloads/ivaldo_frois_diniz.pdf. Acesso em Setembro de 2017.

DINIZ, I. F.; LESSA, S. N. **Ferrovia, urbano e cidade no Norte de Minas: As contribuições da ferrovia na expansão urbana entre 1908 e 1950**. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891276_ARQUIVO_IvaldoFroisResumoANPUH.pdf. Acesso em Abril de 2017.

FONSECA, M. A. **O Lugar da Fábrica: História e Evolução Urbanística**. 2010.

Disponível em:

<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2262/2/O%20Lugar%20da%20Fabrica.pdf>. Acesso em: Abril de 2017.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2009. Disponível em: <<http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/73>>.

Acesso em: Dezembro de 2016.

FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. **Cidade média e centralidades: o subcentro Major Prates em Montes Claros / MG**. 2007. Disponível em:

<<http://ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewFile/305/283>>. Acesso em: julho de 2017.

GAZOLA, P. M. **Concretização do direito à moradia digna**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GAZOLA, P. M. **Concretização do direito à moradia digna: teoria e prática**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo Atlas, 1999.

GOMES, D. C.; OLIVEIRA, H. S. **Mudanças estruturais no Setor Terciário em Minas Gerais**. 2004. Disponível em:

<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A088.PDF>>. Acesso em: janeiro de 2017.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (RE) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO7BMQ8A/ernanda_gomes.pdf;jsessionid=4E577A6F12AAC86C042360AC632DB1AA?sequence=1>. Acesso em: julho de 2017.

GOMES, P. I. J. **Território, criminalidade e Tráfico de Drogas Ilícitas em Montes Claros/MG**. Uberlândia, 2016.

GROSTEIN, M. D. **A cidade clandestina: os ritos e os mitos: o papel da “irregularidade” na estruturação do município de São Paulo, 1900-1987**. São Paulo, 1987. Tese-Doutorado-FAUUSP. Orientador: Cândido Malta Campos Filho.

GUIMARÃES, E. A. **O Processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para a população de baixa renda: O Caso de Viçosa, MG**. Viçosa, 2013.

Disponível em:

<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3391/texto%20completo.pdf?sequence=1>. Acesso em: Agosto de 2017.

GUIMARÃES, E. N. **Habitação social em Montes Claros: aspectos e abrangência das políticas públicas**. 2007. Disponível em: <www.ppgds.unimontes.br>. Acesso em Julho de 2017.

HEIS, B.D. **O Direito à moradia e a necessidade de sua efetivação por parte do estado**. Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/91064/000914042.pdf?sequence=1>. Acesso em: Maio de 2017.

HESPAHOL, R. A. M. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013. Disponível em: < www.mercator.ufc.br>. Acesso: junho de 2016.

HOLANDA, V. C. C. de. **Urbanização Brasileira: Um Olhar pelos interstícios das configurações espaciais seletivas**. 2011. Disponível em: <http://fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/ARTIGOS/ARTIGO%20DE%20vIRGNIA.pdf>. Acesso em: Julho de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese: Serviços. Distrito Federal**, 2014. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html>>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório Brasileiro para Habitat III**. 2016. Disponível em: < <http://habitat3.org/wp-content/uploads/National-Report-LAC-Brazil-Portuguese.pdf>>. Acesso em: Março de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas Históricas. Taxas de Urbanização por grandes Regiões**. 2010 Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330>>. Acesso em: julho de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Estatísticas Históricas. **Taxas de Urbanização por grandes Regiões**. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=POP122&t=taxa-urbanizacao>>. Acesso em: Março de 2017.

IERVOLINO, M. R. S.; SCABIA, R. J. de. **A Busca pela sustentabilidade nas cidades: condições de habitabilidade e saneamento**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcilene_Iervolino/publication/308715519_A_BUSCA_PELA_SUSTENTABILIDADES_NAS_CIDADES_CONDICOES_DE_HABITABILIDADE_E_SANEAMENTO/links/57ec7a2808ae93b7fa959689/A-BUSCA-PELA-SUSTENTABILIDADES-NAS-CIDADES-CONDICOES-DE-HABITABILIDADE-E-SANEAMENTO.pdf. Acesso em: Março de 2017.

JUNIOR SILVA, A. F. **O setor de serviços e sua importância na economia Brasileira**. 2007. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2007/congresso/artigos/217.pdf>. Acesso em: Maio de 2017.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KUWAHARA, M. Y.; VLADMIR, F.; SILVA, M. R; OLIVEIRA, K. F. **Vulnerabilidades urbanas: uma alternativa de mensuração**. 2005. Disponível em: < http://www.mackenzie.br/fileadmin/IPM/MackPesquisa/VULNERABILIDADES_URBANAS__UMA_ALTERNATIVA_DE_MENSURACAO.pdf>. Acesso em agosto de 2017.

LEAL, C. S. de. G.; FARIAS, M. S. S. de.; ARAUJO, A. de. F. **O Processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente**. QualitasRevista Eletrônica. Paraíba, V. 7, n.1. ano 2008. Disponível

em:<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/128/101>. Acesso em: Março de 2017.

LEFEBVRE, H. **CIDADE MODERNA E CIVILIZAÇÃO**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m1c1.pdf>>. Acesso em: Julho de 2017.

LEITE, M. E. ; PEREIRA, A. M. **Expansão territorial e os espaços de pobreza de pobreza na cidade de Montes Claros**. 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/29.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

LEITE, M. E. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do espaço urbano: o caso da cidade de Montes Claros**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

LEITE, M. E.; BATISTA, R. P.; CLEMENTE, C. M. S. **Segregação espontânea na cidade de montes claros/mg: uma análise auxiliada pelo sensoriamento remoto**. 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Cida/Downloads/26012-109082-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Cida/Downloads/26012-109082-1-PB%20(4).pdf)>. Acesso em julho de 2017.

LEITE, M. E. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. 2011. 287p. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

LESSA, S. N. **Trem de Ferro: Do Cosmopolitismo ao sertão**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História. Universidade de Campinas. Campinas, 1993.

LIMA, A. A.; ZANIRATO, S. H. **Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista**. 2014. Disponível em:<<http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/bruno-avellar-alves-de-lima-e-silvia-helena-zanirato.pdf>>. Acesso: julho de 2017.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>>. Acesso em: Julho de 2017.

LUCCI, E. A.; BRANCO, A. L.; MENDONÇA, C. **Território e sociedade: Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAIA, D. S. **A ferrovia nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia e na estrutura urbana**. 2017. Disponível em: <<file:///E:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2024-04-17/Downloads/terrabrasilis-2160.pdf>>. Acesso em: Julho de 2017.

MAIA, D. S. **Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB**. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014. Disponível em:<http://www.ccen.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/30429-124705-1-pb.pdf>. Acesso em: Agosto de 2017.

MARGUTI, B. O. **Conjuntos Habitacionais: estruturação socioespacial e acesso à cidade no município de Santo André**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

MARICATO, E. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br>>. Acesso em: julho de 2017.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004> Acesso em: julho de 2017.

MARINHO, J. L. A. **Moradia digna: um direito de todos, um dever do estado, uma realidade de poucos**. 2008. Disponível em: <http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Jefferson_MARINHO.pdf>. Acesso em julho de 2017.

MARTINE, G. **A Trajetória da modernização Agrícola: a quem beneficia**. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000100003>. Acesso em: Julho de 2017.

MARTINE, G. MCGRANAHAN, G. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldade e lições aprendidas**. In. Rosana Baeninger. (Org). **População e Cidades**. Campinas, 2010.

MARTINS, M. L. **O Direito Urbanístico regulamenta**. 2005. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/949/949.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

MEDA, A. P. **Intervenção do poder judiciário na efetividade do direito fundamental à moradia**. 2010. Disponível em: <<http://eventos.uenp.edu.br/sid/publicacao/artigos/7.pdf>>. Acesso em agosto de 2017.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 39ª Ed. São Paulo: Ed: Malheiros, 2013.

MENTA, G. E. S. **A modernização e o processo de urbanização a partir do século XIX: ecos da dominação européia no Brasil e em África**. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/viewFile/54051/57981>>. Acesso em: Julho de 2017.

MONTES CLAROS, P. M. **Lei nº 4.4573 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/LEIS/Lei%204573-12.pdf%20Altera%20Lei%204.198%20e%20Lei%204.243.pdf>. Acesso em: Agosto de 2017.

MONTES CLAROS, P. M. **DECRETO Nº. 3.195 DE 01 DE JULHO DE 2014**. Disponível em: http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/decretos/decret_2014/jul-14/decreto%203195-14.pdf. Acesso em: Julho 2017.

MONTES CLAROS. Arquivo Câmara Municipal. **Plano de Desenvolvimento de Montes Claros: Diretrizes de 1991**. Montes Claros: PMMC, 1991.

- MORAES, P. R. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: HARBRA, 2005.
- MOTTA, D. M. e AJARA, C. **Rede urbana brasileira-hierarquia das cidades. de Gestão Urbana e de Cidade**. EG/FJP-WBI-PBH-ESAF-IPEA. 1999.
- MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- NETTO JUNIOR, J. L. da S.; FIGUEIREDO, E. **Crescimento Pró-Pobre no Brasil e nas Regiões no Período 1987-2007: uma abordagem não paramétrica. Planejamento e Políticas Públicas**: PPP, Rio de Janeiro, n. 42, p.61-87, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/484>>. Acesso em julho de 2017.
- NOGUEIRA, J. S. **Políticas Públicas de Habitação no Brasil: Uma análise do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no Município de Santo Antônio de Jesus/BA**. 2010. Disponível em: <http://www.adventista.edu.br/_imagens/pos_graduacao/files/ARTIGO%20TCC%20-%20JOILMA%20SAMPAIO%20NOGUEIRA.pdf>. Acesso em Janeiro de 2017.
- NOLASCO, L. G. **Direito fundamental à moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em julho de 2017.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1996**. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em julho de 2017.
- PAIVA, J. P. L. **Regularização Fundiária de acordo com a lei N°11.977, de 07 de julho de 2009**. Disponível em: http://www.lamanapaiva.com.br/banco_arquivos/regularizacao_fundiaria.pdf. Acesso em agosto de 2017.
- PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. **Cidade e região: Relações entre Montes Claros e as pequenas cidades do Norte de Minas Gerais (BR)**. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá. XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007.
- PINTO, M. B. **Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira**. 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Artigo-Marina.pdf>>. Acesso em: Junho de 2017.
- POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização: a herança renunciada**. 2016. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/yjzmz/pdf/pochmann-9788577982165.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2017.
- POCHMANN, M. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. 2004. Disponível em: <<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>>. Acesso em: Julho de 2017.

- PORTELLA, F. **A Contribuição do setor de serviços ao Produto Interno Bruto Brasileiro**. 2008. Disponível em: <http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/cienciaseconomicas/2008/fernanda_portella.pdf>. Acesso em: Setembro de 2016.
- RAMIRES, J. C. L. **Dinâmica sócioespacial e saúde coletiva em cidades de Minas Gerais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RANGEL, H. M. V.; SILVA, J. V. **O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132>>. Acesso em Setembro de 2017.
- REIS, D. S. **O Rural e Urbano no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2017.
- ROBERTSON, K. **Downtown Development Key Trends & Practices**. Policy Brief, v.8, p. 1-2, 2001.
- ROCHA, G. C. **Riscos Ambientais: análise e mapeamento em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- RODRIGUES, A. H. V. **A produção de loteamentos e a segregação socioespacial da cidade média de Sobral, Ceará**. 2017. Disponível em: <http://srccc.com.br/rs-content/files/NACMBKLHOGFJ17.pdf>. Acesso em: julho de 2017.
- SALGADO, T. R. **Setor de serviços e urbanização em Goiás**. 2017. Disponível em: <<file:///E:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2024-04-17/Downloads/Tese%20-%20Tathiana%20Rodrigues%20Salgado%20-%202017.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2017.
- SANTOS, Junior. O. A. dos. **Cidadania e a questão urbana no Brasil: Indicações na perspectiva de um projeto de cidades democráticas**. 2004. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/239_cidadania_urbana.pdf. Acesso em: 10 de Maio 2017.
- SANTOS, L. P. dos. S. **Os Espaços de lazer e o consumo nas cidades**. Ceára, 2017. Disponível em: <http://srccc.com.br/rs-content/files/MKLAIFJQCNOH38.pdf>. Acesso em: Junho de 2017.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª Ed. São Paulo: Ed: Edusp, 2008.
- SAULE JÚNIOR, N. **Novas perspectivas do direito urbanístico brasileiro. Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do plano diretor**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.
- SERRANO, L. M.; TAJADA, S.; ORBEGOZO, U. T. **Associacionismo comercial espacial y revitalización urbana**. In: **Distribución y consumo**, v.16, n.86, p. 48-60, 2006.

SILVA, A. M.; DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Orgs.). **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. rev. At.2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.

SILVA, M. C. A.; GASPARIN, J. L. **A Segunda Revolução Industrial e suas influências sobre a educação escolar brasileira**. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin1.pdf>. Acesso em: Julho de 2017.

SILVA, M. L. da. ; TOURINHO, H. L. Z. **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma lógica locacional**. Cad. Metrop. São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, Nov /2015.

SILVA, R. A. S. S; MEES, M. B. **Reflexão as política habitacional brasileira na dinâmica Espacial de Montes Claros**. 2016. Disponível em: <http://www.congressods.com.br/anais/gt_02/REFLEXOS%20DA%20POLITICA%20HABITACIONAL%20BRASILEIRA%20NA%20DINAMICA.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2017.

SINDEAUX, R.V.; GUERRA, F. C. **Industrialização e trabalho na indústria no Norte de Minas: Origens, Sudene e reflexões sobre o perfil recente dos trabalhadores formais ocupados**. 2012. Disponível em: <<http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/arquivos/INDUSTRIALIZA%C3%87%C3%83O%20E%20TRABALHO%20NA%20IND%C3%9ASTRIA%20NO%20NORTE%20DE%20MINAS.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

SINGER, P. **Aprender economia**. São Paulo: Círculo do livro, 1982.

SINGER, P. **Economia Política do trabalho (elementos para análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista)**. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1977. Contexto, 2003.

SOUZA JUNIOR, B. Z. **A expansão espacial e a mobilidade urbana em cidades médias: o caso de Montes Claros/MG**. Montes Claros, 2016.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2002, 560p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 5ª Ed. São Paulo, 2000.

SPOSITO, M. E. B. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Gasperr, 2006.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. Ed: Atlas. São Paulo, 1990.

TROITIÑO, M. Á. **Renovación urbana: dinámicas y cambios funcionales**. In: *Perspectivas Urbanas*, v.2, p. 1-10, 2000.

VARGAS, H. C. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Senac, 2001.

VERAS, A. T. R. T.; ANJOS, J. N. S.; MORAIS, R. P.; RODRIGUES, V. K. M.; **O surgimento de subcentros comerciais da cidade de Boa Vista-RR**. 2012. Disponível em: < file:///E:/-%20Documentos%20n%C3%A3o%20delete%20backup%20dia%2024-04-17/Downloads/Veras.pdf>. Acesso em Setembro de 2017.

VIEIRA, A. B. et al. **Exclusão Social: a formação de um conceito**. In: MELAZZO, Santos Everaldo; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs.). **Exclusão social em cidades brasileiras: Um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2a.edição. São Paulo: Fapesp, 2001.

VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D. **História mundial contemporânea (1776-1991): Da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. 2012. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_-_Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf>. Acesso em: agosto de 2017.

VITTE, C. de C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In. Rosana Baeninger. (Org). **População e Cidades**. Campinas, 2010.

WERNA, E. **Pluralismo na Habitação**. São Paulo: Annablume, 2001.

WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção**. 2008. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/jfjjq/pdf/wilkinson-9788599662717.pdf>. Acesso em: Março de 2017.

ZORRAQUINO, L. D. **O Processo de Urbanização Brasileira e a formação de suas Metrôpoles**. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.zorraquino.com.br/textos/luis-delgado-zorraquino/personales/a-evolucao-do-brasil.pdf>. Acesso em: Março de 2017.

